

Cadernos de Seminários de Pesquisa

Volume II

Mary Anne Junqueira e
Stella Maris Scatena Franco (organizadoras)

Projeto Temático/FAPESP - Cultura e Política nas Américas:
Circulação de Ideias e Configuração de Identidades

São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

Cadernos de Seminários de Pesquisa / orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo : Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.
v. 2

Modo de acesso: World Wide Web: www.fflch.usp.br/dh/leha
Projeto Temático FAPESP – Cultura e política nas Américas :
circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX).
ISBN 978-85-7732-154-4 versão eletrônica.

1. História da América. 2. Mediação cultural. 3. Viagens.
4. História conceitual. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.
II. Junqueira, Mary Anne. III. Franco, Stella Maris Scatena. IV. Cultura e política nas Américas.

CDD 980

Preparação de texto e revisão Carlos Villarruel

Revisão de espanhol Mônica Cossalter

Diagramação Andrea Yanaguita

Sumário

- INTRODUÇÃO 4
- 1** Tradiciones orales y literatura en el siglo XIX argentino: los casos del *Facundo* y el criollismo 8
Ariel de La Fuente
 - 2** Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador 44
Mary Anne Junqueira
 - 3** Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental 62
Stella Maris Scatena Franco
 - 4** História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos 87
Gabriela Pellegrino Soares
 - 5** Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural 98
Regina Aída Crespo
 - 6** O Projeto Iberconceptos: uma proposta de história conceitual do mundo ibero-americano (1750-1870) 117
Maria Elisa Noronha de Sá Mäder

Introdução

O segundo volume do *Cadernos de Seminários de Pesquisa* torna públicos os textos dos nossos convidados, dos colaboradores e dos próprios professores que compõem o núcleo do projeto temático “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”.

Os textos aqui reunidos são o resultado das apresentações que os autores prepararam para os seminários internos do projeto temático nos anos de 2009 e 2010. Eles discutem alguns problemas centrais da História das Américas, mas predominantemente tratam de aspectos teórico-metodológicos relacionados às novas abordagens historiográficas e ao uso de fontes comumente utilizadas pelo historiador.

No primeiro artigo deste volume, Ariel de La Fuente, em “Tradiciones orales y literatura en el siglo XIX argentino: los casos del *Facundo* y el criollismo”, aborda as relações entre “cultura letrada” e “cultura popular” – neste último caso, particularmente a oral –, a partir de um privilegiado *corpus* documental: a *Colección del folklore de la encuesta docente*. Por meio dessa documentação e da comparação com outras fontes, Ariel relaciona, questiona e contrapõe fragmentos de narrativas e contos populares, de cunho oral, com textos clássicos do pensamento político argentino e latino-americano, como *Facundo: civilización y barbárie*, publicado primeiramente em 1845. De

La Fuente considera que o consagrado autor se apropriou de uma tradição oral argentina que circulava pelo país que discorria sobre distintos aspectos dos conhecidos caudilhos, líderes políticos locais do século XIX.

O segundo artigo versa sobre problemas relativos ao tratamento dado ao relato de viagem, quando utilizado como fonte documental. Mary Anne Junqueira, em “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”, a partir de bibliografia recente sobre o tema, discute algumas das características próprias desse documento. Em outro momento, centra o debate em torno de um aspecto crucial que envolve a fonte: o que comumente se considera como relatos de viagem é um *corpus* documental que se caracteriza pela heterogeneidade, marcado por uma diversidade extraordinária. Para tal investida, a autora busca argumentos defendidos por profissionais de outras áreas das Ciências Humanas, predominantemente críticos literários, que consideram os relatos de viagem como um “gênero híbrido”. Para Junqueira, as particularidades que distinguem as fontes, por um lado, demonstram a riqueza desse documento para o historiador e, por outro, indicam os cuidados a serem tomados pelo profissional ao escolher trabalhar com esses textos.

Stella Maris Scatena Franco, com “Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental”, parte do mesmo objetivo – discutir relatos de viagem – para trilhar caminho diferente. Calcada na análise de parte da produção acadêmica brasileira sobre os relatos, a autora interessa-se por observar os usos que os historiadores – e pesquisadores de outras áreas das Ciências Humanas – fizeram e fazem do documento. Em um primeiro eixo de argumentação, procura compreender as possibilidades da fonte para o estudo das representações e dos imaginários (seja do país de origem do viajante, seja do lugar da visita ou da estada); em seguida, indica a riqueza desses relatos

para os estudos dos aspectos materiais envolvidos na viagem, das práticas sociais e do cotidiano das sociedades visitadas. Entende que esses âmbitos não devem ser excludentes, mas, bem ao contrário, podem e devem imbricar-se nas pesquisas.

Na linha das questões postas por trabalhos que enfocam a produção cultural e os seus suportes, o texto de Gabriela Pellegrino Soares, “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”, inclina-se ao âmbito da circulação das ideias, suas apropriações e o papel dos distintos agentes, em especial dos mediadores culturais, responsáveis, em muitos casos, por realizar as pontes, traduções e transculturações entre universos culturais, estrangeiros ou não. Nessa trilha, enfatiza o papel do historiador ao empreender a busca por “estruturas de pensamento de cada época”. Ao adentrar por esse campo, a autora aborda os problemas relativos à recepção das obras e da formação do público leitor. Além disso, problematiza as análises sobre as abrangências nos campos de ação dos mediadores, considerando que estes circularam por espaços múltiplos, devendo o historiador ponderar sobre a diversidade de ambientes nos quais trafegavam esses sujeitos e sobre a variedade de ações nas quais se envolviam.

Já Regina Aída Crespo – em “Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural” – indica caminhos e tratamentos para os estudos das revistas literárias. Seus argumentos são acompanhados da apresentação de diversas revistas hispano-americanas da primeira metade do século XX, elegendo algumas, particularmente *Repertorio Americano* (Costa Rica) e *Amauta* (Peru), para realizar uma análise mais detida na questão da duração das revistas, mostrando que tal aspecto nem sempre é condicionante do grau de representatividade desse órgão da imprensa no meio cultural e letrado no qual se inscreve. Segundo a autora, “as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais”, demonstrando a importância

desses meios impressos para os debates intelectuais, os embates de inspiração política, as criações literárias. Crespo discute ainda as relações desses periódicos com o público leitor, já que muitos desses aspectos podem sobrepor-se numa mesma revista.

Por fim, o trabalho de Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, “O Projeto Iberconceptos: uma proposta de história conceitual do mundo ibero-americano (1750-1870)”, toma uma rota alternativa em relação aos textos anteriormente citados. A autora trouxe para o âmbito do projeto temático “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)” a experiência do Projeto Ibero-americano de História Conceitual, do qual ela faz parte. Trata-se do esforço conjunto de estudiosos dos dois lados do Atlântico, reunidos com o intuito de mapear “conceitos, linguagens, vocabulários, discursos e metáforas políticas que circularam no mundo ibero-americano” da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Sá Mäder trata dos objetivos, das hipóteses e da metodologia que informam o Projeto internacional, indicando alguns dos resultados do trabalho da equipe.

Esperamos que a divulgação dos textos das apresentações do projeto temático contribua para aprimorar o trabalho do historiador.

A todos, uma ótima leitura.

AS ORGANIZADORAS

Tradiciones orales y literatura en el siglo XIX argentino: los casos del *Facundo* y el criollismo

Ariel de la Fuente¹

En 1921 las autoridades del Consejo Nacional de Educación de Argentina instruyeron a los maestros de las escuelas primarias de su dependencia, diseminadas en todas las provincias del país, para que en los respectivos distritos entrevistaran a sus habitantes y recogieran testimonios relativos a conocimientos locales, los que podían incluir desde métodos tradicionales para cultivar la tierra y juegos infantiles hasta relatos de hechos históricos, canciones, proverbios, expresiones de religión popular, etc. Las instrucciones enviadas por las autoridades del Consejo recomendaban que los maestros entrevistaran, en lo posible, a las personas de mayor edad del lugar, quienes, se suponía, podrían contribuir con material de más antigua data. Como se esperaba, los maestros entrevistaron a sus vecinos y registraron de puño y letra la información vertida oralmente por aquellos, con lo que formaron legajos que luego enviaron a la sede del Consejo, en la ciudad de Buenos Aires. El resultado del proyecto fue la formación de la monumental *Colección de folklore de la encuesta docente*, que consta de decenas de miles de páginas manuscritas y cuyo vastísimo repertorio oral es, verdaderamente, un censo cultural de la Argentina de comienzos del siglo XX

1. Professor de História Moderna Latino-americana. Purdue University, Estados Unidos.

(en particular de las áreas rurales). Una gran proporción de los informantes tenían, en 1921, entre 70 y 90 años de edad, es decir que por su experiencia y educación pertenecían al siglo XIX, lo que convierte a la colección en una fuente riquísima para el estudio de la sociedad, la cultura y la política de ese período.²

Pero, como cualquier otra fuente, la utilización del folklore recogido en 1921 presenta desafíos metodológicos para las investigaciones históricas del siglo XIX. Desafíos que se pueden resumir en una pregunta: ¿podemos estudiar la cultura o la política de, por ejemplo, la década de 1860, con tradiciones orales recogidas en 1921? O, dicho de otro modo y con referencia a una cuestión más específica: ¿hasta qué punto los testimonios sobre figuras históricas como los caudillos contenidos en la colección representan la forma que tomaba su recuerdo a principios del siglo XX más que el modo en que efectivamente los veían sus contemporáneos?³ En el caso de algunos caudillos, como los riojanos Facundo Quiroga (1788-1835) y Chacho Peñaloza (1796-1863), el repertorio oral presenta el problema metodológico adicional de que, luego de su muerte, ambos fueron recreados en la literatura: Quiroga lo fue por Domingo F. Sarmiento en su clásico *Facundo* (1845) y el Chacho se transformó en la figura de varias novelas de Eduardo Gutiérrez y de sus numerosas imitaciones criollistas en verso entre las décadas

-
2. Para el uso de la colección como fuente para el estudio de la política y cultura popular en el siglo XIX ver DE LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del estado nacional argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo, 2007; el trabajo de compilación más completo realizado con la colección (el cual también incluye un estudio folklórico) es el de FERNÁNDEZ LATOUR, Olga. *Cantares históricos de la tradición argentina*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Investigaciones Folklóricas, 1960.
 3. Respondo más generalmente estas preguntas metodológicas en DE LA FUENTE, Ariel, op. cit., cap. 6.

de 1880 y 1920. Es decir, es legítimo sospechar que el repertorio oral sobre los caudillos recogido en 1921 haya sido moldeado por las versiones que presentaron Sarmiento, Gutiérrez y los imitadores de este último. Determinar si esto fue así y, más generalmente, cuál fue la relación entre las tradiciones orales recogidas en 1921 y la literatura del siglo XIX es el principal objetivo del presente trabajo.

Esta investigación metodológica, entonces, por su propia naturaleza permite además proponer conclusiones, sin duda parciales, sobre una cuestión que ha interesado a los historiadores de la cultura: la relación entre la palabra escrita y la cultura oral.⁴

La elucidación o, aunque más no sea, la exploración de esta cuestión ha requerido no sólo un análisis de la naturaleza de las tradiciones orales y de su contexto histórico de producción sino, también un estudio de los textos literarios que incluya su contexto político, el lugar de la oralidad y la ficción en ellos, las formas de circulación, su lectura y su recepción. Es decir, la exploración metodológica de la validez de las tradiciones orales recogidas en 1921 como fuentes para el estudio del siglo XIX implica, necesariamente, un abordaje interdisciplinario desde la historia y la literatura.

LA ORALIDAD EN EL *FACUNDO*

En una sociedad materialmente pobre y predominantemente analfabeta, como la del Interior rural en la Argentina del siglo XIX, las representaciones de los caudillos se daban prin-

4. CHARTIER, Roger. *Sociedad y escritura en la Edad Moderna*. México: Instituto Mora, 1995; BURKE, Peter. *Popular Culture in Early Modern Europe*. New York: Harper Torchbooks, 1978; DAVIS, Natalie Z. *Society and Culture in Early Modern France*. Stanford: Stanford University Press, 1975.

principalmente en el ámbito de la cultura oral.⁵ Diferentes géneros orales, como chistes y discursos, tenían a los caudillos como protagonistas, pero la mayoría del repertorio que los incluía tenía la forma de cantares y relatos. En estas representaciones la figura de Facundo Quiroga ocupó, tal vez, el lugar más importante.

Algunas de las cualidades que el repertorio oral le atribuía a Facundo también están presentes en el retrato que Sarmiento hizo del famoso caudillo. Como en el repertorio oral, en el *Facundo* Quiroga es un individuo proclive a la violencia física o, como el rey Salomón, imparte justicia recurriendo a su excepcional inteligencia y sabiduría. Sin embargo, las imágenes que nos presentan el repertorio oral y Sarmiento en su libro no siempre coinciden. Más aún, aunque en algunos casos se refieren a los mismos episodios en la vida de Facundo sus significados divergen claramente. De modo que las similitudes y diferencias entre lo que conocemos del repertorio oral del siglo XIX, recogido en 1921, y el *Facundo*, escrito y publicado en 1845, inevitablemente generan dudas y preguntas acerca de la naturaleza de la colección de folklore de 1921 y, al mismo tiempo, sobre la relación entre el libro de Sarmiento y la cultura oral del siglo XIX: ¿puede ser que los relatos recogidos en 1921 sean oralizaciones tardías del *Facundo*? Ciertamente hay que considerar esa posibilidad.

En la segunda parte de este trabajo veremos, sin embargo, las dificultades y limitaciones de la palabra escrita para penetrar y pasar a formar parte de la cultura oral. En realidad, la mayor parte de la evidencia que he podido examinar sugiere que era altamente improbable que un texto en prosa, como es el caso del *Facundo*, pudiese desplazarse fácilmente hacia la oralidad y

5. Para las representaciones orales de los caudillos riojanos ver DE LA FUENTE, Ariel, op. cit., cap. 6.

establecerse en su repertorio más o menos permanentemente. Más aún, en los, literalmente, cientos de legajos que consulté de la colección de 1921 encontré sólo dos casos en los que el material claramente reflejaba la lectura del libro de Sarmiento y en los dos se cuenta la pelea de Facundo con el tigre, episodio que abre el capítulo V, titulado “Vida de Juan Facundo Quiroga”. Uno de los textos es una transcripción literal hecha por una maestra de la provincia de Buenos Aires quien tituló su colaboración “Facundo y el tigre narrado por el señor D. Faustino Sarmiento”.⁶ El otro relato fue aportado por un informante de la provincia de Tucumán, de 68 años de edad; en este caso la maestra que lo recogió reconoció fácilmente la fuente del relato y agregó como comentario propio que el cuento era “una narración imperfecta del *Facundo*”. Pero además, cuando el mismo informante contó otro cuento, la maestra anotó que el relato era muy parecido al de “Felinia y su perro”, contado en *Las mil y una noches*, lo que sugiere que el informante pertenecía a la cultura letrada.⁷

Por otra parte, como he mostrado en otro trabajo,⁸ el caudillo Quiroga era muy popular entre las poblaciones rurales analfabetas y, consecuentemente, se había convertido en el protagonista de numerosos relatos y creencias, muchas de las cuales fueron recogidas en 1921; sin embargo, un buen número de ellas no están presentes, ni siquiera parcialmente, en el *Facundo*, lo que indica, al menos, que el repertorio oral no necesariamente derivaba del libro y que podía tener un origen alternativo.

Entonces, ¿podría ser que las similitudes entre algunos de los relatos recogidos en 1921 y ciertos pasajes del *Facundo* se

6. CFED, provincia de Buenos Aires, Legajo 187, Pigué, maestra: Eduarda Serra.

7. CFED, provincia de Tucumán, Legajo 183, La Calera, informante: Hipólito Luna, 68 años en 1921.

8. DE LA FUENTE, Ariel, op. cit.

expliquen por la deuda que el clásico de Sarmiento tiene con la cultura oral del siglo XIX? Esta es una posibilidad que, definitivamente, vale la pena explorar.

La adolescencia y la temprana juventud de Sarmiento coincidieron cronológicamente con la carrera política de Quiroga en el interior, por lo cual el sanjuanino tenía un conocimiento de primera mano sobre ciertos aspectos de la vida Facundo y su actuación en los conflictos partidarios, la cual sin duda utilizó en su libro. Pero además usó la información y los testimonios aportados por otros contemporáneos del caudillo, algunos de ellos riojanos. Varios de esos testimonios fueron recogidos como parte de la “investigación” que Sarmiento realizó para escribir la biografía de Quiroga, en cuya tarea el autor fue ayudado por su correligionario sanjuanino, Antonino Aberastain. En marzo de 1845, Aberastain, que vivía en Copiapó (Chile), le escribió a Sarmiento, radicado en Santiago:

Para llenar [su pedido] de recoger datos sobre la biografía de Facundo Quiroga, he visto a todos los riojanos capaces de darlos... [uno de ellos] ya me ha dado muchos hechos, y bajo su dictado estoy haciendo apuntes... En fin, algunas anécdotas y hechos recojo que mandaré a Vd...prometo... datos preciosos sobre el carácter particular de Quiroga ... aventuras y hechos privados, o al menos que no han salido de La Rioja y no tienen relación con la historia general de la República.⁹

Sarmiento, entonces, usó “datos preciosos”, “anécdotas”, “aventuras y hechos privados” relacionados con el caudillo que le fueron transmitidos oralmente por algunos riojanos que habían sido contemporáneos del caudillo.

9. Antonino Aberastain para Sarmiento, Copiapó, marzo 16, 1845. In: SARMIENTO, Domingo F. *Facundo* (edición crítica anotada y prologada por Alberto Palcos). La Plata: Universidad de la Plata, 1938. p. 289-92.

Como señaló Alessandro Portelli, frecuentemente “la oralidad está entretejida en la misma textura del documento escrito”, el cual puede contener no más que “una transmisión de fuentes orales no identificadas sobre las que [el historiador] no tiene ningún control” en cuanto a precisión o veracidad.¹⁰ Esto es cierto no solo en el caso del *Facundo* sino también en el de numerosas memorias o textos de ficción del siglo XIX en los cuales se han incorporado mas o menos solapadamente materiales orales como tradiciones locales, rumores, supersticiones, etc. En este sentido son ilustrativas las aclaraciones “metodológicas” del riojano Guillermo Dávila en 1868, cuando escribió un estudio sobre la historia de la minería en el valle riojano de Famatina:

Todo lo que aquí consignamos sale de fuentes seguras, ya sea por relaciones verbales o documentos históricos; y solo cuando estos nos falten, llenaremos el vacío con tradiciones universalmente aceptadas en la Rioja y conocidas de nosotros desde nuestra niñez.¹¹

En realidad, como ocurre en el caso del *Facundo*, el repertorio oral de 1921 también tiene similitudes con relatos, supersticiones y creencias registrados en textos como las *Memorias* del General José María Paz o como la novela *The Purple Land*, de W. H. Hudson, que nunca tuvieron la relevancia ni alcanzaron la circulación del *Facundo*.¹²

10. PORTELLI, Alessandro. The death of Luigi Trastulli: form and meaning. In: _____. *Oral History*. Albany: State University of New York Press, 1991. p. 5-51.

11. DÁVILA, Guillermo, El mineral de Famatina. *Revista de Buenos Aires (Buenos Aires)*, v.XXIII, p.69, 1870.

12. En la carta-prólogo de la segunda edición (1851) Sarmiento dice que el libro ha llegado “a los campamentos del soldado y la cabaña del gaucho, hasta hacerse él mismo, en las hablillas populares, un mito como su hé-

Esta penetración y sedimentación de la oralidad en el texto escrito ocurrió, por supuesto, también en la prensa. Los diarios del siglo XIX están repletos de chismes, rumores, anécdotas y noticias de hechos transmitidas oralmente y relacionados con la política y sus principales protagonistas. Por lo menos algunos de estos periódicos fueron usados decisivamente por Sarmiento para escribir el *Facundo*, fenómeno que hasta ahora ha sido esencialmente ignorado y que estudio en otra parte de mi proyecto;¹³ es posible, por lo tanto, que Sarmiento también haya accedido al repertorio oral mediado por el registro que de él hizo la prensa contemporánea, cuestión que veremos más adelante.

Entonces, lejos de ser necesariamente las fuente originadoras de tradiciones orales, el *Facundo* y otros textos del siglo XIX deberían más bien ser vistos como testigos (ciertamente sospechosos) y testimonios de la cultura oral de su tiempo; testimonios, sin duda, mediados y alterados por la escritura y, por lo tanto, potencialmente sesgados. Así, las similitudes entre ciertos pasajes del *Facundo* y los relatos y anécdotas recogidos en 1921 se podrían explicar tanto por la deuda que la escritura de Sarmiento tiene con la cultura oral del siglo XIX como por la supervivencia de parte de ese repertorio a principios del siglo XX. De modo que el conocimiento del repertorio oral sobre *Facundo* Quiroga recogido en 1921 y su indagación metodológica nos dan, a su

roe". SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977. p.19. Si bien no caben dudas de la amplia audiencia que el libro gozó entre miembros de la cultura letrada no he visto nunca referencias a su circulación entre los, predominantemente analfabetos, sectores populares. Tal vez más importante aún, todavía falta un estudio de las ediciones y distribución del libro a fines del siglo XIX y principios del XX y de su incorporación al curriculum de la educación primaria en ese mismo período.

13. Esta sección del presente trabajo es parte de un proyecto más amplio titulado, tentativamente, "Investigaciones sobre la escritura del *Facundo*".

vez, la oportunidad excepcional de explorar las fuentes orales del *Facundo* y la forma en que Sarmiento las usó.¹⁴

ENTRE LA VIOLENCIA Y EL DINERO

Uno de los relatos que han hecho necesaria una exploración metodológica que clarifique la relación entre las tradiciones orales y el *Facundo* es una anécdota recogida en el pueblo de San Antonio, en la región de la Costa Alta de los Llanos de La Rioja, lugar donde nació y creció Facundo Quiroga. El informante que lo contó fue Balbino Garay, quien en 1921 tenía poco menos de 70 años. Lamentablemente, las instrucciones enviadas a los maestros para guiarlos en la recolección de los testimonios solo les indicaban que registraran el nombre y la edad del informante y el lugar donde vivían; de modo que, en general, los legajos de la colección no ofrecen ninguna información sobre su condición social, educación, etc. En este caso creí conveniente conocer un poco más al informante y la investigación en censos de población y archivos judiciales me permitió saber que sus padres habían nacido en los Llanos entre 1810 y 1820 y que ambos habían sido analfabetos; Balbino era uno de sus seis hijos que llegaron a ser adultos, de los cuales la mitad también fueron analfabetos,

14. Hace ya décadas Alberto Palcos sugirió la importancia de las tradiciones orales en el *Facundo*. Algunos investigadores han explorado la función de la oralidad en el libro, pero sin investigar el repertorio oral que efectivamente nutrió la escritura de Sarmiento; véase: BORELLO, Rodolfo. *Facundo: heterogeneidad y persuasión, Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 263-264, 1972; RAMOS, Julio. *Saber del Otro: escritura y oralidad en el Facundo de D. F. Sarmiento*. In: _____. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: literatura y política en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989; PIGLIA, Ricardo. *Sarmiento the writer*. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio et al., *Sarmiento, author of a nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.

mientras que los otros tres (entre ellos Balbino) aprendieron a leer y escribir. En los comienzos de su vida familiar los padres de Balbino fueron pequeños criadores de ganado pero para 1870 habían logrado acumular, para lo que era la muy pobre economía de los Llanos, una respetable cantidad de animales (pero esto constituía una fortuna que estaba muy lejos de lo que aún los pequeños ganaderos de la zona pampeana tenían).¹⁵ Es decir, los Garay eran modestos criadores de ganado, la familia había vivido en los Llanos de La Rioja al menos durante dos generaciones y dado el analfabetismo predominante en ella (como en el resto de esa sociedad), se puede sospechar que habían tenido muy poco acceso a la cultura letrada.

Según lo que contó Garay en 1921,

Como el padre de Quiroga lo mandaba a este todos los días que trajera leña, empezó a no gustarle este trabajo y siempre que lo mandaba salía rezongando y llorando. Una mañana se propuso traer mucha leña. Acarreó varias rastras y rodó con ellas la choza en que vivían sus padres.

El padre estuvo aquel día muy contento...

Al otro día, logrando que los padres se acostasen a la siesta, logró Quiroga de realizar su proyecto. Prendió fuego a la leña que rodeaba la choza y también a esta. La providencia hizo que se salvaran los pobres viejecitos.

Quiroga huyó a las sierras y solo bajaba por la noche a la casa de la abuela, quien le daba de comer sin que los padres lo sepan.

15. Tomo 299 del Censo Nacional de 1869 y tomo 1102 del Censo Nacional de 1895, ambos en los microfilms números 685900 y 0719025 de la *Family History Library*, Salt Lake City, USA; María Concepción Sánchez de Garay solicita se le nombre tutora y curadora de sus hijos— 1874— Archivo de la Justicia Provincial, La Rioja— Civil—#26. Para la comparación de las economías ganaderas de los Llanos de La Rioja y el litoral atlántico ver DE LA FUENTE, Ariel, op. cit., cap. 3.

Allá en las sierras pasó varios días escondido hasta que el padre perdonándolo lo llevó nuevamente a la casa.¹⁶

El relato tiene elementos que indican su origen local (recolectar leña era una tarea de rutina entre los Llanistos¹⁷) y su carácter familiar (la abuela que protege al nieto, el padre que eventualmente lo perdona). Se podría decir que es apenas una anécdota que recuerda las travesuras de la niñez, si no fuera que lo que la hace digna de ser contada (y lo que probablemente ayudó a mantenerla en el repertorio oral) es la desmesura y la violencia del ataque de Facundo contra sus padres. Este rasgo de personalidad es una constante en la mayoría de los relatos sobre Quiroga que fueron recogidos en 1921. Aún en los cuentos que lo presentan positivamente pero cuyas tramas hacen que los gauchos tengan que entrar en contacto con Facundo, aquellos no quieren encontrarse personalmente con el caudillo debido al miedo que su violencia física les inspira.

La misma anécdota contada por Garay aparece en el *Facundo*, pero con algunas diferencias. En la versión de Sarmiento cuando Facundo prende fuego la casa de sus padres el caudillo ya no es un niño sino un joven y el ataque tiene otro origen.

Cuéntase que habiéndose negado su padre a darle una suma de dinero que le pedía, acechó el momento en que padre y madre dormían la siesta, para poner aldaba a la pieza donde estaban y

16. CFED, provincia de La Rioja, San Antonio, carpeta 139.

17. Ver “D. Cruz Sosa contra la testamentaria de D. Domingo Bazán reclamando lo que le corresponde como hijo natural”, –1859– AJP(LR) – civil-1– f.27; también otro relato que refiere esta actividad, CFED, Provincia de La Rioja, Vargas, dossier 78, “Anécdota: el Tigre de los Llanos”, Informante: Gavina Romero, 95 años en 1921.

prender fuego al techo de pajas con que están cubiertas, por lo general, las habitaciones de los Llanos.¹⁸

Entonces lo que motivó la violencia de Facundo en este caso no es el trabajo que se le ordena sino el dinero que se le niega. Aún considerando esta sola diferencia respecto del relato recogido en 1921, es evidentemente que el sentido del relato es sustancialmente diferente. ¿Podría ser que estemos ante dos versiones del mismo relato que circulaban oralmente en el Interior de Argentina? Es, sin duda, una posibilidad. Por ejemplo, en la carta citada antes, Aberastain mismo le decía a Sarmiento que algunos de los testimonios que él había recogido se contradecían.

Sin embargo, la variabilidad de la cultura oral no debe ser admitida como un dato incontrovertible. En realidad hay también suficientes evidencias que muestran que ciertos relatos sobre algunos momentos o hechos claves en la vida de los caudillos podían ser muy estables y resistir modificaciones significativas a través de largos periodos de tiempo. Esto es lo que también sugiere otra documentación que atañe a la anécdota del incendio de la casa de los padres de Quiroga. En este sentido la lectura de la prensa unitaria de la década de 1820 nos ha dado la oportunidad excepcional de recuperar lo que puede considerarse una tercera versión del episodio. El 26 de enero de 1829, en el contexto de la revolución decembrista unitaria el periódico *El Pampero* publicó "Los pueblos y sus tiranos", un largo artículo que se dedicaba a repasar y denunciar los defectos de los líderes federales del interior, entre ellos Quiroga. La sección dedicada al jefe riojano era la más abultada y relataba numerosos hechos de su vida que, según entendía el articulista, reflejaban, entre otras cosas, su despreciable condición moral. Uno de los episodios que refería era, precisamente, el del incendio de la casa de

18. SARMIENTO, Domingo F., op. cit., p. 84.

los padres: “No parricida famoso, Buenos Aires no es el rancho en que están tus padres, y a quien puedes pegarle fuego, como le pegaste al en que ellos estaban”.¹⁹

Esta tercera versión nos permite, entonces, sacar algunas conclusiones parciales. Primero, nos da la posibilidad de fechar con cierta aproximación el marco temporal de la circulación de la tradición oral recogida en 1921 y comprobar que fue conocida y usada con anterioridad a la escritura del *Facundo*. Más aún, la circulación y conocimiento del hecho en la cultura oral debe haber sido bastante amplia ya que un cantar popular unitario que circuló desde la década de 1820 y que también fue recogido en 1921, calificaba al caudillo de “parricida”.²⁰ Segundo, esta versión sugiere, como otras evidencias ya presentadas, que el libro de Sarmiento puede muy bien ser deudor de la cultura oral; y del mismo modo, podemos pensar que la anécdota contada por Garay en 1921 no tiene por qué ser necesariamente una oralización del *Facundo* y que, parecería, más bien una supervivencia del repertorio oral anterior al libro, fenómeno que también se ha dado, como veremos en la segunda parte de este trabajo, en las tradiciones orales que refieren la muerte del caudillo Chacho Peñaloza. Tercero, vemos que en cuanto a lo esencial del episodio (Quiroga prende fuego a la casa mientras sus padres están en ella) la versión recogida en 1921 no es diferente a la de 1829, lo que sugiere el nivel de estabilidad que podían alcanzar las tradiciones orales. Cuarto, es posible también que Sarmiento haya llegado a esta anécdota a través de la oralidad mediatizada por la prensa unitaria. En este sentido es importante señalar que el largo artículo que incluye este episodio también relata otros supuestos hechos del caudillo que, cuando se leen en conjunto, parecen una anticipación del capítulo 5

19. Los pueblos y sus tiranos. *El Pampero*, v.26, p.3, ene. 1829.

20. FERNÁNDEZ LATOUR, Olga, op. cit., p. 32-5.

del *Facundo* titulado “Vida de Juan Facundo Quiroga” donde Sarmiento cuenta el asesinato del juez de paz y la herida en la cabeza a su propio hijo y presenta a Facundo como desertor y como gaucho acostumbrado a las peleas, etc.

Aún así, nuestra pregunta sobre las diferencias de sentido entre la versión oral y local y la sarmientina, se mantiene ya que en la del texto periodístico no hay referencias explícitas sobre la motivación de Facundo para prender fuego a la casa de sus padres. Para acercarnos a una explicación más satisfactoria sobre esas diferencias y, sobre todo, para entender la versión contada en el *Facundo* y la forma que toma la presencia de la oralidad en la obra, hay que explorar la lógica del relato que propone el libro de Sarmiento y la función que cumple en él la anécdota del incendio. Es decir, para intentar responder la pregunta metodológica respecto de la naturaleza del folklore recogido en 1921 y su valor como documento para estudiar el siglo XIX, es necesario recurrir al análisis literario de un texto de la alta cultura.

CORRUPCIÓN POLÍTICA Y FICCIÓN

Como dije antes, en la versión de Sarmiento la motivación es el dinero, lo que de alguna forma compite con la cuestión de la violencia de Facundo o la deja en un plano secundario. En el modelo de la biografía clásica²¹ adoptado por Sarmiento este episodio pertenece a la prehistoria del héroe y con esta versión de la anécdota Sarmiento parece “encontrar” y “probar” el origen de uno de los rasgos más notorios de la carrera política de Facundo: su corrupción. Pero el “hallazgo” de este “hecho revelador”,²² propongo, es consecuencia de la escritura ficcional

21. BORELLO, Rodolfo, op. cit., p. 295-9.

22. La expresión es de Tulio Halperín Donghi.

de Sarmiento. De hecho la introducción de la anécdota por parte de Sarmiento está plagada de contradicciones, vacilaciones y medias verdades, síntomas en sí mismas, de la presión a la que el autor la somete. Antes de referir el incendio de la casa Sarmiento dice que:

A esta época se refiere un suceso que está muy valido y del que nadie duda. Sin embargo, en uno de los manuscritos que consulto, interrogado su autor sobre este mismo hecho, contesta: “que no sabe que Quiroga haya tratado nunca de de arrancar a sus padres dinero por la fuerza”; y contra la tradición constante, contra el asentimiento general, quiero atenerme a este dato contradictorio. Lo contrario es horrible!

Y luego de contar la anécdota Sarmiento agrega esta nota:

Después de escrito lo que precede, he recibido, de persona fidedigna, la aseveración de haber el mismo Quiroga contado en Tucumán, ante señoras que viven aún, la historia del incendio de la casa. Toda duda desaparece ante deposiciones de este género.²³

En realidad, lo que parece ser la única información confiable (contenida en un manuscrito y confirmada por el informante que lo redactó) contradice la versión que Sarmiento quiere contar y el resto de la evidencia que presenta para demostrar la veracidad del hecho se refiere al atentado de Facundo contra sus padres, pero no dice nada de sus motivaciones. Sin embargo, y a pesar de decir que “es horrible”, Sarmiento cuenta la versión en la que el dinero (o la codicia) es el disparador del hecho.

Como señaló Borges, una narración es “un juego preciso de vigilancias, ecos y afinidades. Todo episodio en un cuidadoso

23. SARMIENTO, Domingo F., op. cit., p. 84.

relato es de proyección ulterior”.²⁴ Así, en el relato de Sarmiento el incendio de la casa anticipa una característica de la carrera política de Quiroga: las enormes contribuciones forzosas de dinero que el caudillo impuso una y otra vez a sus enemigos unitarios derrotados en Tucumán, en San Juan, en Mendoza y en cualquier otra provincia en que triunfara. Cuando Sarmiento se refiere a esas contribuciones usa las mismas expresiones e imágenes que usó para referirse al incendio de la casa. El supuesto informante de Sarmiento dice que él no sabe que “Quiroga haya tratado nunca de *arrancar* a sus padres dinero *por la fuerza*”, mientras que las contribuciones monetarias impuestas por Facundo y otros federales son referidas como “las sumas *arrancadas por la violencia* a los ciudadanos”, que Facundo “daba *muerte y tormento* a tantos ciudadanos *a fin de arrancarles dinero para la guerra*”, o “la contribución de 100.000 pesos que han *arrancado* a los unitarios *aterrados*”.²⁵ Así, en el *Facundo* el incendio de la casa de los padres se transforma en una suerte de miniatura de la economía política de las guerras civiles y del caudillismo que Sarmiento va denunciar en numerosas oportunidades en varios de sus libros. En *Campaña en el ejército grande*, por ejemplo, Sarmiento dice que

El sistema de los caudillos puede reducirse a esta simple expresión: un negocio de fortuna y ambición... la violación de todas las leyes naturales y económicas en que reposan las sociedades... Facundo Quiroga extinguió ganado y población en La Rioja.²⁶

24. BORGES, Jorge Luis. El arte narrativo y la magia. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974. v. I, p.231.

25. SARMIENTO, Domingo F., op. cit., p.84, 152, 185, 187. El énfasis es mío.

26. SARMIENTO, Domingo F. *Campaña en el ejército grande de Sudamérica*. Edición prolongada y anotada por Tulio Halperín Donaghi. Bernal: Universidad de Quilmes, 1997. p.162.

La forma que toma la ficcionalización de esta anécdota ya estaba, se podría argumentar, contenida en el discurso de la prensa unitaria de la década de 1820. Como hemos visto, el articulista de *El Pampero* establece una comparación entre “el rancho” de los padres de Facundo y una provincia (la de Buenos Aires) a la cual, se le advierte a Quiroga, no la va a poder hacer blanco de su violencia como cuando, siendo joven, hizo con la casa de sus padres. Pero si bien Facundo nunca llegaría a desplegar su legendaria violencia contra Buenos Aires, sí lo había hecho ya en algunas provincias del interior y obtenido beneficios monetarios, como también señalaba el articulista unitario: Dorrego le había mandado “cantidad de pesos y de onzas de oro, pagándote la infame tarea de haber robado, estrupado [sic] y talado al virtuoso pueblo de Tucumán”. En este fragmento de discurso partidario ya vemos, entonces, la posibilidad de usar ese hecho ciertamente excepcional como antecedente y miniatura del comportamiento político que Facundo va a exhibir como caudillo.

La economía política de las guerras civiles, sus métodos y, especialmente, las oportunidades de enriquecimiento que le brindaban a los líderes de los partidos en disputa ocuparon un lugar destacado en la opinión pública de las décadas de 1820 y 1830. Un episodio en la vida del General Paz, jefe unitario, nos permite entender bien esta cuestión. Mientras Paz controló la provincia de Córdoba, entre 1829 y 1831, decidió imponer varias contribuciones a los vecinos y enemigos, cuyo objetivo era financiar la guerra contra Facundo y otros caudillos federales. Como el mismo Paz admitió más tarde, sus contribuciones fueron muy resistidas, lo que tal vez explique la discusión cuidadosa y detallada de este aspecto de su gobierno que decidió hacer en sus *Memorias* (las cuales tuvieron como objetivo defender su carrera ante la opinión pública de aquel tiempo). Las contribuciones y la conducta de algunos de sus subordinados (como

la del general Lamadrid, que ya veremos) le labraron a Paz una mala reputación no solo entre los jefes federales sino también entre quienes ocupaban los escalones inferiores de aquel partido. Cuando en 1831 Paz fue capturado por un grupo de gauchos federales uno de los oficiales de la montonera le dijo:

Usted es ya un hombre perdido; de consiguiente, de nada puede servirle el caudal que ha atesorado, y como es indudable que usted lo tiene en metálico y este está enterrado, nada pierde usted en revelarme el lugar del depósito, para extraerlo en oportunidad, y quizá después podré servirle con estos mismos recursos.²⁷

Luego, mientras descansaban alrededor del fogón, los oficiales y soldados volverían a mencionar la supuesta riqueza de Paz.

Pero si bien el episodio revela que la idea de que los jefes de los partidos se enriquecían con las luchas políticas era de amplia aceptación en la opinión pública, el caso de Quiroga parece haber ocupado un lugar especial en ella. Por ejemplo, aunque las contribuciones forzosas no fueron exclusividad de Quiroga, Sarmiento las asocia particularmente con el jefe riojano y mientras que en *Recuerdos de provincia* califica a Facundo de “ladrón de pueblos”, en el *Facundo* llega a decir que Rosas, al menos, “no saquea los pueblos”.²⁸

Más aún, los enemigos del caudillo riojano no solo lo culpaban de las contribuciones forzosas sino que también hablaban de su relación con el dinero en general y habían hecho de su fortuna personal una cuestión política. En marzo de 1845 Aberastain, por ejemplo, le informó a Sarmiento que a través

27. PAZ, José María. *Memorias*. Buenos Aires: Emecé, 2000. v. II, p. 19. Énfasis en el original.

28. SARMIENTO, Domingo F. *Recuerdos de provincia*. Buenos Aires: Losada, 1992. p. 42; SARMIENTO, Domingo F., op. cit., 1938, p.179.

de sus entrevistas se había enterado de que Facundo no había sido “nada generoso en materia de interés, ni con sus amigos. Al contrario, avaro hasta la *suciedad*. A nadie le daba fortuna”.²⁹ Esa es, precisamente, una de las características de la personalidad del caudillo que Sarmiento subraya en su libro: “Y no se crea que la ciudad [de Tucumán] ha sido abandonada al pillaje, o que el soldado haya participado de aquel botín inmenso!... aquel botín de medio millón es solo para el general”.³⁰ Finalmente, Sarmiento explica: “El egoísmo es el fondo de casi todos los grandes caracteres históricos ... fortuna, poder, autoridad, todo está con él”.³¹ Además, la fortuna personal de Facundo también fue objeto de los comentarios y resentimientos unitarios, los cuales dejaron su marca incluso en el mismísimo archivo de Quiroga. En 1827 el caudillo interceptó una carta que Miguel Díaz de la Peña le envió a Manuel Antonio Gutiérrez, ambos unitarios catamarqueños y enemigos de Quiroga. Según el caudillo la carta contenía una “calumnia”, lo que decidió a Facundo a responderle al autor de la correspondencia, aunque él no había sido el destinatario. La respuesta de Quiroga, además de calificar a su enemigo político de “hijo de puta”, también reproduce la supuesta “calumnia”: Díaz de la Peña le había dicho Gutiérrez que “Ud. será pagado de lo que le han robado, sino se lo saca [se lo roba ud. mismo] con usura a Quiroga, de lo mucho que ha robado ese pícaro y tiene escondido en los llanos”.³² En 1830, tres años después de que Quiroga hubiese interceptado la carta, un acontecimiento confirmaría que lo que el caudillo tenía escondido en los Llanos era, realmente, mucho. En esa

29. Aberastain a Sarmiento, Copiapó, marzo 16, 1845. Énfasis en el original.

30. SARMIENTO, Domingo F., op. cit., 1938, p.177-9.

31. Ibidem, p. 98.

32. *Archivo del Brigadier General Juan Facundo Quiroga*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1988, borrador de carta, Mayo 20, 1827, IV, 364.

oportunidad el General Lamadrid persiguió a Facundo y lo obligó a huir de su provincia, circunstancia que el militar unitario aprovechó para robarle a Quiroga más de 93.000 pesos, que el líder federal había enterrado en sus legendarios “tapados”. Esta operación muy probablemente contribuyó a labrarle al General Paz (jefe de Lamadrid) la mala reputación de que, hemos visto, gozaba entre los gauchos federales pero también es cierto que no era enteramente merecedor de ella: la suma que Lamadrid le dijo a Paz haberle confiscado a Quiroga era apenas un tercio de lo que en realidad le robó al jefe riojano...³³

Pero la especial reputación de Facundo responde a un hecho que era bien conocido en las décadas de 1820 y 1830 y que no es arriesgado calificar de excepcional: la impresionante evolución de la fortuna de Quiroga quien, claramente, había demostrado una muy rara habilidad para combinar su carrera política con los negocios personales. De acuerdo con el testamento que Quiroga confeccionó en 1835, Facundo no había heredado nada de sus padres y su fortuna había sido acumulada durante su vida de casado, entre 1817 y 1835, período que coincide, casi exactamente, con su carrera política. Su fortuna era de 206.151 pesos plata, suma que probablemente hacía de él el individuo más rico de todas las provincias del interior y también lo ubicaba entre los más ricos en la provincia de Buenos Aires.³⁴ Esta

33. Sobre este episodio véase PEÑA, David. *Juan Facundo Quiroga*. Buenos Aires, 1968. p.146-7; y también la confirmación y los comentarios del general Paz censurando la conducta de Lamadrid. PAZ, José María, op. cit., v. I, p. 511.

34. FITE, Ernesto J. *Bienes sucesorios del Brigadier General Don Juan Facundo Quiroga*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1971. Las cifras están todas en pesos fuertes, pero la mayoría de ellas en el testamento de Facundo están en pesos moneda corriente (de la provincia de Buenos Aires). He convertido el total original de 1.443.057 pesos moneda corriente utilizando una tasa de conversión de 7 a 1 (registrada

acumulación impresionante no puede haber sido el producto de sus actividades ganaderas en los Llanos ni aún de las prebendas que su poder le permitió conseguir en la también muy limitada economía de La Rioja.³⁵ Parece haber sido, más bien, consecuencia de su inclinación a usar varios “medios directos de fortuna”, como los llamó Sarmiento.³⁶ En este sentido la forma en que Quiroga invirtió su fortuna cuando él y su familia se mudaron a Buenos Aires, es ilustrativa del modo en que combinaba la política y los negocios privados. En 1834, siguiendo el consejo de un amigo que, a su vez, estaba conectado con el ministro de hacienda, Facundo le prestó dinero al gobierno de la provincia de Buenos Aires, que le reconoció el préstamo dándole fondos públicos que cotizaban a 40 pesos (moneda corriente), los cuales en muy poco tiempo se dispararon y cotizaron a 58 pesos. Eventualmente esta operación se conoció en los círculos políticos y comerciales de Buenos Aires, lo cual desató una controversia pública. Quiroga, en una carta a los editores de *La Gaceta Mercantil* (periódico oficioso), admitió haber logrado “una ganancia enorme” y, para evitar sospechas, le ofreció al gobier-

en el mismo testamento), lo que da un total de 206.151 pesos fuertes. En 1823 la fortuna más grande en la provincia de Mendoza rondaba los 70.000 pesos; en 1838 la fortuna del caudillo santafesino Estanislao López era de 48.860 pesos; y a finales de la década de 1830 la fortuna del comerciante más rico de Córdoba llegaba a los 36.650 pesos; véase BRAGONI, Beatriz. *Los hijos de la revolución*. Familia, negocios y poder en Mendoza en el siglo XIX. Buenos Aires: Taurus, 1999. p.43; GOLDMAN, Noemí; TEDESCHI, Sonia. Los tejidos formales del poder. caudillos en el interior y el litoral rioplatenses durante la primera mitad del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comp.) *Caudillismos rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p.149.

35. DE LA FUENTE, Ariel, op. cit., en particular cap. 1, 2 y 3.

36. SARMIENTO. Domingo F., op. cit., p. 100.

no la oportunidad de cancelar la operación.³⁷ No sabemos cuál fue la respuesta del gobierno, pero de hecho, un año más tarde, cuando Facundo murió, su testamento mostraba que el 72% de su fortuna todavía estaba invertida en los fondos públicos de la provincia. Como ocurrió con otros aspectos de la fortuna de Quiroga, el episodio de los bonos tampoco escapó a la atención de Sarmiento que en su biografía dijo que en Buenos Aires el caudillo “compra 600.000 pesos de fondos públicos; [y] juega a la alta y baja”.³⁸

El análisis de estos rasgos de la figura de Quiroga en la opinión pública de la década de 1820 y 1830, nos da la oportunidad de discutir la presencia de la cultura oral en el *Facundo* y el lugar que le cabe a la ficción en la escritura de Sarmiento. Como ha señalado Ricardo Piglia, en la literatura argentina del siglo XIX hay una suerte de “desprestigio de la ficción frente a la utilidad de la palabra verdadera”, a la cual se la consideraba más útil y hábil para la lucha política. Sin embargo, eso “no le impide a la ficción desarrollarse en el interior de esa escritura de la verdad. El *Facundo*, por ejemplo, es un libro de ficción escrito **como si fuera** un libro verdadero”.³⁹ Pero el propósito de la ficción es crear un efecto de verdad. Como nos recuerda Juan José Saer “la paradoja propia de la ficción reside en que, si recurrir a lo falso, lo hace para aumentar su credibilidad”.⁴⁰ Entonces en la reescritura de la anécdota estudiada aquí, Sarmiento ficcionalizó un relato que en sus orígenes fue oral y local y lo hizo

37. RATTÓ, Silvia. Quiroga. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio (estudio preliminar); LAFFORGUE, Jorge (editor). *Historias de caudillos argentinos*. Buenos Aires: Alfaguara, 1999. p.152-3.

38. SARMIENTO. Domingo F., op. cit., p.191.

39. PIGLIA, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Siglo XX, 1990. p.140. Negrita en el original.

40. SAER, Juan José. *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Ariel, 1997. p.12.

no para crear una nueva verdad sino para dejar bien anclada en el pasado juvenil de Quiroga una característica de su carrera pública que era bien conocida por muchos, es decir, ficcionalizó ese hecho para confirmar lo que los unitarios ya conocían y pensaban de Facundo. Como en el “Emma Zunz” de Borges, “la historia era increíble, en efecto, pero se impuso a todos porque sustancialmente era cierta”:⁴¹ era cierto que Facundo era violento, era cierto que prendió fuego a la casa de sus padres y, finalmente, también era cierto que para obtener dinero recurrió a la violencia de las contribuciones forzosas. En el relato de Sarmiento, entonces, “solo era falsas las circunstancias”. La narración del incendio de la casa de los padres de Facundo por parte de Sarmiento es, tal vez, la primera ficcionalización de la corrupción política que ofreció la literatura Argentina.

El análisis del texto de Sarmiento nos da la oportunidad, también, de proponer una explicación de las divergencias de sentido entre la anécdota contada en el *Facundo* y la versión oral recogida en 1921 y, por lo tanto, nos permite una mejor apreciación de la naturaleza del repertorio recogido a principios del siglo XX y de su validez como documento para el estudio del siglo XIX. Finalmente, las evidencias presentadas hasta aquí sugieren que, contrario a lo que podemos suponer quienes estamos muy acostumbrados a confiar en el poder de la palabra escrita, esta no necesariamente tiene la capacidad para deslizarse hacia la oralidad y establecerse en su repertorio por períodos más o menos significativos, particularmente cuando se trata de una prosa. Por el contrario, esta investigación muestra que es más factible para la palabra hablada pasar a formar parte de textos escritos.

41. BORGES, Jorge Luis, op. cit., v. I, p.568.

LA MUERTE DEL CHACHO Y LA LITERATURA CRIOLLISTA

Como ocurrió con otros aspectos de las figuras de los caudillos, sus muertes también fueron tratados por la cultura oral. En el caso de Facundo, su asesinato fue el tema de varios cantares recogidos en 1921 y que sí parecen haber sido oralizaciones de un largo romance que circuló impreso y manuscrito en las provincias del interior, probablemente desde los últimos años de la década de 1830. En general estos cantares se articularon alrededor de la fórmula del caudillo héroe vs. el villano asesino; en ellos Facundo aparece como un héroe cristiano y piadoso, quien es asesinado por el gaucho Santos Pérez, un villano de inspiración cuasi diabólica que fue quien efectivamente mató a Quiroga en Barranca Yaco, en 1835. Sin embargo, las versiones orales recogidas en 1921 parecen más interesadas en contar otra muerte que también ocurrió en la misma emboscada: la del niño de siete años de edad que iba como postillón y que fue degollado por Pérez. Las evocaciones detalladas y dramáticas del asesinato del chico servían para pulir y completar la imagen de Pérez como un villano.⁴²

La muerte de Chacho también se convirtió en tema de la cultura oral. Después de su derrota en Caucete, Chacho, con unos pocos hombres, se retiró a Los Llanos y buscó refugio en la casa de un amigo en el pueblo de Olta. Mientras descansaba el 12 de noviembre de 1863, el Chacho fue capturado junto a algunos de sus hombres por una patrulla unitaria al mando del capitán Ricardo Vera, quien mantuvo al caudillos esposado durante una hora. Cuando el superior de Vera, el comandante Pablo Irrazábal llegó al lugar preguntó cuál de los prisioneros era el Chacho y tan pronto lo identificó lo lanceó y ordenó a sus soldados que dispararan contra el caudillo. Inmediatamente

42. DE LA FUENTE, Ariel, *op. cit.*, cap. 6.

después, Irrazábal les ordenó que le cortaran la cabeza y la pusieran en una pica en la plaza de Olta. Así, en la década de 1860, los federales riojanos consideraban a Irrazábal y a Vera como los responsables de la muerte del Chacho y, durante esa década, trataron repetidas veces de vengarla, convirtiendo a los dos oficiales unitarios en el blanco específico de la violencia federal.⁴³ Sin embargo, y como ocurrió con el postillón en los cantares sobre la muerte de Facundo, las explicaciones orales de la “tragedia” de Olta recogidas en 1921 se centraban en otro personaje que participó del hecho: Francisco el Minero, un hombre de confianza del caudillo, que lo traicionó.

El énfasis en el papel de Francisco ya podía detectarse en una de las primeras versiones de la muerte de Chacho que circuló en Los Llanos pocos días después de su asesinato. El 20 de noviembre de 1863, el diario de Córdoba *El Imparcial* informaba sobre un rumor en Los Llanos referido a la muerte de Chacho, pero los editores advertían a sus lectores que “no lo creían”. Según este rumor, “un hijo del Minero” había asesinado a Chacho. El diario explicaba:

El Minero es un negro, compañero inseparable de Chacho desde los tiempos de (Facundo) Quiroga. Es su perro fiel (de Chacho), el más decidido de sus hombres decididos. Es su segunda

43. Cuando estalló en La Rioja la rebelión federal de febrero de 1867, los rebeldes “marcharon contra Yrrazábal... Fue perseguido por una legua perdiendo tres hombres muertos y dejando prisioneros (atrás)... Los revolucionarios no han perdonado tampoco al comandante Vera... pues es él que tomó a Peñaloza y lo entregó a Yrrazábal quien, como V.E. sabe, lo mató con su lanza” (Ramón Gil Navarro Ocampo a Justo José de Urquiza, Córdoba, 14 de febrero de 1867, Archivo Ferreira de Sánchez Bretón, Córdoba). Vera también fue el blanco de la violencia federal en un pequeño plan en Los Llanos, en febrero de 1865, y durante la rebelión de Zalazar en junio de ese año.

persona... Se hace muy difícil creer que el hijo de este hombre sea capaz de asesinar al Chacho.⁴⁴

El diario sugería que el rumor podía ser una de las “vivezas” del Chacho, que quería que sus enemigos creyeran que estaba muerto y así lo dejaran en paz. Finalmente, el diario reproducía una carta de un habitante de Los Llanos, fechada el 15 de noviembre, que informaba a un amigo de Córdoba que “a Peñaloza lo han muerto los asistentes... Uno de los asistentes se nombra que es un hijo del Minero”.⁴⁵

La mayoría de las canciones y los relatos recogidos en 1921 acusaban al propio Francisco, no a su hijo. Esto no es necesariamente una contradicción. Una de las versiones de 1921 afirmaba que “Chacho murió descuartizado por los Mineros: Francisco y Gregorio”.⁴⁶ Es posible que Gregorio fuera en verdad el hijo de Francisco, y que la referencia a su ocupación (minero) también funcionara como apellido, lo que subrayaba su relación. La caracterización de Francisco en 1921 coincidía básicamente con la de 1863. Había sido “criado por Peñaloza y era miembro de su escolta”.⁴⁷ Una vez más, era “un hombre de toda su confianza”.⁴⁸

¿Cómo traicionó Francisco a Chacho? Uno de los testimonios de 1921 alegaba que, cuando Chacho llegó a Olta, puso a Francisco como centinela en un punto relativamente distante de la casa de Peñaloza. Pero en lugar de avisar a Chacho, el Mi-

44. La muerte del Zorro. *El Imparcial* (Córdoba), 20 nov. 1863.

45. Ibidem.

46. CFED, provincia de Catamarca, Chumbicha, legajo 210, informante: Ponciano Roldán, 87 años en 1921.

47. CFED, provincia de La Rioja, Punta de Los Llanos, Legajo 81, “Las Montoneras”, informante: Manuel Antonio Días, 70 años en 1921.

48. LATOUR, Fernández, op. cit., p. 233. La Rioja, El Horno, Legajo 106, informante: Estanislao Díaz, 69 años en 1921.

nero condujo al enemigo al escondite del caudillo.⁴⁹ Otro informante que no mencionó explícitamente la traición, sin embargo, sugirió la anormalidad de los hechos al decir que, cuando las tropas unitarias se estaban acercando, Chacho vio a Francisco a la cabeza, supuso que los hombres eran sus soldados, y sin preocuparse volvió a la casa.⁵⁰

En realidad el Minero se pasó de bando. Pocas semanas después del asesinato de Peñaloza, el coronel Arredondo informó a sus superiores que Irrazábal, Vera y Francisco estaban a la cabeza de las tropas que mantenían el orden en el departamento de Costa Alta.⁵¹ Uno de los informantes citados anteriormente, sugiriendo una vez más lo extraño de los hechos, remarcó que “no se sabe cómo F. Minero pasó a ser de Irrazábal”.⁵² Sin embargo, una canción explicaba la naturaleza de la traición:

Con los mismos compañeros
diz que lo han hecho matar;
el uno voy a nombrar
por ser el más traicionero,
que fué Francisco el Minero,
en esta muerte violenta,
como le dure la venta
siempre ha de vivir conforme
y así no se mata un hombre
con las mayores afrentas⁵³

49. Ibidem.

50. CFED, provincia de La Rioja, Punta de Los Llanos, Legajo 81, “Las Montoneras”, informante: Manuel Antonio Díaz, 70 años en 1921.

51. José Arredondo a Wenceslao Paunero, Malanzán, 4 de diciembre de 1863, Archivo Paunero-Museo Mitre, 7-2-5-473.

52. CFED, provincia de La Rioja, Punta de Los Llanos, Legajo 81, “Las Montoneras”, informante: Manuel Antonio Díaz, 70 años en 1921.

53. LATOUR, Fernández, op. cit., p.232. Esta canción, recogida en 1921, fue reconstruida a partir de versos brindados por cuatro informantes, todos

Francisco vendió a Chacho a sus enemigos por dinero (“la venta”). Felipe Paz, que había sido soldado de Chacho, también recordaba en 1921 que a “mi general Peñaloza, lo vendieron los mismos partidarios y fue muerto en Olta”.⁵⁴

La canción, como el rumor de noviembre de 1863, no sólo se refería a la traición, sino también al hecho de que Francisco o su hijo en realidad asesinaron a Peñaloza. Una vez más, esto no parece estar en contradicción con el papel de Irrazábal en el hecho. El comandante unitario lanceó al caudillo, como se describió anteriormente, y luego ordenó a sus soldados que dispararan contra el Chacho y lo decapitaran. Y como todo indicaba que Francisco estaba allí en ese momento, es concebible que participara efectivamente del asesinato. Como atestiguó uno de los informantes, Francisco y Gregorio habían “descuartizado” a Chacho.

La insistencia sobre la/s figura/s de el/los Minero/s, entonces, enfatizaba el tema de la “traición” y subrayaba tanto la naturaleza vil (parecida a la de Judas) de los perpetradores (y la semejanza con Cristo de la víctima) como las circunstancias excepcionales que llevaron al asesinato del caudillo, algo que ya había sido percibido por los editores de *El Imparcial* cuando dijeron que “no creían” el rumor. Esto también sugiere una explicación de por qué el repertorio oral descuidó las figuras de Vera e Irrazábal, cuyo papel en la muerte de Chacho no había sido ni olvidado ni perdonado (en el caso de Irrazábal, ni siquiera

de la provincia de Catamarca: Ramón Pío Fernández, 84 años (La Merced); Ponciano Roldán, 87 años (Chumbicha); Octaviano Ramos, 78 años (Icaño); y Ramón Rodríguez, 70 años (La Merced).

54. CFED, provincia de La Rioja, Chamical, Legajo 175, “Guerrillas de General Peñaloza con Linares”, informante: Felipe Paz, 90 años en 1921.

ra en 1921).⁵⁵ No había habido nada excepcional en su comportamiento: siempre habían sido enemigos de Chacho.

Los conflictos políticos de la década de 1860 en las provincias del interior, incluidos las rebeliones del Chacho y su asesinato, se transformaron en un tema que la literatura criollista iba a recrear desde 1880 hasta la década de 1920. Inicialmente fue Eduardo Gutiérrez quien en los folletines de *La Patria Argentina* (en la década de 1880) evocó la figura del Chacho y trató las controvertidas campañas militares realizadas por las tropas nacionales contra las montoneras federales; más tarde los folletines fueron publicados como las novelas *El Chacho* (1886), *Los montoneros* (1886), *El rastreador* (1886) y *La muerte de un héroe* (1886).⁵⁶ En ésta última Gutiérrez narró varios episodios de la guerra civil en el interior, incluyendo el asesinato de Peñaloza.

El autor había sido un oficial de la guardia nacional en la frontera de la provincia de Buenos Aires en la década de 1870, experiencia que le permitió conocer a varios oficiales que habían peleado contra los montoneros riojanos. Particularmente importante fue su relación con el coronel Hilario Lagos (hijo), miembro de una familia de tradición federal, con quién formó

55. Los testimonios de Estanislao Díaz y Manuel Antonio Díaz fueron bastante informativos, pero sin embargo no mencionaron el papel de Vera en el hecho. Fue Irrazábal, guiado por Francisco, quien capturó a Chacho y luego lo asesinó. Creo que este silencio podría ser intencional. Ambos informantes eran de Los Llanos, una región donde la familia Vera mantuvo una presencia importante durante muchos años, y donde Ricardo Vera fue por muchos años un hombre de poder e influencia. Este silencio, cuando se lo compara apropiadamente con otras fuentes, subraya el valor del folklore y de los testimonios orales, en especial cuán candentes estaban algunos temas todavía en 1921.

56. PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

una estrecha amistad y quien se transformó en su mejor informante sobre las luchas entre las tropas nacionales y los gauchos federales, en las cuales había participado.⁵⁷ Lagos había sido educado y entrenado para ser oficial en el ejército de la Confederación Argentina, pero luego de Pavón (1861), probablemente por necesidad, se alistó en el nuevo ejército nacional. Sin embargo, no parece haber abandonado totalmente su tradición familiar y antigua lealtad política: desde que llegó a La Rioja en 1867 (en medio de una rebelión federal) fue muy crítico del odio que manifestaban contra los gauchos federales los oficiales de las tropas nacionales y la violencia desproporcionada que desplegaban contra los rebeldes.⁵⁸ Lagos eventualmente se casó con la hija del riojano Francisco Alvarez, viejo amigo político del Chacho y hermano de Carlos María, quien fue torturado y asesinado por el coronel Irrazábal durante la rebelión de Felipe Varela, en 1867.⁵⁹

En la década de 1870, en compañía de Lagos y otros oficiales nativos de La Rioja, Gutiérrez visitó la provincia en dos ocasiones. Esto le permitió conocer a testigos de las guerras civiles y le dio la oportunidad de escuchar relatos y anécdotas y conocer numerosos hechos relacionados con las luchas entre unitarios y federales y con el Chacho, los cuales usó más tarde

57. BENARÓS, León. Eduardo Gutiérrez: una pasión de la verdad, introducción a Eduardo Gutiérrez. In: _____. *Los Montoneros*. Buenos Aires: Hachette, 1961.

58. "la conducta [...] que han seguido, desgraciadamente, otros jefes [nacionales] que han dado un carácter salvaje a la guerra que sostenemos, indigno de la causa de los principios", Hilario Lagos a Roberto Barquint, La Rioja, Octubre 26, 1867, Papeles del Coronel Hilario Lagos (hijo), f.199-Archivo Familia Lagos (Sanagasta, La Rioja).

59. REYES, Marcelino. *Bosquejo histórico de la provincia de La Rioja, 1543-1867*. Buenos Aires: Cattáneo, 1913. p. 259.

en sus folletines⁶⁰ para presentar una visión crítica de las campañas militares de las tropas nacionales.

Las novelas de Gutiérrez y sus personajes alcanzaron gran popularidad, lo que alentó a otros escritores a recrearlos o, simplemente, plagiarlos.⁶¹ Muchos de estos escritores, quienes también se hicieron muy populares, simplemente reescribían en verso ciertos pasajes de las novelas de Gutiérrez. La operación misma reflejaba la conciencia que tenían estos autores de que la mayoría de sus consumidores todavía operaban en una cultura predominantemente oral: estas adaptaciones en verso permitía recordar la narración más fácilmente y, además, cantarla. Uno de los adaptadores más prolíficos de la literatura de Gutiérrez fue Eladio Jasme Ignésón, que usó el pseudónimo de “Gaucha Talerito”. Durante las décadas de 1890 y 1900 Talerito publicó en verso *La muerte de un héroe* por lo menos tres veces.⁶²

En el relato del asesinato del Chacho la versión de Gutiérrez presenta al coronel Vera como “compadre” y “viejo amigo político” del Chacho; en esta narración Vera se había adelantado a Irrazábal y capturado al Chacho en Olta. Según Gutiérrez, la intención de Vera había sido proteger al Chacho porque sabía que Irrazábal podía querer matar al caudillo. Aún así, la esposa del Chacho le advirtió al caudillo que Vera podía traicionarlo, como había hecho antes al cambiar de partido. Sin embargo, el Chacho estaba convencido de la buena fe de Vera y por lo que se entregó sin resistencias y aceptó ser esposado. A pesar de que

60. GUTIÉRREZ, Eduardo. *Un viaje infernal*. Buenos Aires: Clásicos Americanos, 1944.

61. PRIETO, Adolfo, op. cit.

62. Gaucha Talerito. *Muerte de un héroe en versos gauchescos*. Buenos Aires: Biblioteca Gauchesca, 1905. Prieto menciona otra edición de la Biblioteca Gauchesca, en 1902, y otra anterior aún: *Muerte de un héroe*. Buenos Aires: Imprenta de las Provincias, 1894.

Vera era conciente de que su superior podía tener la intención de matar al Chacho, los rápidos movimientos de Irrazábal al llegar al lugar lo sorprendieron y este logró apuñalar al caudillo varias veces. Para la esposa del Chacho esto confirmó la mala fe de Vera, pero Gutiérrez lo absolvió de culpa:

Dicen que engañó a Chacho de la manera más ruin para atarlo y esperar así que llegara Irrazábal. Muchas personas nos han referido esta triste historia, haciendo jugar a éste un rol repugnante y cobarde que nosotros nos resistimos a creer ... vamos a narrar la muerte del heroico caudillo según los datos que hemos recibido de las personas que nos merecen entera fe, y que es la versión más general.⁶³

La versión de Gutiérrez, entonces, excluye la posibilidad de la traición, protege el buen nombre de Vera y solo lo culpa a Irrazábal. La versión de Talerito esencialmente reproduce la de Gutiérrez, aunque es menos terminante sobre la inocencia de Vera:

Al poco rato Irrasabal/ donde estaba el Chacho llegó/ y cobarde lo lanzeo/ de una manera alevosa;/ así murió Peñalosa/ asesinado vilmente/ sin que Vera allí presente/ lo tratara de defender;/ y dicen que el Coronel/ fué el causante de su muerte.⁶⁴

Entonces, cuando comparamos las versiones criollistas de la muerte del Chacho con el rumor de 1863 y con los relatos y canciones recogidos en 1921, las diferencias son muy claras. Para empezar, en los relatos criollistas las figuras de Francisco

63. GUTIÉRREZ, Eduardo. *La muerte de un héroe*. Buenos Aires: N. Tommasi Editor, s. d. p.224.

64. Gaucho Talerito. *Muerte de un héroe en versos gauchescos*. Buenos Aires: Biblioteca Gauchesca, 1905. p. 25.

y su hijo están completamente ausentes y, obviamente, no puede haber referencia a su traición y a la naturaleza de ella (“la venta”). La versión de Talerito sugiere que Vera podría haber traicionado al caudillo (aunque en este caso la traición sería de otro tipo) y Gutiérrez claramente la niega. Además, las dos versiones criollistas culpan claramente a Irrazábal.

Como dije antes refiriéndome al repertorio sobre la muerte de Facundo, los cantares eran oralizaciones de un largo romance y un argumento que circulaban impresos y manuscritos en las provincias desde finales de la década de 1830, lo cual muestra una de las maneras en que la palabra escrita se podía deslizar hacia la oralidad y pasar a formar parte de esta mas o menos durante períodos significativos. Sin embargo, en el caso del repertorio sobre la muerte del Chacho, el estudio y la comparación de las versiones orales y las que circularon en la literatura popular revela las limitaciones de esta última para influenciar y agregar contenidos y significados a la cultura oral. Esto se hace más evidente aún en el caso de otra figura que hubiéramos esperado encontrar poblando el repertorio oral recogido en 1921: Juan Moreira. En este sentido es notable comprobar que en los numerosos legajos que consulté y que provienen de las provincias de La Rioja, San Juan, Catamarca, San Luis y Mendoza pero también de las de Buenos Aires, Santa Fé y Entre Ríos este héroe introducido en la cultura popular por Eduardo Gutiérrez y sus imitadores, está casi ausente de los testimonios orales que reflejan el imaginario popular. Por el contrario, las figuras que aparecen en esas provincias habían sido, por lo menos en sus orígenes, héroes locales o regionales con un pasado histórico inteligible en sus respectivas comunidades: Facundo, el Chacho y Martina Chapanay, o incluso personajes realmente oscuros como Gregorio Páez o Quintino Escobar, gauchos matreros cuyas pasadas hazañas se habían limitado a desafiar sin demasiado atrevimiento a las autoridades de sus pequeñas

comarcas. Sintomáticamente el único relato que encontré sobre Juan Moreira fue recogido en San Justo de la Matanza, la localidad en la cual vivió el matrero: es decir, su historia se contó como la de un héroe local o regional que tenía relación con el lugar en que vivía el informante.⁶⁵ Entonces, en el siglo XIX tardío y a comienzos del siglo XX en Argentina, la presencia de la palabra escrita no necesariamente afectó o moldeó el repertorio de la cultura oral.

¿Cómo explicar tanto estas limitaciones de la palabra escrita como la duración, estabilidad y supervivencia de las tradiciones orales? Me gustaría ensayar algunas respuestas.

El caso analizado aquí sugiere la necesidad de tomar en cuenta las diferencias regionales y culturales en el estudio de la recepción de la literatura popular. Como dice Adolfo Prieto, el mercado más importante para la literatura criollista estaba en la regiones pampeana y del litoral (particularmente en las ciudades), las cuales experimentaban un rápido proceso de cambio de población y modernización económica. Aunque hay evidencias de que, por ejemplo, la versificación que Talerito hizo de *El rastreador* de Gutiérrez circuló en La Rioja⁶⁶ y que las novelas de este último eran conocidas en Tucumán y Mendoza, es lógico suponer que la circulación de la literatura criollista fue menos extendida que en las ciudades y las zonas rurales de la región pampeana y que, por lo tanto, la probabilidad de que su repertorio fuera sociabilizado oralmente era, también, menor.

Esta variación regional también implicaba una diferencia cultural entre los lectores y las audiencias de la región pampeana y del interior. En la primera, una porción significativa de

65. CFED, provincia de Buenos Aires, legajo 76, San Justo de la Matanza, informante: Máximo Herrera, 65 años en 1921.

66. CFED, Siempre Verde, Legajo 112, sin informante, pero aparentemente copiado por el maestro Juan Pavón.

aquellos que consumían literatura popular eran inmigrantes o hijos de ellos, para quienes el criollismo en sus diversas manifestaciones ofrecía un punto de referencia cultural e histórico para incorporarse a la nueva nación.⁶⁷ Por el contrario, en el interior, donde la proporción de población de origen inmigratorio era menor, una parte importante de los potenciales consumidores del repertorio criollista y sus familias habían vivido en las provincias durante varias generaciones y habían sido socializados en tradiciones orales que les proveían de repertorios y significados alternativos a los que podía ofrecer la literatura popular. Además, los niveles de analfabetismo en las provincias del interior tendían a ser muy altos. En el caso de la provincia de La Rioja, por ejemplo, el primer censo nacional mostró que en 1869 el 86,5% de la población era analfabeta, proporción que para 1895 apenas había bajado al 77,8%. Es decir, aún a fines del siglo XIX el acceso a la palabra escrita (como lector u oyente) en La Rioja era muy limitado y la mayoría de la población se sociabilizaba exclusivamente en la cultura oral.⁶⁸

Las limitaciones del repertorio escrito para ser integrado en la cultura oral pueden haberse debido también al relativamente corto período de circulación de esta literatura. En la mayor parte de los casos en que la literatura popular contribuyó al repertorio de la cultura oral y le agregó significados, se debió a que esa literatura había circulado durante varias generaciones y

67. PRIETO, Adolfo, op. cit.

68. Roger Chartier, ha señalado que la literatura popular moldeó y agregó significados a la cultura oral sólo en áreas de alfabetización temprana. CHARTIER, Roger. La literatura de cordel francesa: los libros azules. In: _____, op. cit.; Natalie Z. Davis también subraya el impacto marginal de la literatura popular en la cultura rural en situaciones de altos niveles de analfabetismo. DAVIS, Natalie Z. Printing and the people. In: _____, op. cit.

aún varios siglos.⁶⁹ Sin embargo el arco temporal del criollismo recorre desde 1880 hasta los años 20. Es decir, para cuando se recogió la colección de 1921, esta manifestación de la literatura popular había circulado durante apenas cuatro décadas, o poco más de una generación.

El caso estudiado aquí también sugiere que ciertas cuestiones generacionales pueden haber sido un factor en la recepción de la literatura popular. La edad de los informantes del repertorio en que se culpaba a Francisco por la muerte del Chacho, iba de los 69 a los 90 años. Es decir, para cuando la literatura criollista empezó a circular (en la década de 1880) estos informantes ya eran adultos (entre 30 y 50 años de edad) y, muy probablemente ya habían sido socializados en ciertas tradiciones y habían adquirido un repertorio que, por lo demás, parecía ser individualmente limitado. Además, es lógico suponer que la tasa de analfabetismo en esta generación, que alcanzó su edad adulta antes de la expansión del sistema educativo, debe haber sido más alta aún que el promedio de la provincia.

Finalmente, como sugiere el repertorio sobre la muerte de Facundo, es necesario distinguir las diferentes posibilidades que la prosa o la poesía tienen para pasar a la cultura oral. Sintomáticamente, los dos casos en que Prieto sugiere que la literatura criollista puede haber sido incorporada en el repertorio oral, se trata de poesías que Gutiérrez intercaló en sus narrativas (si no es que estamos en presencia del proceso inverso). Como los plagarios de Gutiérrez reconocían implícitamente con su versificación de las novelas, las posibilidades de recordar y aprender un relato en prosa eran todavía menores.

69. CHARTIER, Roger, *op. cit.*; BURKE, Peter, *op. cit.*, cap. 9.

Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador¹

Mary Anne Junqueira²

Interessa-me, aqui, tratar de alguns elementos acerca da metodologia dos relatos de viagem, fontes muito utilizadas por historiadores e que nos últimos anos vêm ganhando espaço na pesquisa histórica, embora esse seja um *corpus* documental ainda pouco definido. Tal característica é central na minha discussão, ainda que vá tratar de outros aspectos relativos a essas fontes. Desde as mudanças historiográficas que tiveram lugar nas duas últimas décadas do século XX,³ o relato de viagem vem sendo questionado como fonte que fornecia informações (consideradas como fidedignas ou não) sobre a realidade do país visitado. As preocupações do estudioso foram deslocadas para

-
1. Este texto é resultado de apresentação feita em seminário interno do projeto temático “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”, em 27 de março de 2009, nas dependências do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
 2. Professora de História da América do Departamento de História e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).
 3. Ver: DOSSE, François. *A História em migalhas*. Dos Annales à Nova História. Campinas: Editora da Unicamp, 1992; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

o universo cultural no qual o viajante estava imerso, uma vez que suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste.⁴

A partir da década de 1990, o tratamento concedido às viagens e aos viajantes foi apurado, ao se tratar das camadas de representações encontradas nessas fontes. Em seguida, passou-se às modificações resultantes dos encontros, como as mesclas imprevisíveis, com base em “transcultações”, passíveis de ocorrer nas “zonas de contato – lugares onde sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas se cruzam”. O influente trabalho de Mary Louise Pratt privilegia a instância relacional, na qual “os sujeitos são constituídos nas e pelas relações uns com os outros”, com resultados inesperados e, em geral, em intercâmbios desiguais de poder.⁵

Tornou-se usual, entre os estudiosos que se interessam pelos relatos de viagem, como já indiquei, a afirmação de que esse é um *corpus* documental consideravelmente diversificado,

-
4. Entre alguns trabalhos pioneiros no Brasil sobre o tema, ver: BELUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. *Revista USP* - Dossiê dos viajantes – São Paulo, n.30, jun./jul./ago. 1996; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996; SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador: a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 5. Os conceitos de transculturação e zonas de contato tornaram-se referências no Brasil e em outros países, ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagens e transculturação. São Paulo: Edusc, 1992, p. 31-2. Pratt informa que desenvolveu o termo transculturação cunhado primeiramente por ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978. Nos anos 1970, o crítico literário uruguaio Angel Rama incorporou o termo aos estudos literários.

sendo improvável encontrar homogeneidade entre essas fontes. Entre os relatos de viagem mais comuns, há os oficiais (governamentais), científicos, pessoais etc. Veremos adiante que mesmo um relato de viagem oficial pode conter muito de pessoal e que uma narrativa pessoal pode vir carregada de informações científicas. Se cada viagem é única, o mesmo se pode dizer dos vários produtos da viagem (guias, notícias ou artigos publicados em jornais, textos ficcionais, entre outros); em particular, do relato da viagem.

As dificuldades com relação à definição da fonte começam quando se constata que basta alguém se deslocar de um lugar ao outro e escrever um texto sobre a experiência para que este seja considerado um relato de viagem, mesmo que o autor não tenha saído de casa. As incertezas e indeterminações fazem com que a fonte seja fecunda e instigante aos olhos do historiador. Entretanto, é imprescindível que o profissional redobre os cuidados ao trabalhar com ela. O estudioso criterioso constata rapidamente que o relato de viagem de um cientista é distinto do relato de um diplomata, que, por sua vez, é diferente da narrativa de uma mulher. Ao levar em consideração, ainda, o período em que foram escritos, as diferenças aumentam: uma mulher do século XIX tinha interesses e motivações diferentes de uma mulher do século XX. É possível encontrar semelhanças em relatos de viagem científicos datados de um mesmo período, no entanto, certamente, o interessado encontrará também consideráveis dissimilitudes.⁶ Novamente, cada relato de viagem é único. Ao se aproximar dessas fontes, o historiador – especialmente o que

6. Para trabalhos que discutem viagens científicas no e para o Brasil, ver: LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997; MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor. Raça, ciência e viagem no século XIX*. São Paulo, 2005.

analisa o discurso – deve ater-se a muitos aspectos:⁷ conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada); a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário etc.); e quando se publicou o texto, se for o caso. Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou quem “ele quer ser”.⁸ Em muitos casos, o autor pode sobrepujar esta ou aquela experiência ou carregar nas tintas sobre determinados perigos, no intuito de ressaltar suas qualidades e reputar a sua experiência em lugares distantes de casa.

Para discutir o problema da heterogeneidade que caracteriza o *corpus* documental conhecido como relatos de viagem, baseio-me em duas coletâneas publicadas na primeira década do século XXI e que procuram, se não resolver o problema, ao menos lançar luz sobre esse aspecto ainda pouco abordado entre historiadores brasileiros. A primeira delas é a organizada por Tim Youngs e Peter Hulme, *The Cambridge companion to travel writing*, publicada em 2002, e a segunda, organizada por um dos autores da primeira, Tim Youngs, e Glenn Hopper, *Perspectives on travel writing*, publicada em 2004.⁹ Os organizadores são críticos literários ingleses e reuniram um número considerável de profissionais que trabalham com viagens, viajantes e seus produtos textuais, a maioria, igualmente, críticos

Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

7. Ver SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

8. Ibidem, p.25.

9. YOUNGS, TIM; HULME, Peter. *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002; YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn. *Perspectives on travel writing*. London: Ashgate, 2004.

literários. Penso que as observações desses estudiosos são muito bem-vindas, já que muitos dos historiadores que se voltam para a fonte – e para o tema – estão preocupados com a análise do discurso, o qual sugere a força das representações, dos mitos e mitologias, da permanência de estereótipos, dos imaginários e da constituição ou reforço das identidades.

Eles reiteram que os relatos de viagem têm emergido como tema-chave não só para os historiadores, mas também para as humanidades em geral.¹⁰ Embora o conhecimento crítico do relato de viagem tenha avançado muito nas últimas décadas, eles concordam que esse tipo de literatura permanece como um “corpo de textos pouco definido”.¹¹

Antes de entrar no ponto em questão, tratemos de algumas características desse *corpus* heterogêneo de textos. Ainda que sejam diversificados, há que se destacar, em primeiro lugar, o fato de os relatos de viagem operarem de forma sistemática com as noções do aqui e do acolá, mesmo que o autor do relato nunca tenha viajado, como veremos a seguir. Articulados aos deslocamentos, reais ou imaginários, o relato de viagem opera com noções variadas de mudanças e transições (*transitions*).

Em segundo lugar, todo relato pressupõe um leitor, mesmo que este venha a ser unicamente o escritor do relato. Esse é o caso dos diários pessoais, nos quais o viajante registra a sua experiência com o propósito de reter lembranças e recordação para momento posterior da vida; embora, outros leitores, que não o

10. No Brasil, revistas especializadas dedicaram números ao tema, ver: *Revista da USP* – Dossiê Brasil dos Viajantes, n. 30, 1996; *Revista Brasileira de História* – Dossiê Viagens e Viajantes – São Paulo, v.22, n.44, 2002.

11. Um dos precursores a tratar da viagem na sua complexidade é um dos organizadores de uma das coletâneas citadas: HULME, Peter. *Colonial encounters. Europe and the native Caribbean (1942-1797)*. London: Methuen, 1986.

autor, possam vir a se interessar pelo texto. Os relatos de viagem podem ser lidos tanto para o deleite como para a instrução, inclusive nos dias atuais.¹² Podem ser dirigidos para um público específico, como os que adotam o discurso científico, ou para um público mais amplo, como os romances e contos baseados em viagens ou os veiculados em jornais. É certo que o autor se esmerará para capturar a atenção do seu “público-alvo”.

Em terceiro lugar, esses autores admitem que mesmo que o viajante tenha feito uma viagem na sua adolescência e escreva na velhice, o texto ainda será considerado um relato de viagem ou “memória de viagem”. Desse modo, o historiador, antes, deve, ao aproximar-se da fonte, inteirar-se de quando o texto foi escrito: durante a viagem, logo após o término do percurso ou muitos anos depois. Ademais, se o texto for publicado, certamente o autor revisará o seu trabalho, pensando no leitor que pretende atingir, como já indicado. O relato de viagem nem sempre trata daquilo que o viajante viu, na hora em que viu e como as coisas se deram.

Em quarto lugar, há consenso entre os estudiosos de que uma viagem – particularmente o relato de viagem – funciona como inspiração para outras jornadas desde tempos remotos. A curiosidade sobre terras distantes e homens que viviam de forma distinta aguçou espíritos aventureiros, negociantes e pensadores, se pensarmos principalmente nas viagens feitas por ocidentais. Alguns relatos de viagem são, dessa maneira, textos muito influentes e, por conseguinte, mobilizadores. Por exemplo: as viagens bíblicas são referências até os dias atuais, em especial o Exoduses em que Moisés conduziu o “povo eleito” rumo à Terra Prometida. Entre os antigos, há os astronautas, da

12. Cf. BORM, Jam, *Defining travel: on the travel book, travel writing and terminology*. In: YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn. *Perspectives on travel writing*. London: Ashgate, 2004. p.15.

mitologia grega, mas, principalmente, a *Odisseia*, de Homero. Na viragem do período medieval para o moderno, é sabido que Cristóvão Colombo leu populares livros de viagem da época, como as obras de Marco Polo e Jean de Mandeville.¹³ Podemos acrescentar que muitas viagens de circunavegação levadas a cabo por Inglaterra, França, Rússia e Espanha, nos séculos XVIII e XIX, tiveram como referência as três viagens do inglês James Cook, entre outras, realizadas entre 1768 e 1779, e poderíamos continuar indefinidamente.¹⁴ Por fim, é imprescindível salientar que um número considerável de viagens realizadas durante o século XIX dialogou com a de Alexander Von Humboldt, pelas Américas, entre 1799 e 1804.¹⁵ Essas viagens – novamente, reais ou imaginárias – providenciaram um corpo de referência ou “intertextos” para escritos modernos. Em particular, a *Odisseia*, de Homero, forneceu o título pelo qual são tratadas ainda hoje as jornadas épicas.¹⁶

13. Sobre as leituras realizadas por Colombo, ver: GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996. p.76-7.

14. Os norte-americanos lançaram ao mar a sua primeira viagem científica de circunavegação entre 1838 e 1842. O capitão da expedição, Charles Wilkes, remeteu-se aos relatos de James Cook, às viagens do Beagle e às do comandante russo Adam J. Krusenstern. Ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo. *Tempo*, Departamento de História da UFF, v.13, p.120-38, 2008. James Cook realizou três viagens de circunavegação: a primeira (1768-1771); a segunda (1772-1775) e a terceira (1776-1779).

15. Para uma tradução para o espanhol da narrativa de viagem, ver HUMBOLDT, Alexander Von. *Viaje a las regiones equinociales del nuevo continente*. Caracas: Monte Ávila, 1991.

16. Sobre *Odisseia*, ver: HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. Para um texto que comenta o trabalho de Hartog, ver: BAGGIO, Kátia

Uma quinta questão a se destacar quanto às características do relato de viagem refere-se ao problema da “veracidade” dos conteúdos elaborados. Para abordar esse assunto, Peter Hulme e Tim Youngs indicam que muitos dos problemas associados ao moderno relato de viagem podem ser encontrados em duas viagens do período medieval, as já citadas viagens de Marco Polo e Jean de Mandeville.¹⁷ Polo viajou até Cathay, na China, na segunda metade do século XII. No seu retorno a Veneza, o texto sobre a viagem foi elaborado por um conhecido escritor da época, Rustichello de Pisa.

Em outras palavras, o famoso texto tantas vezes citado e que popularizou o nome do viajante na Europa e fora dela não foi escrito por Polo. Tal prática não esteve circunscrita ao período medieval. Mary Louise Pratt afirma que muitos viajantes do século XVIII procuraram por profissionais do texto para burlar os seus escritos. Ou seja, a literatura de viagem não esteve imune à profissionalização da escrita.¹⁸ Em viagens científicas dos séculos XVIII e XIX, era comum os oficiais coletarem espécimes que eram classificados e analisados por respeitados naturalistas em terra, quando não havia um especialista a bordo. Mas, mesmo se houvesse, seria possível que um cientista renomado, que não tinha participado da viagem propriamente dita, fosse con-

Gerab. Identidade e alteridade: a representação do *outro* e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia Costa (Org.) *Cadernos de seminário de pesquisa*. 2010. v.1. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/leha>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

17. Para traduções em português das duas viagens, ver: POLO, Marco. *O livro das maravilhas: a descrição do mundo*. Porto Alegre: L&PM, 1999; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Org. e trad.) *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: Edusc, 2007.

18. Cf. PRATT, Mary Louise, op. cit., p.158-9.

vidado para analisar o material coletado e viesse a contribuir com o relato de viagem.

Interessante nesse aspecto é a controvérsia levantada, na década de 1770, sobre os relatos do capitão James Cook. John Hawkesworth fora designado pelo almirantado inglês para editar as narrativas da primeira viagem do comandante. Ele decidiu integrar todos os textos num único relato e os reelaborou em primeira pessoa e com muitas intervenções que “ornamentaram o relato”. O fato de o relato de viagem se tornar lucrativo e despertar interesse de um público amplo fez com que os profissionais da escrita (hoje os *ghost writers*) lançassem mão de recursos discursivos para capturar a atenção do leitor.¹⁹ Em suma: o relato de viagem, ou parte dele, podia ser escrito por alguém que nunca tivesse saído de trás da sua mesa (em geral, um cientista ou profissional do texto). Não era obrigatório que aquele que realizasse a viagem escrevesse sobre ela.

Essas incidências comprometem, de uma maneira ou de outra, a “veracidade” dos relatos de viagem. A viagem de Jean de Mandeville é exemplar, pois mistérios a cercam. Escrito em 1357, o texto narra viagem à Terra Santa e foi um dos livros mais populares na Europa entre fins do século XIV e o XVI. Segundo Susani Silveira Lemos França, o texto circulou inicialmente como manuscrito, e acredita-se que perto de 250 deles percorreram a Europa em diversas línguas. A partir do século XV, estima-se que aproximadamente 80 edições foram impressas do famoso relato.²⁰ Apesar da popularidade, descobriu-se que Mandeville nunca esteve na Terra Santa. Mais: Jean de Mandeville nunca existiu. Tanto a viagem como autor são parte da ficção que envolve a jornada. Para alimentar ainda mais as incertezas, não se sabe sequer a naturalidade do autor. Tudo é

19. Cf. PRATT, Mary Louise, op. cit., p.159.

20. Cf. FRANÇA, Susani Silveira Lemos, op. cit., p.13, 25-6.

indeterminado e ambíguo quando o assunto é a viagem de Jean de Mandeville. Seja lá quem tenha escrito a narrativa, as indicações são de que o autor compilou textos diversos, como outros relatos de viagem, crônicas, memórias etc. Mandeville vivia em uma época na qual a objetividade não ditava os direcionamentos dos homens.

Já no século XIX, com a racionalidade posta pelo Iluminismo, retirou-se Mandeville das listas dos especialistas, pois ele foi classificado como impreciso, incerto, não verdadeiro. Hoje, Mandeville foi recuperado exatamente porque as dúvidas que o cercam são referências para refletir sobre o relato de viagem como fonte.²¹

O que era “plágio” no século XIX – é ainda hoje – não o era na época de Mandeville, porque a produção relativa ao conhecimento não se pautava pelos direcionamentos da razão nem pelo princípio da autoria individual, como ocorre atualmente. Hoje a narrativa em questão é compreendida como uma compilação muito bem-sucedida, e o escritor é considerado hábil e envolvente. Para Susani França, o autor deve ser visto como um exímio compilador que reelaborou uma “síntese do Oriente conhecido na época” e respondeu ao anseio de certo público leitor. Desse modo, o importante a considerar é a “verdade que ele quis construir” e não a “veracidade” do relato.²² Muitos estudiosos estão interessados na leitura, na resposta dada ao texto, já que é exatamente esse retorno que dá sentido ao relato e, podemos acrescentar, permite ao historiador entender determinado período.

As mudanças encontradas são notáveis quando se estudam viagens e viajantes. É importante considerar que mesmo as percepções geográficas sofrem transformações de acordo com o

21. Cf. FRANÇA, Susani Silveira Lemos, op. cit., p.17.

22. Ibidem, p.18.

período. Luciana de Lima Martins nos informa que, tendo em vista o trânsito de veleiros da Inglaterra na primeira metade do século XIX pelo mundo, para os ingleses, o Rio de Janeiro estava mais próximo do Oriente e de regiões do Pacífico do que nos dias atuais.²³ Da mesma forma, Gabriel Passetti indica sólidas interconexões entre América do Sul e Nova Zelândia, a partir do trânsito dos britânicos que inter-relacionavam e comparavam as duas regiões na mesma época, algo mais difícil de realizar nos dias atuais, mesmo em épocas de acirrada globalização.²⁴

Nos dizeres de Youngs e Hoper, a viagem ela mesma tem mudado tanto fisicamente quanto no que refere à sua percepção. Como consequência disso, os produtos textuais da viagem têm também se transformado ao longo do tempo, particularmente o relato de viagem que refletiu e reflete mudanças estéticas e estilos culturais de cada época.²⁵

RELATOS DE VIAGEM: UM GÊNERO HÍBRIDO

As questões já explicitadas nos permitem agora entrar no problema indicado inicialmente: os relatos de viagem são um *corpus* de texto que compreende diferentes naturezas. Os estudiosos que se dedicam a esse tipo de fonte sabem que difícil-

23. Ver: MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*. O olhar britânico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

24. Interessa ao autor discutir a questão indígena e a conexão entre Argentina e Nova Zelândia, a partir das viagens do Beagle. Ver: PASSETTI, Gabriel. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

25. Cf. YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn, op. cit., p.3.

mente se encontra um relato igual a outro. Segundo Hoper e Youngs:

Uma das mais persistentes observações com relação ao relato de viagem é a constatação da absorção de diferentes estilos e gêneros de narrativa; a maneira como forçosamente se acomodam [no texto] diferentes modificações e se misturam encontros imaginativos; além do potencial encontrado para a interação de amplos períodos históricos, disciplinas e perspectivas.²⁶

Desse modo, para bem compreender o relato de viagem, é recomendável a abordagem interdisciplinar. Muito elucidativa é a proposição do crítico literário Jam Borm, em texto no qual ele procura se aproximar das várias (in)definições que cercam a viagem e a produção textual decorrente. O objetivo do autor é discutir se o relato de viagem é um “gênero literário”. Tal definição não interessa especialmente ao historiador, uma vez que estamos preocupados com o que essa fonte pode nos informar e revelar sobre determinado período. No entanto, o caminho trilhado pelo especialista e as aproximações que faz do relato de viagem com outros tipos de discurso nos permitem compreender melhor a heterogeneidade que atravessa esse *corpus* de textos.

Segundo Borm, é um problema definir o relato de viagem como objeto porque este é um “gênero composto por outros gêneros literários”. Borm sustenta que trata-se de uma espécie de gênero híbrido, já que se nutre de outros tipos de discursos. O crítico cita, entre os gêneros comumente encontrados nos relatos de viagem, a ficção (romances, novelas, contos, poemas etc.), a autobiografia (ou escrita de si), os discursos científicos, textos memorialísticos etc.

26. Cf. YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn, op. cit., p.3, tradução minha.

Cito aqui alguns exemplos para que identifiquemos o que o autor propõe. Dedico-me atualmente a analisar o relato de viagem da primeira viagem de circunavegação norte-americana, a U. S. Exploring Expedition, entre 1838 e 1842.²⁷ Ao ancorar de volta em território norte-americano, o capitão do navio, Charles Wilkes, foi posto sob corte marcial. Ele havia excedido nos castigos corporais sobre a tripulação e feito inimigos entre os oficiais. Quando em terra, o almirantado, desgostoso com as atitudes do capitão no mar, avaliou se Wilkes deveria ou não escrever o relato de viagem. O comandante teve que lutar muito para escrever a narrativa da expedição que comandou. O relato da expedição foi elaborado predominantemente a partir do discurso científico, mas foi escrito também para indicar a grandiosidade da viagem e a impetuosidade do comandante que havia dirigido quase 350 homens em uma volta ao mundo a bordo de seis veleiros. Wilkes justificou os seus feitos tendo em vista o julgamento a que fora submetido. Embora seja um texto oficial, visto que a expedição fora aprovada pelo Congresso norte-americano, a narrativa de viagem é composta pelo discurso científico e também pela “escrita de si”. Encontram-se, na narrativa, aspectos relativos à forma discursiva da autobiografia, mas, parafraseando Borm, ninguém leu ou lê o relato científico da U. S. Exploring Expedition como tal.

Outro viajante norte-americano da época que esteve no Brasil (1846) foi Thomas Ewbank, que, diferentemente da oficial viagem anterior, fez uma viagem pessoal, já que vinha visitar um irmão que morava no Rio de Janeiro. O relato é escrito em forma de minucioso diário com detalhes do que via na vida cotidiana da cidade. Mas Thomas Ewbank participava das instituições científicas norte-americanas, em particular da

27. WILKES, Charles *Narrative of the United States Exploring Expedition*. Philadelphia: Lea & Blanchard, 1845. v.1, p.25.

American Ethnological Society, organização da qual foi um dos fundadores. O seu relato está impregnado das discussões sobre raça que incendiavam pensadores, cientistas, políticos e comerciantes nos Estados Unidos, na época em que os abolicionistas cerravam fileiras pelo fim da escravidão.²⁸ Desse modo, é possível encontrar, no relato de Ewbank, a “escrita de si”, as características formais do diário, além de aspectos do discurso científico.²⁹ Sob o meu ponto de vista, a proposta de Jam Borm – a de que o relato de viagem é um gênero híbrido – é muito bem formulada porque permite compreender as marcantes diferenças entre um relato e outro.

A intersecção entre relato de viagem e ficção é muito comentada por Borm e por outros críticos literários, a ponto de alguns afirmarem que, em todo relato de viagem, há elementos ficcionais. A lista desses gêneros híbridos constituídos por narrativa de viagem e romance/conto/novela é interminável, e nela destacam-se alguns clássicos. Um dos mais comentados é *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, baseado em um naufrágio que ocorreu de fato no Arquipélago de Juan Fernández, nas costas do Chile.³⁰ Os romances de Joseph Conrad, principalmente *Co-*

28. A escravidão nos Estados Unidos foi abolida em 1863, em plena Guerra Civil (1861-1865). Embora a abolição tenha ocorrido em meio à guerra, o conflito começou não para libertar escravos, mas para manter a União, já que, em 1861, alguns dos estados sulistas haviam declarado a secessão.

29. Ver: PAULINO, Carla Viviane. *O “Império do atraso”: etnologia, política e religião nas impressões sobre o Brasil elaboradas pelo viajante norteamericano Thomas Ewbank (1846-1856)*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

30. Para abordagem sobre o lugar da América Latina no famoso romance, ver: PRADO, Maria Ligia Coelho. Diálogos entre o Velho e o Novo Mundo: Robinson Crusoe e Sexta-Feira. *História Revista*, Universidade Federal de Goiás, v.15, n.1, p.133-57, jan./jun. 2010.

ração das trevas, são referências nesse aspecto, visto que o autor fora capitão de longo curso da Marinha mercante inglesa.³¹

O escritor norte-americano, Herman Melville, merece nota em razão de seu mais conhecido romance, *Moby Dick*, publicado primeiramente em 1851, ser, em parte, baseado no curioso caso do baleeiro Essex. O veleiro, de fato, foi perseguido e duramente abalroado por um cachalote enfurecido na costa oeste da América do Sul, em 1821. Dos 20 homens que escaparam da embarcação perseguida pela baleia, apenas oito sobreviveram. O caso se tornou célebre nos Estados Unidos.³² Melville fora marinheiro antes de se dedicar às letras e esteve na região entrecortada das ilhas do Pacífico – também conhecida como Mares do Sul – quando era relativamente “desconhecida” em virtude do escasso mapeamento da área. Parte da experiência do autor no mar está presente em seus romances, indicando a opacidade entre os limites da realidade e da ficção. Mas é com *Typee* que Melville leva essa característica às últimas consequências. Em 1839, ele embarcou num navio mercante rumo a Liverpool. Em 1841, serviu como ajudante no navio Acushnet rumo ao Pacífico. Nas Ilhas Marquesas, Melville abandonou o navio e passou três meses na região entre os índios Typee. Melville, para construir os seus romances, baseou-se também em farta leitura de literatura de viagem. Sua experiência, alicerçada nas leituras que fez, foi transformada em texto e publicada em 1844. O curioso é que *Typee* foi editado e lido primeiramente como relato de viagem e não como romance. Mais: hoje em dia,

31. Ver: CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

32. Ver: MELVILLE, Henry. *Moby Dick*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. Para um relato da viagem do Essex que inspirou Melville, ver: PHILBRICK, Nathaniel. *No coração do mar*. A história real que inspirou o *Moby Dick* de Melville. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

faz parte da estante infanto-juvenil não só nos Estados Unidos, mas em outros países.³³

É instigante acompanhar a percepção sobre *Typee* desde 1844: de relato de viagem direcionado ao público adulto para saborosa leitura de ficção para adolescentes, no século XX. Borm, contudo, adverte que, embora as fronteiras entre ficção e realidade sejam tênues, ninguém lê *Moby Dick* da mesma forma com que lê o relato de viagem de Charles Darwin. Ele reafirma essa característica encontrada nos relatos ao citar Jonathan Raban, outro autor que sublinha o hibridismo encontrado nesse tipo de fonte.

Como forma literária, a narrativa de viagem é notoriamente uma tosca casa de porta aberta onde diferentes gêneros terminam na mesma cama. Eles são acomodados no diário privado, no ensaio, no conto, na prosa, no poema, no rascunho, e, numa polida mesa, conversam com indiscriminada hospitalidade. O relato de viagem mistura narrativas livremente.³⁴

Stella Maris Scatena Franco, em *Peregrinas de outrora*, foca seus interesse de estudos em mulheres viajantes latino-americanas para países da Europa e Estados Unidos. A autora sublinha, como outros que trabalham nesse entrecruzamento, que os relatos femininos concentram a “escrita de si”, demonstrando elementos da autobiografia contidos nessas narrativas.³⁵

33. Para uma tradução para o português de *Typee*, ver: MELVILLE, Herman. *Taipei*. Paraíso dos canibais. Porto Alegre: L&PM, 1984.

34. RABAN, Jonathan apud BORM, Jam, op. cit, p.16.

35. Ver especialmente o primeiro capítulo de FRANCO, Stella Maris Scatena. Três vidas, três dimensões: autobiografia, biografia e memória. In: *Peregrinas de outrora*. Viajantes latino-americanas no século XIX. Santa Catarina: Udunisc, Editora Mulheres, 2007. Para trabalhos de referência sobre a questão de gênero e o tema das viagens, ver: LEITE, Miriam Li-

Muitos relatos de viagem são, desse modo, pessoais e íntimos. Há, ainda, os escritos em forma de cartas, os que buscam uma possível neutralidade, como os relatos científicos etc. Todos requerem tratamento apropriado. Além da metodologia sobre o relato de viagem em si, o pesquisador envolvido com a análise do discurso provavelmente sentirá necessidade dos referenciais metodológicos da biografia, da epistolografia, da “escrita de si” para bem compreender o relato.³⁶ Borm cita Jean Roudaut nos seus comentários sobre o relato de André Gide ao Congo:

O livro de viagem é descontínuo. Ele justapõe da mesma forma segmentos de texto que diferem no tom. O texto é estratificado: consiste em várias camadas de vozes, vocabulário (a descrição apresenta uma variação de tipos: paisagem, *habitats*, vestimentas, trabalho) e estilo... O livro de viagem combina o heterogêneo (misturando tudo em uma forma de memória, diários e carta) e é desigual, o que aponta para uma espécie de mosaico.³⁷

fchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, n.15, p.129-43, 2000; MILLS, Sara. *Discourses of difference*. An analyses of women's travel writing and colonialism. London, New York: Routledge, 1991.

36. Sobre as “escritas de si” em geral, ver: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Para uma discussão sobre a biografia, ver: BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. Sobre a epistolografia, ver: MALATIAN, Tereza. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. Para um trabalho que discute e analisa cartas, ver: FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas*. A correspondência de Simon Bolívar (1799-1830). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

37. Cf. BORM, Jam, op. cit., p.20, tradução minha.

Se não é tarefa do historiador discutir se o relato de viagem é um gênero literário, os desdobramentos que envolvem a questão permitem compreender por que esse *corpus* documental é fundamentalmente heterogêneo. As “bordas soltas” e a mutabilidade que caracterizam esse tipo de fonte o tornam fascinante, mas permitem que “caibam, no mesmo saco, gatos muitos distintos”. Creio que devemos estar atentos a essa peculiar característica do *corpus* e compreender os recursos que o viajante utiliza, consciente ou inconscientemente, para narrar a sua experiência.

Para terminar, é importante ressaltar que esta pequena apresentação é também produto de uma viagem. Estive nos Estados Unidos em janeiro de 2009, quando, inquieta com as inúmeras distinções encontradas entre um relato de viagem e outro, pedi para consultar o que pudesse sobre metodologia dessa fonte na Biblioteca do Congresso, em Washington. Lá encontrei as duas coletâneas citadas, agora já disponíveis em bibliotecas especializadas brasileiras. Se elas não resolvem completamente a questão – nem é essa a proposta desses autores citados –, creio que avançam um tanto no debate.

Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental¹

*Stella Maris Scatena Franco*²

Nas últimas décadas, temos observado o uso crescente de relatos de viagem em trabalhos acadêmicos por parte de estudiosos brasileiros. Essa tendência ao emprego de relatos como fontes documentais deu origem a uma produção volumosa, além de variada do ponto de vista dos enfoques temáticos e das abordagens teóricas. Buscamos compreender quais foram as preocupações metodológicas que nortearam o uso dessas fontes e perceber os objetivos de alguns autores ao utilizá-las.

Recorremos primeiramente à observação sobre como alguns trabalhos mais antigos, e hoje considerados clássicos da historiografia brasileira, abordaram os relatos. A partir daí, procuramos identificar, de maneira mais panorâmica, os temas e pontos de vista explorados ultimamente pelos historiadores nos trabalhos com relatos, bem como as tendências nos enfoques

-
1. Este texto é resultado de apresentação feita em um dos seminários internos do projeto temático “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”, em 27 de março de 2009, nas dependências do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
 2. Professora de História da América. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Guarulhos).

sobre as distintas origens e destinos dos viajantes. Na sequência, procuramos fazer uma apreciação mais detida de algumas obras, para refletir sobre as análises de seus autores a respeito dos alcances e limites apresentados pelos relatos ao estudo das práticas sociais e das representações. Também procuramos entender como os autores pensaram as relações entre o real e o imaginário, bem como entre o cotidiano e o discurso no trabalho com os relatos. Tais perspectivas influenciaram nas formas de utilização das fontes e demarcaram as finalidades das buscas empreendidas pelos pesquisadores.

Não é de hoje o uso dos relatos como fontes de pesquisa em nosso país. Sem pretender retornar às origens, mas lembrando alguns dados significativos, vale destacar que o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde sua fundação, cedeu certo espaço de sua revista para divulgação de alguns relatos,³ além de receber visitas de viajantes que conheciam o país.⁴ Ademais, é significativa a presença dos relatos em obras hoje consideradas “clássicas” da historiografia brasileira.⁵

-
3. Alguns exemplos de referências de viagens e viajantes na revista do IHGB: o volume 2, de 1840, traz um juízo sobre obra de Alexander von Humboldt. O número 9, volume 3, de 1841 contém um parecer sobre a *Viagem pitoresca ao Brasil*, escrita por Jean-Baptist Debret. Em 1844 (v.6, n.23), a revista noticia os achados paleontológicos do dinamarquês Peter Lund na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais.
 4. Para as visitas de Thomas Ewbank ao IHGB, ver: PAULINO, Carla Viviane. *O “Império do atraso”: etnologia, política e religião nas impressões sobre o Brasil elaboradas pelo viajante norte-americano Thomas Ewbank (1846-1856)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.43.
 5. A lista poderia se expandir imensamente, mas apontaremos aqui, de passagem, apenas dois autores: Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda. Outro autor considerado um clássico dentre os “intérpretes do Brasil” que empregou essa modalidade de fonte é Gilberto Freyre. Sobre

Ao escrever sobre os seus *Capítulos de história colonial* (1907), João Capistrano de Abreu afirmou que a ideia de realizar a obra nasceu justamente quando findara a leitura, dentre outros autores importantes, da viagem de Agassiz.⁶ Acabou fazendo uso efetivo dos textos dos viajantes na confecção de sua obra, sendo o último capítulo, dedicado ao século XIX, construído quase que inteiramente a partir de citações de excertos de relatos de europeus que visitaram o país naquele período.⁷

a presença de viagens e viajantes na obra de Freire, ver: TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

6. A obra referida é *A journey in Brazil* (1867), de Louis Agassiz. O autor realizou uma viagem ao Brasil nos anos de 1865 e 1866. Era de origem suíça e trabalhava nos Estados Unidos. A obra tem participação de sua esposa, Elisabeth Agassiz, que o acompanhou em sua viagem. Para edição brasileira, ver: *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. A apresentação do livro de Capistrano de Abreu, escrita por José Honório Rodrigues, traz a reprodução de uma carta de Capistrano a João Lúcio de Azevedo, na qual o primeiro fala da inspiração em Agassiz para a realização de seu livro. Ver o item “Explicação” em: ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguet, 1969.
7. O capítulo mencionado se intitula “Três séculos depois”. Devo essa indicação a Karen Lisboa Macknow, estudiosa dos relatos de viajantes, particularmente os de língua alemã para o Brasil. Publicou, entre outros trabalhos: *A Nova Atlântida de Spix e Martius*. Natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997. A ênfase que Capistrano dá aos viajantes no capítulo referente ao século XIX não parece ser um dado fortuito. A mudança da Corte, em 1808, e a abertura dos portos imprimiram mudanças com relação à entrada e saída de pessoas, amenizando as restrições imperantes anteriormente. Como exemplo dessas restrições, vale lembrar que Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland foram proibidos de adentrar em territórios portugueses

Vários viajantes são citados por Capistrano de Abreu, e os trechos são reproduzidos para elucidar distintos aspectos da história do Brasil.⁸ O historiador busca contemplar a diversidade brasileira, das regiões aos grupos sociais, assinalando as particularidades de cada um. Apesar da gama diversificada de temas e enfoques, alguns sobressaem: destaca os aspectos culturais e cotidianos, sem sombra de dúvida uma abordagem fartamente explorada nos relatos dos viajantes, dispostos a descrever o “típico” e a construir uma verdadeira galeria de curiosidades acerca dos hábitos dos brasileiros. Nesse sentido, Capistrano reproduz, por exemplo, trecho de relato do inglês Henry Koster quando, ao tratar sobre uma região pastoril (a qual não identifica precisamente), narra a forma como o vaqueiro costumava capturar o gado que fugia e se encerrava na caatinga. Também se utiliza das impressões desse viajante para descrever os habitantes da casa grande nas propriedades rurais do Nordeste: as vestimentas dos senhores em situações cotidianas e em ocasiões solenes, e o “enclausuramento” das jovens solteiras.⁹

na América. Outro exemplo é o do comerciante inglês Thomas Lindley, preso na Bahia em 1802 por acusação de contrabando.

8. De acordo com José Honório Rodrigues, na “Explicação” sobre as normas da 4ª edição, o autor não incluiu originalmente, como era de seu feitio, notas bibliográficas. A justificativa para isso advém do fato de ser o livro uma obra de encomenda, tendo sido por isso produzida na corrida contra o tempo. As notas presentes na 4ª edição foram inseridas postumamente. É importante ressaltar que, embora os títulos dos livros não tenham sido citados em notas de rodapé, o autor menciona, reiteradamente, os nomes dos viajantes cujas obras lhe serviram como fontes, o que possivelmente facilitou a realização das notas *a posteriori*.
9. De acordo com Miriam Moreira Leite, a reclusão da mulher é um dos “estereótipos” divulgados pelos viajantes e que acabou por ser aderido pela historiografia do século XIX. LEITE. Miriam L. Moreira. *Livros de viagem*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p.22.

Ainda nessa linha, Capistrano afirma, citando o francês Auguste de Saint-Hilaire, que os fazendeiros de café do Sudeste costumavam gastar somas incríveis com escravos, apenas para manterem o *status quo*, relegando para segundo plano o luxo, o conforto e a educação dos filhos. Também usa o relato desse viajante para retratar os povos do Rio Grande do Sul: sua descrição física, caráter, hábitos alimentares – particularmente o costume de comer carne bovina –, além do manejo e do abate do gado. A partir do texto do comerciante inglês John Luccock, descreve, ainda, os usos cotidianos dos diferentes grupos sociais: o jeito de os escravos carregarem mercadorias num fardo sustentado por alças, e, entre os abastados, as práticas alimentares, envolvendo uso de talheres, utensílios para portar comida, horários e lugares das refeições, e as vestimentas adequadas e cerimônias que envolviam a recepção de visitas.

Às vezes, os relatos são também espaços de busca de registros mais específicos, relativos à demografia ou a aspectos fisionômicos da população. Do livro *Viagem no interior do Brasil*, escrito pelo botânico austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl, a respeito de sua excursão pelo país entre 1817 e 1821, Capistrano apresenta, por exemplo, além das informações sobre festividades religiosas e populares, dados estatísticos sobre a população de Goiás. Até a descrição dos tipos físicos encontrados era objeto de busca nos relatos, por parte do historiador. Sobre esse ponto, o autor encontrou em Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, cientistas alemães que viajaram entre 1817 e 1820, uma exposição das características físicas dos paulistas. Aponta que essa exposição discrepava da que fora feita por Wilhelm Ludwig von Eschwege. Daí surgiu um debate em torno do predomínio ameríndio ou português sobre os traços dos paulistas. O fato de Capistrano esquivar-se desse debate parece indicar que os relatos eram compreendidos por ele como expressão fidedig-

na da realidade, a ponto de não poderem ser desautorizados ou questionados. Ou poderia ser, num sentido oposto, uma abertura para a validade das diferentes interpretações sobre o tema em questão.

Como é possível perceber, o historiador estava preocupado em tomar os relatos como obras fornecedoras de informações, dados, fatos e costumes. Não é possível identificar, como é prática corrente hoje, o cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador. Dessa maneira, certos preconceitos – de que estavam impregnadas as narrativas – acabavam sendo transpostos para a obra historiográfica. A título de exemplo, um trecho de Spix e Martius é citado para tratar dos “dengues e requebros lascivos” das mulatas da Bahia, ao que Capistrano acrescenta o comentário de que os mulatos eram “gente indócil e rixenta”. Também transparece outro aspecto pejorativo, que é o hábito dos viajantes de descrever o país pelas “ausências”, pela falta de civilização e progresso – que, diga-se de passagem, os próprios europeus julgavam possuir. A esse respeito, vale lembrar dois trechos: sobre a exploração do ferro no Brasil, Capistrano repete as apreciações do geólogo e mineralogista Wilhelm Ludwig von Eschwege, que ficou no país a convite de membros da corte de D. João, de 1810 a 1821, para dirigir o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro. Na parte citada pelo historiador, o viajante afirma que as técnicas de exploração do ferro foram aprendidas com os africanos e desde então pouco haviam se desenvolvido, mantendo-se estagnadas. Em nenhum momento, o historiador atenta para os interesses que o viajante possuía, sendo um representante europeu nos assuntos de mineração, com esse tipo de assertiva. Além dessa passagem, também vale ressaltar a forma como termina o livro. Em tom pessimista, cita o comerciante inglês Thomas Lindley para remarcar deficiências: falta de agremiação, de manifestações coletivas, de vida social e de sociedade, de tradição

e de progresso.¹⁰ Claro está que não analisa tal descrição como uma interpretação que visa valorizar o lugar de enunciação do autor do relato; ao contrário disso, assimila e reproduz tal interpretação como sendo um retrato fidedigno da realidade.

Para remarcar um pouco mais a presença dos relatos em textos clássicos da historiografia brasileira, destacamos ainda alguns textos do historiador Sérgio Buarque de Holanda, selecionando apenas uma pequena parte dessa produção. Em seu livro *Raízes do Brasil* (1936), as apropriações dos textos dos viajantes são realizadas de diversas formas. Passa, por exemplo, pelas narrações de certos hábitos da população feitas pelos viajantes, extraindo daí uma análise dos costumes e de sua influência na cultura brasileira. John Luccock observou que, na cidade do Rio de Janeiro, um carpinteiro se vestia à maneira de fidalgo e que se negava a carregar seus utensílios de trabalho, entregando-os a um negro. Da informação – e, claro, de todo um vasto repertório acumulado pelo historiador –, Sérgio Buarque de Holanda abstrai a ideia da transposição, para o ambiente urbano e para as distintas camadas sociais, de hábitos histórica, social e culturalmente constituídos, em princípio, em torno do patriciado rural.¹¹

10. A seguir, alguns autores citados por Capistrano, os títulos e datas de publicação de suas obras: KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. 1816; ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. 1833; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. 1822; POHL, Johann Baptist Emanuel. *Reise im Innern von Brasilien*. 1837; SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Reise in Brasilien*. 1828; LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil*. 1820; LINDLEY, Thomas. *Narrative of a Voyage to Brazil*. 1805.

11. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p.55-6.

Também há lugar para busca da informação propriamente dita: por exemplo, ao tratar da língua falada nas diferentes partes do Brasil (a língua-geral brasílica), o historiador explora o relato de Hercules Florence, desenhista, cartógrafo e fotógrafo de Nice (França), que acompanhou a expedição de Georg Heinrich von Langsdorff, pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. Além disso – último exemplo de *Raízes* –, o mote do sétimo e derradeiro capítulo, intitulado “Nossa revolução”, advém de um viajante norte-americano, o naturalista Herbert Smith, que, na década de 1880, opinava que a América do Sul precisava de uma “revolução vertical”.¹² As críticas sociais e políticas aí presentes são apropriadas por Sérgio Buarque que as toma de empréstimo para defender a superação das separações hierárquicas que privilegiavam as oligarquias e para afirmar suas perspectivas de desenvolvimento da democracia.¹³

Voltamo-nos agora para outra produção, elaborada em diferente momento de sua carreira. Em *História geral da civilização brasileira*, cuja publicação teve início em 1960, o tomo “O Brasil monárquico”¹⁴ traz um capítulo sobre São Paulo que é escrito pelo historiador. Neste, estuda a sociedade paulista na conjuntura da independência,¹⁵ bem como analisa a economia da região, abordando tanto a produção agrícola quanto o co-

12. Ibidem, p. 135.

13. CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque, op. cit., p.xvii-xix. A obra escrita por Herbert Smith intitula-se *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* e foi publicada em português em 1922, em São Paulo, pela Editora Melhoramentos. As críticas sociais e políticas desses viajantes também são lembradas por Holanda no capítulo III: “Herança rural”.

14. HOLANDA, Sérgio Buarque. Dispersão e unidade. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1972. t.II, v.II.

15. Na verdade, estende-se de meados do século XVIII a meados do XIX.

mércio. Este último aspecto o leva a examinar as dificuldades de circulação pelo espaço, ainda no século XVIII, tendo em vista os obstáculos geográficos, mas explora também as facilidades que se apresentariam depois, sobretudo com o desenvolvimento das ferrovias no século XIX. Para trabalhar a questão, lança mão do relato de viagem do inglês John Mawe (1808), e de seu percurso de Santos a São Paulo (passando pela Serra do Mar), e de São Paulo ao interior. Abordando a problemática dos caminhos, nas palavras da historiadora Laima Mesgravis, Sérgio Buarque “usa a descrição dos costumes [feita por Mawe] para chegar à sociedade, as dificuldades do viajante de Santos a São Paulo para estudar a economia e os caminhos, e assim por diante”.¹⁶

Em várias outras obras, Holanda faz uso de relatos provenientes de diferentes épocas¹⁷. A intenção aqui não é fazer um estudo sistemático a esse respeito, mas apenas assinalar a presença dos viajantes em parte dos trabalhos desse consagrado historiador. A apropriação feita nos trabalhos mencionados é diversa, mas há uma atenção especial do historiador à descrição dos costumes e à coleta de dados e informações, além de buscar uma ambiência histórica particular. A produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda já suscitou análises instigantes, como aquela que associa a própria via de construção de uma interpretação sobre a História do Brasil pelo autor ao percurso de um viajante que se situa num terreno permeado de referências híbridas.¹⁸

16. MESGRAVIS, Laima. Aspectos da sociedade paulista no século XIX na visão de Sérgio Buarque de Hollanda. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et al. *Sérgio Buarque de Holanda*. Vida e obra. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Arquivo do Estado, USP, IEB, 1998. p.98.

17. Para apropriação feita pelo historiador do relato de Thomas Ewbank, ver: PAULINO, Carla Viviane, op. cit., p.144-5.

18. A respeito, ver a análise de Eliana R. de F. Dutra sobre *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, na qual a autora se utiliza

Segundo Miriam Moreira Leite, até a década de 1970, mesmo que os historiadores tivessem feito amplo uso de narrativas de viagem como fontes documentais, os relatos “tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica”.¹⁹ A autora remarca a necessidade que se começou a sentir então de elaborar instrumentos específicos de trabalho que ajudariam a submeter a documentação a um crivo analítico e crítico. Seu próprio estudo pode ser pensado como um esforço na criação dessas ferramentas, na medida em que sistematiza séries de dados presentes nos relatos, estabelece diferenças entre as diversas formas de narrativas, delimita recortes espaciais e temporais a partir dos próprios itinerários dos viajantes, e elege temas centrais e subtemas que se apresentam de maneira constante nos textos, organizando-os em forma de índice, indexando os dados e assim por diante.

Atualmente, fazem parte do universo de preocupações dos historiadores, estabelecendo-se como pontos de partida no trabalho com os relatos, questões tais como: a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação – nacional, social e ideológico – do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações. Do período assinalado até os dias de hoje, é possível identificar o esforço crescente dos pes-

do conceito de “entrelugares”, do crítico literário Homi Bhabba, como referência para situar, guardadas as separações temporais, a percepção do historiador brasileiro em relação à formação cultural brasileira no período colonial a partir da interação entre nativos e adventícios. DUTRA, Eliana R. de F. Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em *Caminhos e fronteiras*. In: PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla M. J. (Org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver. séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, PPGH/UFGM, 2002.

19. LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 9.

quisadores em desenvolver trabalhos a partir de um enfoque, muitas vezes, quase que exclusivo sobre os viajantes e seus relatos. Estes deixaram de ser considerados apenas fontes para, em muitos casos, se transformarem em objetos das pesquisas. Estas têm sido realizadas dentro da perspectiva renovada e crítica que apontamos anteriormente. Além disso, é possível verificar uma diversidade de temas recortados no interior dos relatos, bem como, mais recentemente, uma variação dos tipos de viajante, no que se refere à questão de gênero e das origens nacionais. Nas três últimas décadas, produziu-se uma grande quantidade desses trabalhos, organizados em formato de teses acadêmicas, centradas especificamente na análise de relatos de viagens, ou divulgados em revistas especializadas, em dossiês dedicados especialmente às análises dessas fontes. A seguir, apresentamos sumariamente alguns trabalhos que representam exemplos significativos dessas inovações.

No âmbito das teses, mencionamos dois trabalhos de doutorado produzidos na Universidade de São Paulo, na década de 1980. Ilka Boaventura Leite fez uma análise sobre a visão dos negros nas Minas pelo olhar dos viajantes estrangeiros do século XIX,²⁰ e José Carlos Barreiro realizou a tese intitulada *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*.²¹ A produção acadêmica com enfoque nos viajantes continuou na década seguinte. Karen

20. A autora, que também tem formação em História, defendeu essa tese em 1986, no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

21. Tese defendida em 1988, no Departamento de História da Universidade de São Paulo. O trabalho foi publicado com o seguinte título: *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Macknow Lisboa realizou a pesquisa intitulada *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, na qual reflete sobre a representação dos cientistas e naturalistas estrangeiros e analisa as intencionalidades que mobilizam a escrita de relatos supostamente neutros porque “protegidos” pela ideia de que estavam a serviço da ciência, objetiva, racional. As concepções de natureza e civilização em Spix e Martius são igualmente estudadas pela autora.²²

No campo da crítica literária, um trabalho que se tornou uma importante referência para os estudiosos brasileiros é o de Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. Publicado em 1990, analisa como os diálogos entre os relatos dos estrangeiros e os escritos da prosa de ficção brasileira nos anos 1830 e 1840 colaboraram para a formação de uma dada ideia de nação, bem ao gosto dos românticos.²³

Foram desenvolvidos, paralelamente, trabalhos acadêmicos que também procuraram diversificar as temáticas e as linguagens exploradas. Fato evidente é a dedicação, nas pesquisas, à análise iconográfica. Como exemplo, mencionamos duas teses: Valéria Salgueiro defendeu, em 1995, no Departamento de História da USP, a tese intitulada *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus – Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1829-1852)*. Além do estudo da linguagem pictórica presente nos álbuns, o trabalho também se preocupa em refletir sobre o olhar dos viajantes sobre a paisagem urbana. Esse enfoque está presente também na pesquisa de Luciana de

22. O trabalho é uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da USP em 1995 e publicada em 1997 pela Hucitec. LISBOA, Karen M., op. cit.

23. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Lima Martins, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*.²⁴ Nesse entroncamento entre cidade e viagem, desponta ainda a tese de Amilcar Torrão Filho, na qual analisa relatos de viajantes franceses e britânicos. Parte do princípio de que o universo de referências culturais europeias está presente e condiciona a descrição das cidades, sendo posteriormente disseminado em outras áreas, como na historiografia brasileira.²⁵

A despeito da diversificação temática, um fator que une todos esses trabalhos é o de que são os relatos de viajantes europeus sobre o Brasil e outros países das Américas que estão no foco dos estudiosos. Alguns estudos têm procurado ampliar esse leque, abordando relatos de viajantes oriundos de outras regiões além da Europa, cujas fontes são os textos de viajantes norte-americanos e latino-americanos. Esses trabalhos preocupam-se fundamentalmente em repensar as relações entre “centro e periferia”, e rever a perspectiva dualista e dicotômica sobre a qual essa discussão se sustentou em seus primórdios.²⁶ Vale lembrar ainda que as mulheres viajantes têm sido também estudadas, incorporando-se às análises os aportes do campo de

24. Tese de doutorado defendida em 1998 na Universidade Federal do Rio de Janeiro e publicada em forma de livro em 2001. MARTINS, Luciana Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

25. Tese defendida em 2008 na Unicamp e publicada em 2010: TORRÃO FILHO, Amilcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

26. Sobre viajantes norte-americanos, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo. *Tempo*, Departamento de História da UFF, v.13, p.120-38, 2008. Sobre viajantes brasileiros pela América Latina, ver: BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História Revista (UFG)*, v.13 n.2, p.425-45, 2008.

estudos de gênero.²⁷ Isso também representa, ao lado da diversificação sobre as origens nacionais/regionais dos viajantes, uma tendência a explorar diferentes caminhos, a buscar novidades no âmbito das viagens e dos relatos, de forma a extrapolar a perspectiva mais usual de trabalhar com escritos dos viajantes homens e europeus.

Os relatos de viagem, grande parte das vezes, foram produzidos a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem, que frequentaram a realidade de outrem.²⁸ Com isso, tornam-se depositários de narrações sobre ocasiões e fatos históricos, muitas vezes vistos e vivenciados efetivamente. Todavia, nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Essas ações,

27. O trabalho de Miriam Moreira Leite é uma referência obrigatória para esse enfoque: LEITE, Miriam L. M. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, n.15, p. 129-143, 2000. Nossa tese de doutorado também explora os relatos de autoria feminina, de mulheres viajantes da América Latina pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

28. Cale lembrar que isso não é necessariamente uma norma. Um caso clássico de narração sem participação presencial do viajante e realizada por meio de outros relatos escritos disponíveis é o de Jean de Mandeville. Para uma análise dessa questão em Mandeville, ver: FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Org. e trad.). Introdução. In: MANDEVILLE, Jean de. *Viagens de Jean de Mandeville*. Bauru: Edusc, 2007. A não realização da viagem pelo narrador do relato dá origem a um debate a respeito das relações entre ficção e realidade, do grau de objetividade que se é capaz de obter através do uso destas fontes, bem como sobre as formas mais eficazes para tanto. A respeito, ver: BORM, Jam. Defining travel: on the travel book, travel writing and terminology. In: HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (Ed.). *Perspectives on travel writing*. Aldershot: Ashgate, 2004.

nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores inter-relacionados, como as influências advindas da formação cultural do viajante, os interesses específicos envolvidos no empreendimento da viagem e da publicação do relato e até as opções e preferências do próprio autor.

A capacidade de alcançar pelos relatos diversas dimensões do passado é inquestionável. Entretanto, o caráter dúbio dessa fonte – tráfegante entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar – transforma-a num objeto atrativo para uma reflexão sobre as potencialidades por ela guardadas para iluminar distintos domínios de que se constitui a história. Colocando a questão de outra maneira, é cabível perguntar: Os relatos, pela experiência do viajante, prestam-se a mostrar mais eficazmente o cotidiano e suas práticas, a iluminar uma dimensão mais material e concreta da vida no passado? Ou por serem essencialmente carregados de subjetividade, proporcionariam maiores vantagens ao estudo das visões de mundo daquele que empreende a viagem?

A importância de perceber que as representações e as práticas são âmbitos imbricados que constituem partes de um mesmo todo parece ser hoje um consenso. Essa percepção é também entendida como precaução vital às análises tendentes a dicotomias e bipolarizações, que levariam à segmentação, localizando, de um lado, as ideias, o pensamento, as visões de mundo, as representações e o imaginário, e, de outro, no extremo oposto, as práticas, as atividades e as ações.²⁹

O reconhecimento da importância de relacionar as práticas e as representações – pois, afinal, umas não vivem sem as outras

29. Sobre as relações entre práticas e representações, ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990. Do mesmo autor, consultar: *O mundo como representação*. *Estudos Avançados*, v.11, n.5, 1991.

– é evidente em diferentes estudos, embora seja inevitável uma tendência, ainda que sutil, a considerar os relatos mais propícios a iluminar um ou outro âmbito, dependendo essa variação de perspectivas teóricas existentes no interior da área de formação dos estudiosos. Esse é o veio de discussão que pretendemos explorar nesta parte, observando alguns poucos trabalhos que lançaram mão do uso de relatos de viagem como fontes documentais.

No já citado *Livros de viagem*, de Miriam L. Moreira Leite, os ensaios apresentados se baseiam na análise de relatos e ao mesmo tempo se vinculam aos campos da história da família e da infância, bem como com a história de gênero. A autora estuda grupos de convívio, casamentos, formação de famílias, amas de leite, prostituição, a roda de expostos, entre outros, por meio dos relatos dos estrangeiros no Rio de Janeiro do XIX.

O que é importante reter para o propósito que aqui nos cabe são suas reflexões sobre o relato e a importância e espaço conferidos ao cotidiano em seu interior. Para a autora, a análise dos relatos sob essa perspectiva representa uma contribuição para a realização de uma História Social, pois eles – os viajantes – estudaram o folclore, as tradições populares e a história das populações visitadas em seu cotidiano: “Os viajantes observaram, descreveram e classificaram o mundo social, refletindo, por comparação, sobre a vida cotidiana do grupo visitado, tomando consciência das dificuldades para a compreensão desse grupo”.³⁰

Leite cita um viajante cego (James Holman) e comenta que ele precisou estudar mais e se tornar tão mais consciente da realidade a ponto de evitar as conclusões apressadas e errôneas. Com a mesma intenção de atribuir alguma objetividade ao relato, afirma o seguinte a respeito da obra de Saint-Hilaire: “Preocupou-se com a objetividade dos fatos narrados, tendo o

30. LEITE, Miriam L. Moreira, op. cit., p.15.

cuidado de completar suas observações com informações de diversas outras fontes”.³¹

O que se conclui dessas observações é que, para a autora, o viajante, apesar de muitas vezes resvalar em estereótipos, teria um olhar privilegiado em relação à realidade visitada. Por ser um ator de passagem, ele é um “observador atento da realidade, exercitando diante dela a arte de pensar, desprendendo-se de seu mundo imaginário para entrar no mundo real e imaginário do outro”.³²

É possível perceber, por essas indicações, que há uma relativa confiança em relação ao que é registrado pelos viajantes. A autora ressalta, assim, a presença e utilidade desses registros, por trazerem informações e dados do cotidiano. Os relatos são entendidos como “uma fonte produtiva de dados e sugestões a respeito da vida da mulher, por se deter e reproduzir o cotidiano...”.³³ Apesar da ênfase no aspecto do cotidiano, já não se trata de contemplar tais registros como inquestionáveis e autossuficientes para uma pesquisa. Para Leite, além de ser necessário contemplar também a condição de representação que os relatos guardam, eles estão longe de poder ser usados como fontes exclusivas, pois são muito fragmentários.³⁴

Essa questão também está colocada no trabalho, já citado, de José Carlos Barreiro, *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, que investiga o imaginário dos viajantes e, pelos relatos, busca reconstituir também o cotidiano e as lutas sociais das classes subalternas no século XIX.³⁵ Alude à necessidade da “desmonta-

31. Ibidem, p.15.

32. Ibidem, p.17.

33. Ibidem, p.63.

34. Ibidem, p.63.

35. BARREIRO, José Carlos, op. cit., p.9.

gem do discurso dos viajantes e reconstituição do cotidiano das classes subalternas”.³⁶ Para tanto, analisa as representações dos viajantes sobre noções de propriedade e trabalho e, em outro momento, examina as práticas sociais e a forma como as lutas foram “substanciadas materialmente”. É possível identificar uma separação entre os âmbitos das representações e das práticas sociais, o que é reconhecido pelo autor, ainda que como simples estratégia de organização das ideias. Para Barreiro, esses limites são fluidos e as representações engendram práticas que acabam por intervir na realidade. Tal separação é feita, portanto, como foi afirmado, por razões meramente didáticas.

Na primeira parte do trabalho, Barreiro evidencia os valores do capitalismo impregnados nos relatos dos europeus: no discurso identifica a aversão ao ócio, a admiração pela limpeza e pelo asseio, a agonia com a falta de racionalização do tempo, o espaço urbano e as ideias higienistas. Em contrapartida, mostra como as populações de camadas socialmente subalternas e a própria cidade do Rio de Janeiro não correspondiam a essas expectativas dos viajantes. Nessa parte, também explora, pelos relatos, as percepções que os viajantes tinham dos movimentos políticos no XIX, e como as camadas populares também as percebiam. Isso seria possível de evidenciar, pois os viajantes conviveram com esses grupos e narraram e traduziram seus anseios. Na segunda parte, o pesquisador estuda as lutas políticas e as formas de introjeção do pensamento liberal e das ideias de propriedade e trabalho, observando como se impõem no recrutamento e no ambiente urbanos. Analisa a rebeldia e sua coerção, sendo esta última verificada tanto no fato de os festejos populares terem sido realizados junto aos festejos oficiais, de caráter patriótico, quanto no fato de os viajantes fazerem

36. Ibidem, p.10.

duramente suas críticas, pautadas numa visão eurocêntrica, às manifestações populares.

Aqui, ao contrário do que assinala Miriam Moreira Leite, aparentemente o viajante não é concebido como tão perspicaz observador. Barreiro afirma que alguns viajantes, diante dos festejos populares, ou “se divertiam” com aquilo ou partiam para a repreensão, justificando ser a manifestação fruto da barbárie. Nos dois exemplos, o viajante parece se posicionar tão de fora da realidade visitada que não consegue enxergá-la em toda a sua potencialidade.

A despeito dessas diferenças entre os dois autores citados, a questão das práticas sociais é abordada em ambos e de forma mais acentuada do que em outros trabalhos, nos quais a análise do discurso acaba por prevalecer. Nesse sentido, passamos a comentar outro trabalho, também já citado, cuja argumentação segue por um caminho diverso. Flora Süssekind, em *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, considera “o relato enquanto um gênero específico do discurso”. Nesse trabalho, que, diferentemente dos anteriores, é atrelado à crítica literária, a busca por uma aproximação da realidade no passado não se coloca no centro das preocupações. Para a autora,

[...] se é problemática essa fundação de uma imagem original, singular de Brasil, é igualmente difícil olhar para a paisagem brasileira real, que lá está de fato, quando o ponto de vista a ser adotado para fitá-la é pré-dado, quando o modo de vê-la se acha previamente determinado por toda uma série de crônicas, relatos, notícias, romances, por uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados.³⁷

O relato criaria uma expectativa que a realidade desmente. Assim, propõe, em termos de análise, que os textos e suas

37. SÜSSEKIND, Flora, op. cit., p.32.

representações não se encontram em sintonia com a realidade, como indica o próprio título do livro: *O Brasil não é longe daqui*. Disso infere-se que um suposto Brasil real não é o que está descrito nos relatos e na prosa de ficção brasileira, construídos em diálogo. Os escritores brasileiros, quando descreviam a paisagem, precisavam “não vê-la” e a descreviam muito mais como “miragem” do que como “paisagem”:

Pelo fato mesmo de trabalhar ou com certa imagem prévia de Brasil, em contraste com o Brasil cotidiano, ou com um cotidiano – contemporâneo ou historicamente demarcado – para o qual olha como para um álbum de curiosidades e vistas a serem pinçadas e classificadas com mãos de naturalista, o escritor – e seu narrador e personagem de ficção – parecem marcados por uma sensação de não estar de todo.³⁸

Assim, os termos remetem à negação da realidade: “Se o regresso à origem é uma impossibilidade, o que se faz é fingir a volta para a casa”; “é preciso com uma mão empreender a fundação, e com a outra negá-la...”.³⁹ As narrações, mesmo aquelas que parecem mais fidedignas, seriam convenções literárias: “as tempestades, as cenas de chegada a lugares desconhecidos, as descrições de paisagens e tipos exóticos, os difíceis percursos por terra ou por mar, e os muitos naufrágios que parecem deliciar os leitores”.⁴⁰ Uma vez que o que vai ser narrado já está quase que predeterminado pelas convenções discursivas – particularmente no caso do viajante naturalista –, ficaria mais difícil “ter a mente livre para o que os olhos virem” ou ter “os olhos e ouvidos ao léu”.⁴¹ Por essa perspectiva, a tarefa do es-

38. Ibidem, p.33.

39. Ibidem, p.37.

40. Ibidem, p.58.

41. Ibidem, p.115.

tudioso parece recair mais sobre a análise das convenções narrativas do que das práticas sociais, das quais as próprias viagens fazem parte.

Uma chave para lidar com a tendência a recair, ora para o lado das representações, ora para o das práticas, pode ser encontrada em um trabalho não mencionado na primeira parte deste texto, porque, ainda que se utilize dos relatos, estes não são o seu foco principal. Referimo-nos à pesquisa do historiador Jaime Rodrigues que resultou em livro intitulado *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*.⁴² O autor faz uso, além dos relatos dos viajantes, de várias outras fontes, como correspondências trocadas entre as autoridades coloniais, processos de apreensão dos navios que participavam do tráfico ilegal e dicionários de marinharia, para estudar as condições materiais em que se processava o tráfico de escravos de Angola para o Rio de Janeiro. É na segunda parte do trabalho, intitulada “Navios e homens no mar”, que Rodrigues analisa as condições materiais das viagens nos navios negreiros, a partir do uso, dentre outras fontes, dos relatos de viajantes que navegaram nessas embarcações. O autor busca recompor a vida social dentro do navio: o perfil da tripulação, sua língua, os ritos, as superstições, a religiosidade, as divisões de trabalho e as relações de poder. Estuda as embarcações, destrinchando seus variados tipos e alterações ao longo do tempo, com vistas a entender as necessidades específicas do tráfico negreiro, afinal é esse o foco privilegiado da análise. Sendo assim, uma parte específica da viagem ganha destaque. É a travessia. O autor recorre aos relatos para buscar dados sobre esse momento.

42. RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Queremos salientar que o trabalho de Jaime Rodrigues apresenta uma proposta interessante para a reflexão que destacamos neste texto, qual seja, as relações entre as práticas e as representações. De acordo com o autor, os relatos estão permeados de representações. Ao mesmo tempo, acredita que essas fontes também “escondem” certas práticas sociais que o historiador tem que procurar em meio a um discurso o mais das vezes permeado por preconceitos e estereótipos:

Os relatos dos viajantes, por sua vez, ao informarem sobre as ocorrências nas viagens, trazem o impacto de um choque cultural quase sempre insuperável na narrativa. Esse choque produziu juízos de valor que, na maior parte das vezes, eram depreciativos da cultura e do comportamento dos africanos e dos homens do mar, via de regra descritos como bárbaros ou indisciplinados. Ainda assim, permitem entrever certas práticas de bordo que, de outro modo e na ausência de outras fontes, seriam praticamente insondáveis.⁴³

Propõe uma forma curiosa para identificarmos as práticas em meio aos discursos. Devemos percebê-las, como indica, pelo estranhamento ou pelo que está oculto no relato:

Em muitos relatos de viajantes, podemos ler observações e impressões que se mostram estranhas à compreensão contemporânea, tais como as descrições dos rituais de batismo na passagem da Linha do Equador. Se aceitar o desafio do estranhamento, o historiador pode estar diante de pistas frutíferas para seu trabalho... Essa metodologia revelou-se promissora: através da “opacidade” dos relatos escritos, o historiador pôde ensaiar uma série

43. Ibidem, p.36.

de explicações para episódios que, de outro modo, seriam praticamente incompreensíveis e relegados à categoria de exotismo.⁴⁴

Um exemplo bem evidente dessa metodologia pode ser encontrado no próprio livro. Ao tratar sobre as condições dos escravos nos navios negreiros, narradas por viajantes, Rodrigues afirma que os relatos “não contêm verdades absolutas, mas são pontos de partida importantes” para o historiador.⁴⁵ Na maioria dos relatos, os negros aparecem descritos apertados nos porões dos navios. Essa é a imagem que ficou muito presente no imaginário coletivo. Apesar de preponderante nos relatos, isso não significa, entretanto, que equivalha à realidade. Para desconstruir uma análise mecanicista que procura equiparar os retratos nas narrativas à realidade, Rodrigues expõe alguns indícios de que não há unanimidade nos próprios relatos a respeito dessa imagem (negros apertados nos porões). Encontra fontes nas quais os navios negreiros não eram descritos como lugares tão apertados ou ainda em que os negros são retratados no convés, em vez de no porão.⁴⁶ O relato, assim, mostraria não a realidade em si, mas tendências do real que disputam entre si, podendo ganhar ou perder espaço, provocando, assim, um impacto mais ou menos profundo no imaginário. Cabe ao historiador matizar visões hegemônicas, desconstruindo os relatos, na medida em que a realidade não se resume àquilo que mostram. Para tanto, é preciso compreender por que o autor ou os autores dos relatos procederam de tal ou qual maneira e a que interesses particulares respondiam. No lugar de separar práticas, dados, informações, cotidiano, materialidade, de discurso, convenção, repre-

44. Ibidem, p.36-7. Tal ideia é inspirada, segundo o autor, nos trabalhos do historiador Robert Darnton.

45. Ibidem, p.134.

46. Ibidem, p.135.

sentação, entende que esta última instância também é parte da realidade, e que esta é ao mesmo tempo plural e diversa. Assim, o autor compartilha da ideia de que os relatos tornam algumas ideias quase que “verdades coletivas e argumentos políticos, ao mesmo tempo que foram apropriados como fontes de inspiração na criação de outros relatos e na formação de uma memória social que se enraizou pouco a pouco”.⁴⁷ Dessa maneira, afirma em relação ao discurso sobre a África: “mesmo os que nunca haviam pisado na África descreviam as violências do tráfico de acordo com as convenções dos relatos anti-escravistas”.⁴⁸ Ainda assim, o ponto de partida continua sendo o real:

[...] se os relatos de viajantes, as narrativas de escravos e a propaganda abolicionista não podem ser encarados como espelhos da verdade, também não são falsificações grosseiras de uma situação inventada; havia um referente que era o sofrimento experimentado pelos africanos em todas as fases do tráfico negroiro.⁴⁹

Como se pode perceber, as diferenças e os limites entre as pesquisas são tênues, concordando, na maior parte das vezes, a respeito da necessidade de pensar as representações e as práticas de maneira imbricada. Essa percepção, entretanto, nada tem de “natural”. Ela é fruto de um processo historiográfico, dentro do qual os relatos foram utilizados como fontes a partir dos mais variados prismas e com distintas abordagens. Se durante muito tempo foram usados como fontes de informações, passaram, depois, a ser lidos mediante critérios de uma historiografia que, entre outros aspectos, questiona a fidedignidade dessas fontes. A partir de então, a abordagem da análise discursiva ganhou terreno e transformou-se num veio privilegiado das in-

47. Ibidem, p.82.

48. Ibidem, p.82.

49. Ibidem, p.83.

interpretações historiográficas. As viagens e os relatos passaram a prestar-se a uma reflexão, pelos historiadores, sobre as formas de compreender os contatos entre as distintas partes que se encontram nas “zonas de contatos” das viagens, sobre suas hierarquias e as relações de poder.⁵⁰ De qualquer maneira, a ênfase muito marcada na análise discursiva não obscureceu uma perspectiva de trabalho também preocupada com as circunstâncias materiais das viagens, suas condições estruturais e os aspectos do cotidiano. Ao contrário de prevalecer uma separação muito rígida dessas instâncias, importantes trabalhos remarcam com ênfase as suas relações. Tais imbricações são, a nosso ver, um dos saldos mais positivos evidenciáveis no curso das discussões sobre o uso dos relatos de viagem como fontes documentais para os estudiosos das Ciências Humanas.

50. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos

Gabriela Pellegrino Soares¹

Este texto pretende apresentar, de forma sintética, os movimentos da História Cultural e, em particular, da História das Ideias que conferiram centralidade ao papel exercido pelos mediadores culturais. Para tanto, este trabalho se baseia em reflexões propostas por obras teóricas referenciais nesse campo como, sobretudo, *A história cultural: entre práticas representações*, de Roger Chartier, publicado em língua portuguesa pela Difel, em 1990, reunindo oito ensaios originalmente publicados entre 1982 e 1986.

Na passagem do século XX ao XXI, proliferaram as pesquisas voltadas às instâncias e aos agentes promotores da circulação e da (re)significação de ideias. Esses trabalhos têm explorado novos caminhos para uma História das Ideias que se abre para as complexas dimensões do social, do político e do econômico.

CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E TECIDO SOCIAL

Para os estudiosos da história latino-americana, o tema das dinâmicas de produção, circulação e apropriação ou reelabora-

1. Professora de História da América Independente na Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do CNPq e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

ção das ideias esteve sempre presente, com frequência associado a uma reflexão sobre as conformações identitárias dessas sociedades, em face das marcas deixadas pela experiência colonial. As interpretações que se produziram a respeito dialogaram com matrizes teóricas que nortearam, em diferentes épocas, o campo da História Cultural e, mais especificamente, da chamada História das Ideias. Nesse domínio, como em tantos outros, o século XX foi um período de profundas inflexões.

Marcos fundamentais dessa trajetória foram as já bem conhecidas críticas de Lucien Febvre à História Intelectual legada pelos autores do século XIX. Suas perspectivas vieram a público às vésperas da Primeira Guerra Mundial, na *Revue de Synthèse Historique*, dirigida por Henri Berr. No contexto da Segunda Guerra Mundial, os argumentos voltariam à cena nas páginas dos *Annales*. Ao longo desses anos, publicaram-se os dois grandes livros que sintetizavam as concepções professadas por Febvre para a renovação da História das Ideias: *Lutero*, de 1929, e *Rabelais*, de 1942, este último recentemente publicado no Brasil pela Companhia das Letras.²

Tal renovação apoiava-se na crítica à noção de conceitos que nascem de inteligências desencarnadas, fora de seu tempo e de seu espaço. O pensamento era antes visto como não tendo limites, separado das formas de vida social que permitem sua produção e sujeito, unicamente, à influência das grandes ideias elaboradas em momentos progressos. Trabalhava com a premissa de que, sem subestimar o papel das ideias na história, o desafio estava em mostrar que, tal como as manifestações econômicas e sociais, as ideias são filhas do seu tempo.

2. FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Ver também: FEBVRE, Lucien. *Lutero: um destino*. Porto: Asa, 1994.

Caberia ao historiador, nesse sentido, trabalhar a descrição dos fatos de mentalidade, buscando as *estruturas de pensamento* de cada época, comandadas pelas evoluções socioeconômicas que organizam as construções intelectuais.

Os questionamentos de Lucien Febvre encontraram paralelo em outro autor de peso. Em 1951, Erwin Panofsky publicou o clássico livro *Gothic Architecture and Scholasticism*, fruto de conferências ministradas anteriormente, nas quais, da mesma forma que Febvre, embora independentemente dele, buscava ferramentas para capturar o chamado “espírito do tempo”, o *Zeitgeist*, que permeava as diferentes manifestações do pensar em uma mesma época.³ Em Panofsky, analisavam-se também, em novos termos, a relação entre a obra e seu criador, a obra e seu tempo e as diversas obras de um mesmo tempo.

Novas perspectivas teóricas demandavam novos conceitos e métodos. Como se sabe, Lucien Febvre forjou a noção de *utilização mental* para se referir a um repertório linguístico e científico, ao mesmo tempo que a um sistema de percepções operado pelos homens de uma dada época. As diferenças na mentalidade dos vários grupos sociais deviam ser entendidas como resultados de um uso mais ou menos alargado que se fazia dos “utensílios” disponíveis.

Na obra de Erwin Panofsky, a atenção voltou-se para os mecanismos criadores de hábitos mentais, ou seja, de um conjunto de esquemas inconscientes e de princípios interiorizados que davam unidade às maneiras de pensar próprias de um tempo. Em lugar dos utensílios mentais objetivados, utilizados de modo mais ou menos amplo conforme o segmento social, Panofsky buscava as condições de inculcação das maneiras de

3. A obra também está disponível em português: PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

pensar e perceber. As clivagens de pensamento entre os grupos sociais derivavam, nesse sentido, dos “modos de formação”.

A noção de hábitos mentais delineada por Panofsky, é importante sublinhar, foi mais tarde apropriada por autores como Norbert Elias, que identificou o processo de formação de um *habitus* associado à civilidade em determinados círculos sociais da Europa medieval.⁴

De forma mais geral, as contribuições de Febvre e Panofsky orientaram a História das Ideias na direção da busca dos “limites do pensável” colocados aos indivíduos, ancorados no seu tempo, acompanhada do debate acerca das dinâmicas que definiam uma base comum, compartilhada pelo coletivo, e as que engendravam mecanismos de diferenciação no contato de indivíduos, grupos e sociedades com as ideias em circulação.

Os novos problemas sugeriam, naturalmente, a tarefa de repensar a natureza das fontes de metodologias de pesquisa que se prestavam à História Cultural e das Ideias, pois, à análise das dinâmicas de produção das ideias, somava-se agora a preocupação em compreender os mecanismos de sua circulação e apropriação social.

No que diz respeito às novas estratégias para abordar a produção, circulação e apropriação de ideias, três diferentes níveis fundamentais de análise foram se estabelecendo em meio a vigorosos esforços de pesquisa que, por serem bem conhecidos, optei por não recuperar aqui. Os três níveis de análise se referem:

- aos suportes materiais que comunicam ideias e imagens;
- às instâncias de mediação que ajudam a moldá-las e a promover sua circulação;
- aos usos e às práticas que conformam sua recepção (tema que remete ao da interiorização).

4. Ver: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2v.

Os suportes materiais dizem respeito aos suportes da produção de imagens (cerâmica, telas, murais, livros, filmes...), da escrita (tábuas de argila ou pedra, códices manuscritos, cartas, jornais, panfletos, folhetins, livros, cartilhas escolares...) e da oralidade (para além do indivíduo, claro, as tertúlias, o cinema, o rádio, a televisão...). Contribuem para modelar o conteúdo das ideias que veiculam e, da mesma forma, sugerem formas específicas de recepção.

Ao mesmo tempo, como bem demonstrou D. F. McKenzie em *Bibliography and the sociology of texts*, estudo dedicado à análise da materialidade das obras impressas, avaliar a *forma* dos textos supõe considerar as interferências que se interpõem entre a criação do autor e a materialização da obra – as demandas estratégicas, políticas ou mercadológicas, as negociações com o editor, a adequação a determinados padrões de linguagem ou organização, as possibilidades e os limites das técnicas de impressão disponíveis.⁵ McKenzie identificou, por exemplo, casos de textos clássicos, como as peças de teatro elisabetano, que incorporaram, nas versões impressas, marcas da intervenção dos tipógrafos (erros, omissões ou repetições...).

Como a própria produção, a circulação de ideias é balizada por diferentes instâncias de mediação cultural, social, política e econômica. Essas instâncias são produtoras de discursos e estratégias que prescrevem práticas de apropriação, legitimam ou não repertórios e franqueiam caminhos para a difusão social de determinados conteúdos culturais.⁶

5. MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Ver também, entre outros: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs, du romantisme à la belle époque. Paris: Promodis, 1985.

6. Ver, entre outros: DARNTON, Robert. What is the history of books? In: DAVIDSON, Cathy N. *Reading in America: literature and social history*.

Esses agentes também ajudam a definir os lugares simbólicos socialmente atribuídos a cada um dos suportes. Por exemplo, nos cenários latino-americanos da primeira metade do século XX, os problemas da alfabetização e da leitura ganharam centralidade nos debates públicos, definindo as letras como chave de transformação social, condição cultural e política em face dos desafios históricos que se projetavam.

Ao historiador cabe averiguar as instâncias que desempenharam, em cada contexto, papéis mais decisivos – os rumores sociais, os jornais, os grêmios políticos, as livrarias, as bibliotecas públicas, privadas ou associativas, a Igreja, as escolas, as rádios, os cinemas, as ações governamentais. E, no âmbito dessas instâncias, é necessário observar a ação concreta dos agentes em atuação: críticos, educadores, censores, editores, bibliotecários, os mentores das políticas culturais e gerenciadores das empresas de cultura.

Por fim, trabalhos recentes têm chamado atenção para os mecanismos de produção de sentido que o exercício da leitura envolve, pautados no capital cultural e nas expectativas dos leitores, aptos a desviar-se das mensagens contidas nos livros, das finalidades e dos roteiros de leituras previstos pelos alfabetizadores e mediadores.

Embora esses mecanismos de recepção só possam ser pontualmente capturados pela História, é fértil a sugestão apresentada por Robert Darnton ao examinar o teor dos livros que se liam na França pré-revolucionária: “o exame dos textos e con-

Baltimore: John Hopkins University Press, 1989. p.27-52; CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. São Paulo: Ática, 1995; CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora Unesp, 1998; CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

textos pode nos fornecer dados suficientes para estabelecermos algumas inferências abalizadas sobre o significado que os livros tinham para os leitores” de então.⁷

Em busca de saídas para a escassez de fontes que recuperem as formas subjetivas de recepção das ideias em circulação, alguns autores sublinharam o esforço de determinados mediadores para constituir *comunidades interpretativas*, estabelecendo maneiras de “ler” e apropriações autorizadas, com vistas a conformar horizontes culturais.⁸

MEDIADORES, ILUSTRAÇÃO E FORMAÇÃO DO “PÚBLICO”

Em minhas pesquisas sobre as mediações que se estabelecem no universo da edição impressa e dos usos da palavra escrita na América Latina contemporânea, trabalho com a hipótese de que o século XIX assiste a uma redefinição do lugar ocupado pelos mediadores culturais, que passam a se dedicar à conquista e à formação do “público”, em abstrato, associado ao conjunto de cidadãos e, crescentemente, ao mercado. A perspectiva universalizante contrasta, em certo sentido, com o trato com grupos sociais específicos, como um círculo cultural aristocrático ou uma comunidade de fiéis.⁹

7. DARTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.102.

8. O conceito de *comunidades interpretativas* foi cunhado por Stanley Fish em *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Ver: CHARTIER, Roger. *Texto, impressão, leituras*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.216.

9. Os congressos sobre mediadores culturais organizados por Serge Gruzinski, por exemplo, em parceria com outros pesquisadores de diferentes países, trabalharam com o seguinte recorte: do século XVI ao XVIII. Prevalecem aí estudos centrados no papel dos missionários, comerciantes, viajantes e outras personagens que circulavam entre diferentes “mun-

No contexto dos Oitocentos, intensificam-se as transformações do século anterior, no sentido da valorização ilustrada da comunicação letrada, e da mobilização dos recursos técnicos da imprensa por uma nascente indústria cultural.

A inflexão também se deu nas formas de mediação e transmissão de conhecimento, como capturou Walter Benjamin em seu clássico ensaio *Der Erzähler* [*O narrador*], publicado em 1969, no qual expressa sua crítica ao advento das técnicas de impressão.¹⁰ A leitura de um romance, comparada à narrativa oral, implicava, em sua perspectiva, um esvaziamento na transmissão da experiência humana, matéria fundamental do narrador no gênero épico. O contato direto entre narrador e ouvintes engendrava outra qualidade de comunicação, artesanal, centrada na construção de sentido ativa por parte do ouvinte. A lenta e criativa fruição do conteúdo por parte do ouvinte contrastava com a informação impressa, banalizada, abreviada, que não sobrepõe camadas mais finas de vivência e de reflexão.

Não foi essa a visão predominante, todavia, entre os contemporâneos das revoluções em curso. No século XIX, na medida em que o liberalismo conquistou espaço político em diferentes Estados da Europa e da América Latina, inúmeras políticas públicas e empreendimentos privados incorporam a finalidade de fomentar a cultura letrada (muitas vezes aliada a finalida-

dos". Ver, entre outros: ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (Org.) *Entre dos mundos*. In: *Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997; LOUREIRO, Rui Manuel; GRUZINSKI, Serge (Org.) *Passar as fronteiras*. II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999; TACHOT, Louise Bénat; GRUZINSKI, Serge (Org.) *Passeurs culturels: mécanismes de métissages*. Paris: Maison des Sciences des Hommes, Presses Université de Marne-la-Vallée, 2001.

10. BENJAMIN, W. O narrador. In: *Os pensadores*: Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

des mercadológicas), o que se traduziu em projetos de educação popular: François Guizot e mais tarde Jules Ferry, na França, as *Sunday Schools* na Inglaterra, as escolas primárias e normais de Sarmiento, a *Escola Nacional Preparatoria*, secundária, no México... dentre tantos exemplos possíveis.

Os avanços educacionais ensejaram o crescimento da população letrada, a qual educadores, bibliotecários, editores de jornais e de livros se empenharam em transformar em público leitor. Esses sujeitos ajudaram a definir os novos espaços de mediação cultural característicos do século XIX e da primeira metade do século XX (antes da difusão da televisão), selecionando e promovendo repertórios destinados a uma ampla e impessoal circulação, coincidente, em alguns casos, com as fronteiras nacionais, em outros, destinada a abarcar as regiões do mundo que progressivamente se intercomunicavam.

Paralelamente às novas tônicas universalizantes, no entanto, estiveram longe de desaparecer os mediadores que atuavam no contato pessoal, viajando às *zonas de contato*, movendo-se entre as práticas letradas e da comunicação oral, comercializando alguns exemplares de livros em meio a gêneros alimentícios e alguns metros de boa fazenda.¹¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de mediadores culturais se presta a aplicações tão diversas que determinados autores vêm procurando circunscrever e precisar seu sentido. Michel Espagne, em *Les transferts culturels franco-allemands*, definiu-os como *passeurs culturels*, ao passo que Cristophe Charles os chamou de “homens duplos”, pois se situam no encontro de culturas, estratos sociais

11. Sobre o conceito de *zona de contato*, ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

ou ambientes geográficos diferentes, comunicando, com maior ou menor eficácia, as “novidades culturais”.¹² Para ambos os autores, a noção se aplica aos agentes que fazem a ponte entre dois sistemas culturais distintos, no sentido de corresponderem a povos ou a nações diferentes. Michel Espagne, por exemplo, estudioso das relações entre Alemanha e França, privilegia a fértil figura do tradutor, a qual colabora para aproximar e introduzir elementos de uma cultura na outra.

Em vista desse recorte, alguns problemas se colocam para reflexão. Primeiramente, o fato de que há *passseurs* que são mais do que homens duplos, por serem multiculturais, como o caso paradigmático de Elias Canetti, judeu búlgaro que vivia na Suíça com passaporte inglês e que escrevia em alemão.

Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta que a transmissão realizada por um *passseur* nunca é neutra. A abordagem implica observar os vários compromissos do mediador – com um repertório cultural e determinadas categorias de pensamento, com um projeto político, com um círculo de sociabilidades intelectuais, com o mercado. Do mesmo modo, as transferências raramente se dão em um sentido único, pois, como demonstraram trabalhos como os do cubano Fernando Ortiz, do peruano Manuel Burga e do francês Serge Gruzinski, cada um à sua maneira, estabelecem-se processos de transculturação, de assimilação fragmentada dos repertórios culturais alheios ou de mestiçagem.¹³

12. Ver: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves; SILEM, Ahmed. (Dir.) *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIXe et XXe siècle)*. Villeurbanne: Presses de l'Enssib, 2005; ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF, 1999.

13. Ver: ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*: advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su

Por fim, a noção de *passeur* é fluida e não se adapta a todas as situações de *transferts culturels*, para retomar o conceito forjado por Espagne, pois podem se dar mesmo de forma involuntária, por canais variados.

Acrescento, para concluir, um posicionamento que é fruto das duas pesquisas com as quais estou envolvida no momento: a primeira, sobre a *Revue des Deux Mondes* em face da América Latina entre 1829 e fins do século XIX; a segunda, sobre os usos da escrita e mediação cultural nos *pueblos* indígenas do centro-sul do México, de princípios do século XIX ao período pré-revolucionário. Enquanto os leitores da *Revue* no Novo Mundo – Estebán Echeverría, Domingo Faustino Sarmiento, Francisco Bilbao e muitos outros – procuraram filtrar o referencial francês à luz das demandas de construção dos Estados nacionais hispano-americanos, os escrivães, advogados e professores de primeiras letras contribuíam para que as populações indígenas incorporassem ferramentas fundamentais – o domínio do espanhol, o aprendizado rudimentar das letras, a compreensão das leis e dos embates políticos nacionais – para que pudessem interagir com os novos tempos.

A noção de mediadores, a meu ver, deve ser mesmo ampliada e flexível, definindo-se, em cada trabalho, o lugar de onde falam os sujeitos em questão, suas aspirações e sua maneira de comunicar dois mundos diferentes – não necessariamente “estrangeiros” –, segundo as circunstâncias específicas do percurso trilhado.

etnografía y su transculturación. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963; BURGA, Manuel. *Nacimiento de una utopía. Muerte y resurrección de los incas*. Lima: Instituto de Apoyo Agrário, 1988; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural¹

Regina Aída Crespo²

Se os livros antigos constituem muitas vezes objetos de culto e chegam a alcançar preços de obras de arte, o que ocorre com as revistas velhas que muitas vezes jazem em pacotes empoeirados nas estantes dos sebos, à espera de algum comprador? Segundo Beatriz Sarlo, “nada é mais velho do que uma revista velha: ela perdeu a aura que emerge de sua capacidade, ou melhor, de sua aspiração de ser uma presença imediata na atualidade”. Para Sarlo, as revistas são – e aqui eu também acrescentaria os jornais – “objetos que perderam sua aura porque, na verdade, toda a sua autenticidade está em um presente no qual continuam incrustadas, mas que já se converteu em passado”.³

As revistas perdem sua atualidade e não podem conquistar a autoridade atemporal plasmada nos livros porque

-
1. Uma versão anterior deste texto foi apresentada no “Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales” na Universidade de Colima, em 2010.
 2. Pesquisadora e professora do Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam).
 3. SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *Cahiers du Criccal*, n.9-10, p.10, jan. 1992. Tradução nossa.

se associam justamente ao imediato e ao transitório. Tal circunstância, a princípio desfavorável, oferece-lhes, em contrapartida, a possibilidade de estabelecer um compromisso muito maior com a sua própria conjuntura política, social e cultural e, de certo modo, de interferir sobre ela. O tema das revistas é o seu presente. Observar esse presente a partir do estudo das revistas implica proceder a uma espécie de “imersão” em suas páginas, a fim de entender a sua inserção política, o seu papel social, a sua função cultural, o seu projeto estético e, principalmente, a vitória ou o fracasso de suas apostas ideológicas na época em que circularam.

Se as revistas se distinguem dos livros, também se distanciam dos jornais que, como elas, fazem da intervenção conjuntural a sua razão de ser. Enquanto os jornais, principalmente os de grande tiragem, organizam-se sobre uma estrutura mais complexa e financeiramente mais poderosa, as revistas literárias e culturais normalmente se mantêm de maneira precária, lutando com problemas de distribuição, dificuldades financeiras e, muitas vezes, acabam fechando suas portas de maneira precoce. Enquanto os jornais trabalham com os fatos no calor da hora, o tempo das revistas é menos rígido e urgente. Menos submetidos ao imediatismo das notícias, os editores das revistas reservam aos temas e fatos que decidem trabalhar um tempo de elaboração maior e um espaço material (número de colunas ou páginas) eventualmente mais amplo. Isso resulta na criação de textos mais analíticos e expande o lugar dos autores que firmam seus próprios textos e mantêm uma certa autonomia, embora compactuem com a linha editorial da revista ou respeitem-na. Pode-se afirmar que as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais. Fazem a crônica de sua própria circunstância, mas a partir de uma perspectiva um pouco mais pausada. Além disso, colocam-se numa zona por assim dizer

híbrida, pois pertencem simultaneamente ao espaço jornalístico e ao campo artístico-intelectual.⁴

AS REVISTAS NA AMÉRICA LATINA

Durante o século XIX, os países latino-americanos contaram com um mercado editorial precário e limitado. Em tal contexto, os jornais e as poucas revistas existentes funcionavam como canais básicos – quando não únicos – para a difusão da criação literária. Os escritores, que nem sequer sonhavam com sua profissionalização, tentavam divulgar seus poemas, contos, crônicas e folhetins, lutando para conseguir espaço nas páginas destinadas às notícias.

-
4. É importante observar que, apesar do avanço da mídia eletrônica e da influência incontestável que a internet exerce já há alguns anos no âmbito jornalístico, por intermédio dos *sites* dos jornais impressos (com notícias em tempo real), de *blogs*, redes sociais e outros meios, as revistas impressas, os próprios jornais e seus suplementos culturais e literários continuam cumprindo um papel importante no âmbito político e cultural. O “peso” da publicação em papel ainda é considerável e o que se publica nesse meio continua mantendo um grau significativo de legitimidade e permanência, provavelmente maior do que o que se veicula no indelével espaço virtual, sem mencionar as transitoriedades de meios como a televisão e o rádio. A grande discussão acerca da anunciada, esperada e nunca materializada morte dos livros tem comprovado simplesmente que, na enorme arena que constitui o campo cultural, continua havendo lugar para todos os veículos, e a internet não será, pelo menos não em médio prazo, a grande exterminadora das livrarias e bibliotecas. Em tal contexto, e no caso específico da América Latina, as revistas – e também os jornais e seus suplementos – continuarão cumprindo um papel relevante no campo cultural, e a sua análise seguirá ocupando um lugar importante entre os pesquisadores dedicados à história cultural e política, às artes e à literatura do continente.

No final do século XIX, fatores como a urbanização crescente, o incremento dos setores sociais médios e a expansão da rede de ensino (que, por sua vez, gerou a ampliação do público leitor e o desenvolvimento do mercado editorial) fizeram com que, no âmbito da imprensa diária, ocorresse a paulatina substituição do cronista e do ensaísta pelo repórter. Significativamente, para muitos escritores, a profissionalização se deu com sua transformação em jornalistas.⁵ A urgência em acompanhar os acontecimentos e noticiá-los dominou os jornais e fez com que o espaço reservado à literatura diminuísse e esta acabasse por se transferir quase completamente às revistas e aos eventuais suplementos literários e culturais publicados pelos jornais de maior tiragem.⁶

Com tais mudanças, as revistas ganharam importância no panorama literário. No entanto, ao longo do tempo, foram deixando de ser reconhecidas apenas como o meio apropriado para a publicação de contos, crônicas e poemas, para se transformarem num lugar de enunciação específico, no âmbito político-cultural, a partir do qual se podia criar, opinar, criticar e ques-

5. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.75.

6. Embora os suplementos e as revistas tenham muitas características em comum, também possuem várias diferenças. Talvez a principal esteja no grau de autonomia editorial, normalmente maior nas revistas. Ainda que os suplementos também conformem o projeto de um grupo intelectual, não necessariamente o grupo que o cria e dirige coincide com o que conduz o jornal ao que pertence. Apesar de contar com meios de distribuição melhores e, portanto, mais visibilidade que as revistas, os editores dos suplementos precisam lidar com as oscilações ideológicas, políticas e financeiras dos jornais em que são publicados, o que evidentemente restringe o seu campo de ação. A periodicidade, o número de páginas e a própria existência de um suplemento flutuam à mercê de outros elementos além das diretrizes do grupo que o dirige.

tionar. A palavra de ordem “Fundemos uma revista, façamos política cultural!”⁷ reuniria, num mesmo *front*, literatos, críticos, militantes políticos e intelectuais. Resultado de um projeto coletivo, as revistas representariam, portanto, o ponto de vista de um grupo, sua intervenção político-ideológica, seu lugar e suas ferramentas na arena cultural. Em vários casos, as revistas se transformaram em polos de resistência e instrumentos de batalha. Ao funcionarem como ponto de confluência de propostas políticas e culturais, as revistas estimularam a construção de redes intelectuais além das fronteiras geográficas e políticas. Seus editores souberam aproveitar suas vantagens em relação aos livros, em termos de custo de produção e facilidade de distribuição, e também em relação aos jornais. Mais caras que os jornais e geralmente mais cuidadas que eles em termos formais e materiais (qualidade do papel, tipo de capa, formato, ilustrações, fotografias e inclusive tipo de propaganda), as revistas sempre conseguiram “driblar” um pouco mais a transitoriedade padecida pelas folhas de notícias. Entretanto, mais baratas que os livros e menos cultuadas como objetos artísticos e culturais que eles, as revistas não deixaram de funcionar como um elemento de certa forma dinamizador do campo cultural, ao poderem alcançar um público mais amplo que o dos livros e ao expandirem o seu raio de ação intelectual para além do círculo restrito dos intelectuais, escritores e artistas nelas envolvidos.

Inegavelmente, as revistas têm sido importantes instrumentos de intervenção na conjuntura político-cultural latino-americana. Muitas delas marcaram o panorama ideológico, estético e artístico de seus países de origem, durante o período em que foram publicadas, e algumas conseguiram suplantar as fronteiras nacionais para se transformarem em pontos de

7. SARLO, Beatriz, op. cit., p.9.

referência continental, inclusive depois de que deixaram de circular.

Na América Latina, foram principalmente os pesquisadores provenientes da crítica e da história literária os responsáveis por fazer das revistas um objeto de estudo sistemático. Esses pesquisadores abriram as portas para entendê-las como agentes importantes na construção e circulação de cânones e tradições e na difusão de correntes artísticas, literárias, estéticas e políticas. Impulsionaram o resgate crítico das revistas com a edição fac-similar de publicações relevantes, dispersas em bibliotecas e arquivos, além de publicarem vários índices comentados. Estimularam a realização de simpósios e seminários, e estes, por sua vez, geraram estudos monográficos, temáticos e comparativos, muitos dos quais foram recolhidos em livros coletivos.

No que se refere a edições fac-similares, existem muitos exemplos interessantes. No México, é fundamental mencionar a magnífica coleção *Revistas literarias mexicanas modernas*, que a editora Fondo de Cultura Económica publicou entre 1979 e 1986, e incluiu quarenta revistas publicadas originariamente entre 1906 e 1965, acompanhadas de breves introduções. No Brasil, recordemos as luxuosas edições de *Klaxon* e *Revista de Antropofagia*.⁸ No Peru, as imprescindíveis *Amauta* e *Boletín Titikaka* também foram resgatadas dessa forma.⁹ Finalmente, na Argentina, a revista *Martín Fierro*, entre outras, foi reedita-

8. *Klaxon*. *Mensário de arte moderna*. São Paulo: Martins, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976 (ed. fac-similar); *Revista de Antropofagia*. Introdução Augusto de Campos. São Paulo: Abril, Metal Leve S. A., 1975 (ed. fac-similar).

9. *Amauta*. Introducción Alberto Tauro. Lima: Empresa Editorial Amauta, 1976 (ed. fac-similar); *Boletín Titikaka*. Coleção dirigida por Dante Callo. Arequipa: Universidad Nacional San Agustín de Arequipa, 2004. 2t. (ed. fac-similar).

da de forma fac-similar, em papel, e as revistas *Contorno*, *Cristianismo y Revolución* e *Pasado y Presente*, em CD-ROM.¹⁰

No que se relaciona a trabalhos coletivos, é preciso citar a já antiga e muito interessante série de conferências sobre as revistas literárias mexicanas que o Instituto Nacional de Belas Artes organizou em 1962. As conferências foram escritas por críticos, jornalistas e escritores, muitos dos quais haviam colaborado nas revistas analisadas, o que propiciou aos textos um perfil não só histórico e teórico, como também testemunhal.¹¹ Sobre as revistas argentinas, é importante mencionar o excelente trabalho de Lafleur, Provenzano e Alonso, *Las revistas literarias argentinas, 1893-1967*, que oferece aos leitores um amplo panorama das revistas literárias a partir de uma perspectiva social, política e artística.¹² Esse livro representou uma novidade no estudo das revistas, por estabelecer, já nos anos 1960, um novo enfoque que colocava como eixo de análise a relação entre revistas, grupos intelectuais e contexto histórico e sociocultural.

Recordemos que muitos pesquisadores costumavam estudar revistas exclusivamente em busca da produção de um autor ou de um grupo de autores, a fim de complementar o estudo de

10. O recurso à edição em CD-ROM (muito mais barata, além de ecológica) de coleções completas de revistas latino-americanas tem contribuído muito para a elaboração de estudos críticos sobre tais publicações, em razão da facilidade de acesso que esse meio representa para os pesquisadores. A edição dessas três revistas argentinas (entre 2003 e 2005) esteve a cargo do Centro de Documentación e Investigación de las Culturas de Izquierda (CeDInCI), instituição de referência no estudo dos meios impressos argentinos em particular e latino-americanos em geral.

11. VVAA. *Las revistas literarias de México*. México: Instituto Nacional de Bellas Artes, Dept. de Literatura, 1963, v.1, 1964, v.2.

12. LAFLEUR, Héctor; PROVENZANO, Sergio; ALONSO, Fernando. *Las revistas literarias argentinas. 1938-1967*. 2.ed. corregida y aumentada. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1967. p.10.

sua obra publicada ou reunida em livros. A partir de trabalhos como o de Lafleur, Provenzano e Alonso, essa linha de pesquisa foi deixando paulatinamente de ser a dominante. Em vários trabalhos dedicados à análise das publicações literárias e culturais, principalmente entre os mais recentes, observa-se a consolidação de uma perspectiva interdisciplinar.¹³ Tal perspectiva expande a análise do material veiculado pelas revistas, já que o concebe como criação literária, ideológica e cultural associada ao contexto estético e sociopolítico em que surgiu e circulou. A consolidação desse enfoque fez com que as revistas passassem a ser consideradas parte fundamental do movimento cultural e político dos países do continente. Estimulou-se, assim, uma confluência de abordagens que, ao relacionarem os campos da literatura, da sociologia e da história intelectual, cultural e literária, geraram uma nova maneira de entender o papel das publicações no problemático e inevitável cruzamento entre as esferas da cultura e da política.

Em termos do que tem sido produzido sobre revistas literárias e culturais latino-americanas, é interessante consultar ainda algumas obras. Seguindo a cronologia de sua publicação, temos, em primeiro lugar, os três números duplos de *América. Cahiers du Criccal* (Centre de Recherche de la Sorbonne Nouvelle), coordenados por Claude Fell, dedicados explicitamente

13. Vários estudos são ilustrativos nesse sentido: KING, John. Sur. *Estudio de la revista argentina y de su papel en el desarrollo de una cultura*. 1931-1970. México: Fondo de Cultura Económica, 1989; PASTERMAC, Nora. Sur, *una revista en la tormenta: los años de formación, 1931-1944*. Buenos Aires: Paradiso, 2002; LUCA, Tânia. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999; GRILLO, María del Carmen. *La revista Campana de Palo. Arte, literatura, música e anarquismo en el campo de las revistas culturales del período de vanguardia argentino (1920-1930)*. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras, 2008.

ao estudo do discurso cultural em revistas latino-americanas.¹⁴ Em segundo lugar, o livro coordenado por Saúl Sosnowski, *La cultura de un siglo. América Latina en sus revistas*, cujo objetivo, nas palavras do coordenador, foi “detectar os principais núcleos dos debates culturais” que transformaram as revistas em “tribunas do pensamento” ao longo do século XX.¹⁵ Finalmente,

-
14. Os três volumes reúnem trabalhos apresentados em colóquios internacionais sobre o tema, realizados pelo Criccal, respectivamente em 1987, 1990 e 1992. O primeiro volume reúne estudos sobre revistas publicadas no período entreguerras (1919-1939), o segundo refere-se ao período 1940-1970 e o terceiro corresponde ao período 1970-1990. Ver: *América, Cahiers du Criccal (Paris)*, n.4-5, 1990; n.9-10, 1992; n.15-16, 1996. É importante observar que todos os volumes contam com trabalhos de estudiosos latino-americanos e latino-americanistas europeus. Em minha opinião, faltou, porém, uma atenção maior dos pesquisadores às revistas brasileiras.
 15. SOSNOWSKI, Saúl (Ed.) *La cultura de un siglo. América Latina en sus revistas*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999. p.12. O livro reúne trinta e nove comunicações apresentadas em um colóquio em comemoração aos vinte e cinco anos da revista *Hispanamérica*, realizado em Buenos Aires, em 1997. Trata-se de uma obra heterogênea em termos teóricos, temáticos e metodológicos, que reúne, porém, várias contribuições. Um volume, com um prólogo muito interessante escrito pelos organizadores, contém vinte e dois artigos, com um espaço maior destinado a estudos de revistas brasileiras. Com essa opção, os organizadores buscaram contribuir para a integração cultural do Brasil ao continente. Ver: *Revista Iberoamericana*, v.LXX, n.208-209, jul./dic. 2004. Também acaba de ser publicada, no México, uma coletânea de estudos sobre revistas latino-americanas do século XX. O livro reúne dezoito estudos realizados por pesquisadores latino-americanos e é resultado de um projeto de pesquisa cujo objetivo principal foi analisar a presença da América Latina como tema e problema nas revistas literárias e culturais da região. Cf. CRESPO, Regina (Coord.) *Revistas en América Latina*. Proyectos literarios, políticos y culturales. México: Unam-Cialc, Ediciones Eón, 2010.

em terceiro lugar, o número duplo da *Revista Iberoamericana*, da Universidade de Pittsburgh, intitulado *Revistas literarias/culturales latinoamericanas del siglo XX*, organizado por Jorge Schwartz e Roxana Patiño. De corte explicitamente interdisciplinar, a obra oferece novas formas de aproximação às revistas literárias e culturais, consideradas um objeto de estudo central para o conhecimento de aspectos da história, da cultura e da literatura latino-americanas.

ALGUNS CAMINHOS PARA ESTUDAR REVISTAS

Existem vários caminhos para estudar as revistas literárias e culturais. Um deles é considerá-las como “baluartes culturais”. As revistas, nesse caso, são analisadas simultaneamente como polo emissor e campo de intersecção de propostas culturais, artísticas, literárias e políticas. Ainda que algumas dessas propostas sobressaíam pelo cunho individual e outras se caracterizem por uma orientação coletiva, todas se orientam pelas linhas indicadas pelo grupo que dirige o seu projeto editorial. Considerar as revistas como “baluartes culturais” implica necessariamente conhecer a sua organização interna e seu organograma. Além disso, requer especular acerca dos critérios de hierarquização dos espaços de publicação (quem assina os artigos, que temas ocupam mais ou menos espaço, como se organiza a apresentação dos textos, como se decidem os editoriais e quem os redige etc.).

Outro caminho que se pode tomar é estudar as revistas como porta-vozes de um partido, facção ou corrente política. A partir da análise de sua linha editorial, artigos e notícias, o pesquisador acompanhará a evolução ideológica, os posicionamentos políticos e a luta pela hegemonia levada a cabo pela revista – e pelo grupo ao qual está vinculada e representa – num terreno altamente competitivo como é o das filiações políticas.

Estudar as relações das revistas com o público leitor é, também, uma linha importante. A iniciativa de criar uma revista representa, como já vimos, a decisão de fazer política cultural e é como política cultural que se devem entender os projetos que uma revista defende e as respostas que dá ao seu contexto imediato, a partir de seu próprio lugar geopolítico, social e ideológico de enunciação. Esses projetos e respostas materializam a busca e a manutenção de um público próprio e fiel, identificado com o seu projeto político-ideológico.

Essas três vertentes de análise não são excludentes. Ao contrário, complementam-se. Para entender a posição de uma revista no campo artístico e político, é preciso revisar sua interlocução com os grupos com os quais se identifica e conhecer seus debates com os antagonistas. Essa tarefa leva inevitavelmente ao terreno da comparação e à análise de outras revistas. Ao cumprirem sua função como plataformas político-ideológicas e “baluartes culturais”, as revistas encontrarão, entre seus interlocutores, não só o público leitor ao qual se dirigem de forma ideal e as instituições que elas apoiam, criticam ou combatem. Terão, entre eles, também outras revistas, com algumas das quais inclusive competirão por público e por espaço político.

Nesse sentido, é fundamental procurar entender as relações de sociabilidade intra e inter-revistas. A organização de um quadro amplo e abrangente de tais relações possibilitará detectar o estabelecimento ou não de redes intelectuales a partir das revistas e verificar o poder de ação das publicações e dos grupos que representam, em termos regionais, nacionais ou internacionais.

Na América Latina, ao longo do século XX, o cenário cultural e político esteve marcado pela proliferação de jornais, suplementos e revistas. Façamos um recorte temporal que, embora um tanto simplista, pode orientar essa breve exposição. Tome-mos o período delimitado entre as décadas de 1920 e 1950 e vejamos algumas revistas que circularam durante ele. A eferves-

cência artística, política e cultural característica dos chamados anos 1920 – com a recepção explosiva das vanguardas estéticas, a influência dos movimentos libertários e o despontar do nacionalismo cultural – seria tema de muitas revistas, panfletos e manifestos. Na Argentina, ao lado das assumidamente literárias e vanguardistas revistas *Proa* (1922) e *Martín Fierro* (1924-1927), podemos encontrar *La Campana de Palo* (1925; 1926-1927) que se propunha discutir, com base em uma plataforma ideológica anarquista, temas de arte e estética. Na Costa Rica, *Repertorio Americano* (1919-1958) já se perfilava como a grande vitrina da produção cultural e intelectual hispano-americana. A flamante e fugaz *Revista de Antropofagia* (1928-1929) brasileira marcava o seu lugar no panorama artístico-literário do país, mantendo algumas posições explicitamente internacionalistas e reivindicando o nacional como o grande diferencial na reflexão estética. A peruana *Amauta* (1926-1929), em luta contra a ditadura de Leguía, representava um marco no ambiente cultural e político hispano-americano, por analisar temas como a psicanálise e as vanguardas europeias e, ao mesmo tempo, discutir os problemas sociais nacionais e do continente, e defender um projeto político-cultural que incluía os setores indígenas.

A partir dos anos 1930, o choque entre projetos e perspectivas nacionalistas e cosmopolitas se espalhou pelo continente e se manifestou especialmente nos grandes centros urbanos, gerando várias iniciativas editoriais. Talvez a grande estrela desse período tenha sido a consagrada *Sur* (1931-1991).¹⁶ Sua fundadora, Victoria Ocampo, abriu a cultura argentina ao exterior

16. Segundo Pasternac (op. cit., p. 239-40), alguns pesquisadores consideram que 1970 é o último ano da publicação. No entanto, para outros autores, Pasternac inclusive, a vida da revista se estendeu até 1991. A divergência ocorre porque, a partir de 1970, a revista passou a sair de maneira semestral ou anual, em números normalmente temáticos ou monográficos.

e difundiu numerosos autores europeus entre os argentinos e também entre o público mais amplo do continente, ao que chegava devido a uma eficiente estrutura de distribuição. Apesar de sua preocupação explícita de construir pontes entre a América Latina e a Europa, o grupo reunido em torno da revista foi muitas vezes acusado de estrangeirista e europeizante, ao não romper com uma certa tradição, em continuidade com valores estéticos e ideológicos do século XIX.¹⁷ Em Cuba, *Orígenes* (1944-1956), de Lezama Lima, espelhou, em seu projeto, uma preocupação particular com o nacional, já que os cubanos não podiam furtar-se à presença atropelante dos estado-unidenses. A revista estabeleceu linhas de diálogo com os autores universalistas de *Sur*, mas também com alguns mexicanos não vinculados à arte nacionalista. É importante observar que, já no final dos anos 1920, a revista mexicana *Contemporáneos* (1928-1931) havia lutado contra os parâmetros ideológicos da política cultural vasconcelista. No entanto, poucos anos antes, vários de seus colaboradores haviam participado ativamente dos projetos culturais do secretário da Educação José Vasconcelos. Ademais, também haviam publicado na revista oficial da Secretaria, *El Maestro* (1921-1924), firme defensora dos princípios nacionalistas e latino-americanistas que orientavam, então, a agenda político-ideológica de Vasconcelos. E se pensamos em revistas abertamente “institucionais”, novamente o México apresenta um exemplo importante: a revista *Crisol* (1929-1934) funcionou, durante toda a sua existência, como veículo oficial do Partido Nacional Revolucionário, fundado pelo ex-presidente Calles, apenas dois meses depois da sua criação.

Como podemos ver depois desse brevíssimo panorama, a análise de revistas abre uma perspectiva muito rica aos campos da literatura, da sociologia da cultura e da história cultural,

17. PASTERMAC, Nora, op. cit., p.241.

intelectual e das ideias, principalmente se as tomamos como baluartes culturais e porta-vozes de movimentos, partidos ou facções políticas e procuramos acompanhar sua evolução tanto interna quanto externa (o que implica a construção de genealogias e o estabelecimento de um mapa de relações ideológicas, políticas, mas também pessoais e afetivas).

Nesse conjunto de exemplos, que reuniu revistas de diferentes países, podemos encontrar uma enorme variedade de elementos relacionados com a geração e manutenção de projetos político-culturais distintos, criados para responder a problemáticas específicas de seu momento e lugar. Revistas muito diferentes como *Repertorio Americano* e *Sur* chegaram a funcionar como verdadeiras instituições (nos termos de Raymond Williams),¹⁸ por legitimarem uma tradição e se transformarem em um elemento de referência no campo cultural latino-americano. Já publicações como *Amauta*, *Campana de Palo*, *Revista de Antropofagia* e *Contemporáneos* nasceram como expressão de determinadas formações intelectuais e artísticas (também nos termos de Williams) explicitamente dispostas a defender um projeto político-cultural alternativo. Segundo Williams, na luta constante pela hegemonia, muitas formações fracassam. Outras, porém, conseguem consolidar os seus projetos e, ao longo do tempo, acabam por institucionalizar-se. A dinâmica cultural se dá precisamente nesse processo feito simultaneamente de batalhas ferrenhas e tentativas de consenso. As revistas são um lugar particularmente rico para observá-lo.

Nesse contexto, analisemos, primeiramente, o caso da consagrada *Repertorio Americano*. Por ser um grande instrumento de difusão da produção intelectual e cultural do hispano-americano, consolidou-se também como um ponto de intersecção

18. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1997. p.137-42.

entre vários projetos político-culturais (em outras palavras, funcionou visivelmente como um “baluarte cultural”). Uma maneira de estudar essa longa publicação é procurar detectar os pontos de confluência político-ideológica que se construíram em suas páginas, a partir da publicação de artigos, crônicas e ensaios de variada procedência. Também pode ser interessante observar como a revista se posicionou em relação a acontecimentos globais que interferiram de forma significativa na vida política, econômica e social dos países da região: a guerra civil espanhola, a Segunda Guerra Mundial, o início e o recrudescimento da guerra fria a partir da reestruturação bipolarizada da geopolítica global etc.

É preciso lembrar que, em certo sentido, *Repertorio Americano* foi produto do trabalho de um homem só. Seu fundador e editor, Joaquín García Monge, conseguiu, com esforços titânicos, vencer as dificuldades econômicas inerentes a uma empresa como a sua e fazer com que a revista saísse sempre no prazo correto e com o mesmo número de páginas. Além disso, pôde distribuí-la por meio de uma imensa rede de circulação, baseada em agências e grupos de difusão e, sobretudo, na simpatia e no reconhecimento de intelectuais consagrados internacionalmente que o ajudavam a difundir a revista e lhe enviavam artigos e contribuições. Mas, mesmo sendo a revista de um único editor, acabou por constituir-se em uma espécie de “lugar de identidade da consciência latino-americana”,¹⁹ o que implicava a existência de um projeto coletivo suficientemente sólido para mantê-la viva. As relações de García Monge com as diversas correntes ideológicas do continente (do aprismo ao socialismo, passando

19. OLIVA, Mário. *Revista Repertorio Americano: algunos alcances sobre su trayectoria (1919-1958)*. *Revista ¡Izquierdas! (Santiago)*, Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile, año 1, n.1, p.21, 2008.

pelo nacionalismo anti-imperialista de vários matizes) estavam plasmadas precisamente na publicação de textos de autores comprometidos com cada uma delas, como Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Tais relações também se evidenciavam na extensa seção de cartas que aparecia em cada número da revista, onde García Monge divulgava, entre o seu público leitor, as notícias que recebia de autores como Vasconcelos, Sandino, Mistral e Lugones (como se pode notar, representantes de uma ampla paleta ideológica, unidos por um latino-americanismo também bastante matizado).

Existem vários estudos sobre *Repertorio Americano*. Porém, ainda há muitos temas que podem ser estudados nessa publicação. Refletir, por exemplo, acerca da tarefa de construir um “repertório” para o continente – tarefa que García Monge se autoimpôs a partir do próprio nome que escolheu para a sua revista – implica pensar sobre questões como o alcance dos projetos editoriais e a própria institucionalização das revistas, em termos nacionais ou inclusive continentais, como ocorreu nesse caso. *Repertorio Americano* circulou durante praticamente quarenta anos, e seu editor foi reconhecido como um verdadeiro promotor cultural. No entanto, é preciso reconhecer que a revista *Repertorio Americano* se consagrou como um dos ícones da imprensa latino-americanista graças não só ao seu editor, mas também às redes intelectuais que a divulgaram e consideraram um meio de publicação idôneo e legítimo. *Repertorio Americano* também se manteve como uma referência cultural porque pôde construir e cultivar um público suficientemente fiel que justificou a sua publicação ao longo dos anos.

Antes de refletir sobre a revolucionária *Amauta*, é preciso perguntar sobre que elementos tornam uma revista reconhecida. A longevidade, a regularidade e a hegemonia cultural que caracterizaram *Sur* e *Repertorio Americano* seriam elementos suficientes? Ao decidir estudar revistas, devemos cumprir uma

meticulosa agenda de investigação. Precisamos localizá-las no contexto em que circularam, procurar entender como interagiram com a sociedade em que se inseriam, com que setores sociais pretendiam dialogar e com quais realmente dialogaram, como interferiam em seu presente e como defenderam ou combateram determinadas posições políticas, culturais e estéticas. Também devemos buscar entender se e como as revistas que selecionamos utilizaram outras linguagens (imagens, ilustrações, fotografias, diagramação e inclusive publicidade) para conquistar um público mais amplo e se, ao recorrerem a esse meio, possuíam ou não algum projeto esteticamente revolucionário ou pelo menos inovador.

Obviamente, depois de cumprir tal agenda, veremos que critérios como longevidade, regularidade e hegemonia cultural não são realmente suficientes para garantir um lugar importante para uma revista. Justamente por isso, *Amauta* é um exemplo interessante, já que foi publicada, de maneira irregular, de 1926 a 1930 (teve apenas 32 números), em uma situação precária e sob repressão política.

Amauta introduziu o Peru no debate intelectual de seu tempo, publicando e discutindo autores como Unamuno, Marinetti, Breton, Bábel e Lunacharski. Ao mesmo tempo, manteve um projeto político-cultural de inserção nacional e continental que, entre outras iniciativas, incluiu a publicação do *Boletín de Defensa Indígena*, que acompanhava a revista, mas que também era distribuído de maneira autônoma. Apesar de sua falta de recursos, conseguiu chegar aos povoados mais distantes do Peru e a um preço módico, e seu grupo editor fundou uma editora que serviu de ponto de partida para a revista e foi um importante instrumento de propaganda.²⁰

20. MELGAR, Ricardo. *Amauta: política cultural y redes artísticas e intelectuales*. Cultura. México: Universidad Nacional Autónoma de

No editorial do primeiro número de *Amauta*, Mariátegui defendia o seu caráter de revista de vanguarda, sua definição ideológica revolucionária e o seu lugar fundamental no campo intelectual peruano não como grupo, e sim como movimento.²¹ A defesa das posições e do papel da revista fez com que Mariátegui travasse muitas polêmicas com intelectuais do continente, tanto nas páginas da própria *Amauta* como nas de outras revistas. A necessidade de defender suas posições o obrigou a declarar de maneira mais explícita a orientação de *Amauta*:

Es una revista de definición ideológica, de concentración izquierdista, que asimila o elimina, seguramente sin daño para su

México, 2009. Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx:8080/jspui/bitstream/10391/629/1/Amauta_pol%C3%ADtica%20cultural%20y%20redes%20art%C3%ADsticas%20e%20intelectuales.pdf>. Acesso em: 22 maio 2010. MELGAR, R. Definiciones en la revista *Amauta*: símbolos, redes intelectuales y proyecto socialista en 1928. In: CRESPO, Regina (Coord.) *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Unam-Cialc, Ediciones Eón, 2010. p.182-3.

21. *“Esta revista en el campo intelectual, no representa un grupo. Representa, más bien, un movimiento, un espíritu. En el Perú se siente desde hace algún tiempo una corriente, cada día más vigorosa y definida, de renovación. A los autores de esta renovación se les llama vanguardistas, socialistas, revolucionarios, etc. La historia no los ha bautizado definitivamente todavía. Existen entre ellos algunas discrepancias formales, algunas diferencias psicológicas. Pero por encima de lo que los diferencia, todos estos espíritus ponen lo que los aproxima y mancomuna: su voluntad de crear un Perú nuevo dentro del mundo nuevo. [...] Amauta ha tenido un proceso normal de gestación. No nace de súbito por determinación exclusivamente mía. [...] Mi esfuerzo se ha vinculado con el de otros intelectuales y artistas que piensan y sienten parecidamente a mí.”* (MARIÁTEGUI, José Carlos. Apresentação de *Amauta*. *Amauta*, n.1, p.1, sep. 1926. Disponível em: <<http://encontrarte.aporrea.org/teoria/perfiles/23/#MariateguisegúnMariátegui:Apuntesautobiográficos>>. Acesso em: 22 maio 2010).

*salud, cualquier elemento errante. Tiene el carácter de un campo de gravitación y polarización. Los que arriban transitoriamente a este campo, pueden escaparnos, pero sin restarnos sustancia ni energía. Los que damos a "AMAUTA" tonalidad, fisonomía y orientación, somos los que tenemos una filiación y una fe, no quienes no las tienen y que admitimos, sin peligro para nuestra integridad y homogeneidad, como accidentales compañeros de viaje. Somos los vanguardistas, los revolucionarios. Los que tenemos una meta, los que sabemos a donde vamos.*²²

Como se pode ver, "saber aonde iam" constituiu uma marca do grupo que se reuniu em torno de Mariátegui e de *Amauta*. Durante o período em que circulou, *Amauta* foi uma revista de avançada renovação, capaz de propor uma via de ação para a América Latina muito além do idealismo arielista. A revista construiu, a partir da periferia, uma perspectiva nova e local perante o debate global de ideias. Apesar de sua relativamente curta duração e de seu lugar de enunciação geopoliticamente periférico, em uma posição não hegemônica no campo cultural peruano e latino-americano, *Amauta* abriu muitas perspectivas de discussão, e, no âmbito do pensamento de esquerda, poderíamos dizer que se transformou numa verdadeira instituição.

Como pudemos ver, as revistas constituem uma fonte de pesquisa importante e atraente. Muito existe para ser estudado acerca das revistas latino-americanas. É possível delinear um panorama interessante do campo cultural latino-americano durante o veloz e intenso século XX, a partir da compreensão da trajetória e do lugar que as revistas literárias e culturais ocuparam no seu desenvolvimento.

22. MARIÁTEGUI, José Carlos apud MELGAR, R. Mariátegui y la revista *Amauta* en 1927: redes, accidentes y deslindes. *Cultura. Revista del Consejo para la Cultura y el Arte (México)*, v.87, p.196-228, sep. 2008.

O Projeto Iberconceptos: uma proposta de história conceitual do mundo ibero-americano (1750-1870)¹

Maria Elisa Noronha de Sá Mäder²

O QUE É

O Projeto Ibero-americano de História Conceitual, mais conhecido como Iberconceptos, é um projeto de pesquisa que se desenvolve desde 2004 e tem como principal objetivo estudar de maneira sistemática, em longo prazo e numa perspectiva comparada, os mais importantes conceitos, linguagens, vocabulários, discursos e metáforas políticas que circularam no mundo ibero-americano nos últimos séculos. A pesquisa concentra-se especialmente na fase de transição para a modernidade que se inicia nas últimas décadas do século XVIII, avançando pelo século XIX, período que, não por acaso, coincide com a fase crucial das revoluções liberais e de independência (1750-1870).

Trata-se de elaborar uma série de “histórias conceituais” em paralelo, referentes a distintos territórios que, mesmo por vezes muito distantes entre si e com experiências bastante di-

-
1. Em grande parte, este texto, de forma resumida, baseia-se no artigo de FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Iberconceptos. Hacia una historia transnacional de los conceptos políticos en el mundo iberoamericano. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*, n.37, jul./dic. 2007.
 2. Professora de História da América da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

versas, compartilhavam em boa parte uma mesma cultura política por óbvias razões históricas. O Projeto propõe, assim, uma nova aproximação transnacional para a história dos vocabulários da política que resulte na elaboração de uma já iniciada história dos conceitos político-intelectuais Atlântica, que vá mais além dos marcos do Estado nacional.

É interessante sublinhar que a simples existência desse Projeto é um sinal revelador da cada vez mais radical historicização do mundo que caracteriza nossa época contemporânea. O Projeto é também, em si mesmo, um testemunho da globalização da historiografia e da mundialização do trabalho dos historiadores neste começo do século XXI, não só por seu objeto de estudo bicontinental, mas, sobretudo, porque seu desenvolvimento teria sido impossível sem o importante aumento dos contatos e das comunicações de todo o tipo entre profissionais da história de ambos os lados do Atlântico que vem ocorrendo nos últimos tempos.

Aqui me limitarei a apresentar as origens do Projeto, seus objetivos, hipóteses e metodologia, a organização e estratégias adotadas para a sua realização, e um resumo dos resultados obtidos até agora.

ORIGENS, OBJETIVOS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPANTES DO PROJETO

O Projeto se originou em julho de 2004, aqui no Brasil, quando um pequeno grupo de acadêmicos europeus e latino-americanos, de língua espanhola e portuguesa, que participavam, no Rio de Janeiro, do VII Congresso de History of Political and Social Concepts Group (HPSCG), discutiu as primeiras bases e propostas para sua concretização. Foi criada ali a *Red Iberoamericana de Historia Político-Conceptual e Intelectual*, cujo objetivo principal, além de incentivar debates sobre his-

tória intelectual, era favorecer as relações interuniversitárias e estimular a realização de projetos conjuntos entre pesquisadores da América Latina e dos países ibéricos.

Colaboram atualmente no Projeto Iberconcepts quase uma centena de pesquisadores filiados a cerca de trinta universidades de vários países da região, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru, Portugal, Uruguai, Venezuela e diversos países do Caribe e da América Central, além de outros pesquisadores de importantes universidades francesas, alemãs e norte-americanas. A coordenação geral do Projeto é de Javier Fernández Sebastián, da Universidad del País Vasco. Cada país possui um coordenador – no Brasil, o Projeto é coordenado pelo Prof. João Feres, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) –, e uma equipe de pesquisadores que se encarrega do trabalho com os conceitos escolhidos, considerados básicos nas origens da política contemporânea. Na primeira fase (2004-2007), estudaram-se os seguintes conceitos: América/americanos, cidadão/*vecino*, constituição, federação/federalismo, história, liberal/liberalismo, nação, opinião pública, povo, república/republicanos. Na segunda fase, concluída em 2010, foram trabalhados os seguintes conceitos: civilização, democracia, Estado, independência, liberdade, ordem, partido/facção, pátria, revolução e soberania.

Nosso propósito é analisar como um vocabulário comum, em grande parte, ao mundo atlântico apresenta historicamente – e em função das circunstâncias políticas e sociais particulares de cada área e de cada país – modalidades às vezes fortemente diferentes de entender as práticas, categorias e instituições da vida política. Trata-se efetivamente de mostrar, por meio do estudo da semântica histórica de um conjunto de conceitos-chave nos diversos contextos, o que há de semelhante e diferente em cada uma dessas experiências e trajetó-

rias euro-americanas, continentais, regionais, nacionais e até por vezes locais ou provinciais.

Outra das finalidades imediatas do Projeto é contribuir para evitar um problema muito frequente entre historiadores e especialistas nos séculos XVIII e XIX, que tendem a interpretar e valorar de maneira anacrônica os conceitos e as experiências dos agentes históricos do passado com base em seus atuais parâmetros de compreensão da vida política e social. O que interessa sobretudo é identificar e descrever as diferentes percepções que os agentes históricos tinham das coisas, tendo como base a análise de discursos, linguagens e conceitos políticos, em seus respectivos contextos históricos e linguísticos.

É importante dizer que, com base nessa perspectiva, resulta de todo inviável e inadequado pretender a recuperação de um “verdadeiro significado” para cada conceito em uma época dada. A pretensão de que a história dos conceitos restitua o verdadeiro e exato significado de tal ou qual noção é uma fantasia pouco razoável, visto que não existe verdadeiro significado de um conceito, nem para os homens do passado, tampouco para as pessoas de nosso tempo. O que há é um leque de significados em conflito, em torno dos quais gira, em cada momento, a agenda política e se polarizam as diversas posições que disputam o domínio do espaço público.

O que importa não é simplesmente a história de cada conceito, a pura evolução léxico-semântica de seus significados, mas especialmente a história de como ocorreram essas mudanças, quer dizer, como esses significados instáveis se articulam em cada momento com as transformações que têm lugar fora da linguagem. Nesse sentido, os vínculos entre a linguagem e o mundo extralinguístico devem ser estudados em um duplo sentido: por um lado, observando que tipos de transformações léxicas correspondem a mudanças sociais, políticas ou culturais, dos quais constituem um reflexo; por outro, como determina-

das inovações conceituais provocam importantes transformações no modo de ver as coisas e, em muitos casos, promovem mudanças mais ou menos decisivas no terreno social, político ou institucional. Dessa forma, os conceitos não se limitam a designar “a realidade”, mas, em parte, também a constituem.

O desenho organizativo do Projeto contempla o cruzamento de um eixo vertical (os países) com um eixo horizontal (os conceitos), para, desse modo, tornar possível uma aproximação comparativa. A seleção dos dez conceitos básicos trabalhados em cada fase foi feita por consenso, ainda que o acordo tenha sido às vezes difícil. O processo de seleção deixou transparecer algumas dificuldades com as quais nos deparamos, ao colocar em evidência, por exemplo, que a importância relativa de tal ou qual conceito em uma ou outra sociedade, no mesmo período histórico, não era definitivamente a mesma. Tais dificuldades, ou melhor, as diferenças de significados e de cronologia no que diz respeito a algumas noções básicas de uns e outros espaços nacionais, resultaram, sem dúvida, estimulantes, posto que nos indicavam a necessidade de buscar explicações satisfatórias para as diferenças observadas. E estas teriam que ser analisadas a partir de um duplo olhar, somando às análises sincrônicas dos conceitos a perspectiva preferencialmente diacrônica das transferências culturais.

O período cronológico de referência do Projeto vai de 1750 até 1870 e coincide, *grosso modo*, com o grande ciclo revolucionário que se inaugura nas duas margens do Atlântico hispanoluso com a crise das monarquias ibéricas iniciada em 1808. A partir desse ponto de inflexão, que afeta profundamente todo o mundo ibero-americano, inicia-se uma fase crítica de mudanças aceleradas que propiciarão o surgimento de um novo universo conceitual associado a um conjunto de experiências, expectativas e realidades políticas inéditas. Trata-se de um grande laboratório político, conceitual e constitucional que até agora não tem atraí-

do a atenção merecida, seja pela sua enorme extensão territorial e humana, seja pela relativa precocidade com que se desenvolveu.

Em resumo, um dos objetivos principais do Projeto é assinalar coincidências e contrastes, semelhanças e diferenças entre as diversas maneiras de entender os conceitos básicos estudados em cada um desses países, ou campos de estudo, ao longo da grande transição que vai de 1750 a 1870. E, sobretudo, interpretar tais semelhanças e diferenças à luz dos distintos contextos e circunstâncias específicas de cada espaço.

HIPÓTESES E METODOLOGIA

As referências metodológicas em história conceitual e político-intelectual são relativamente numerosas e incluem alguns trabalhos bem conhecidos de Reinhart Koselleck, Quentin Skinner, John Pocock e outros autores. A ideia é que, a partir da leitura de alguns textos básicos em história conceitual, todos os participantes partilhem uma base metodológica comum e minimamente homogênea. Ainda que a história dos conceitos alemã e a Escola de Cambridge sejam as principais referências metodológicas,³ há outros aportes valiosos em história concei-

-
3. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.5, n.10, 1992; *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006; SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the History of Ideas" e "Motives, intentions and the interpretation of texts". In: TULLY, James (Ed.) *Meaning and context*. Quentin Skinner and his critics. Princeton: Princeton University Press, 1988; *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. v.I; POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (São Paulo)*, v.20, fasc. 57, 2005; JASMIN, Marcelo Gantus; FE-

tual, história intelectual ou história linguística da política – incluindo, por exemplo, autores franceses bem conhecidos como Pierre Rosanvallon, L. Jaume ou Jacques Guilhaumou.

Com base nessas referências, as hipóteses e orientações metodológicas são as seguintes:

- 1) Entre os séculos XVIII e XIX, produziu-se no atlântico hispano-luso uma mutação profunda no universo léxico-semântico que dava base às instituições e práticas políticas. Todo o entremeado simbólico que dava sentido aos costumes, às normas e às instituições que ordenavam a vida coletiva se viu submetido a uma renovação extensa e profunda. Renovação que é possível detectar no surgimento de alguns neologismos importantes e, especialmente, na proliferação de controvérsias sobre o “verdadeiro sentido” das palavras, acompanhadas muitas vezes de queixas sobre a suposta incapacidade da língua de seguir cumprindo de maneira satisfatória seu papel de ponte para o entendimento entre os homens de uma determinada comunidade. Esse grande terremoto político-conceitual, que alcançou de diversas maneiras boa parte do mundo ocidental, foi acompanhado, em muitos lugares, de uma nova vivência da História. A mudança é claramente perceptível no mundo ibero-americano nesse período, momento em que o devir histórico parecia acelerar-se aos olhos dos contemporâneos. De fato, diversos protagonistas da vida política deixaram, em seus escritos, provas de estarem experimentando um sentimento desconhecido da disponibilidade da História, que começava a ser concebida como um conceito-guia da modernidade.

- 2) Para mensurar de forma adequada essas mudanças políticas e linguísticas, é necessário que o historiador tente aproximar-se o mais possível da maneira de ver o mundo dos protagonistas do passado. Trata-se de compreender a fundamental dimensão retórica da política – que se constrói dia a dia pragmaticamente, em contextos socioculturais concretos, e para dar respostas aos desafios urgentes da vida política –, mas sem desdenhar a profundidade temporal interna das noções que tais agentes manejam. Essa aproximação parece muito adequada no caso das revoluções hispânicas, nas quais, diferentemente do modelo francês – marcado pela ruptura e pela novidade –, houve um alto grau de permanências e readaptações de diversos elementos culturais, discursivos e institucionais do Antigo Regime, produzindo, assim, uma maior continuidade entre a velha ordem e as novas sociedades pós-revolucionárias.
- 3) Essa profunda transformação conceitual que a análise dos discursos permite detectar com clareza foi acompanhada de importantes mudanças no terreno das identidades, conformando-se, assim, novos agentes coletivos. Determinados conceitos com uma forte carga identitária, referidos em especial à pertinência territorial, social, política ou ideológica dos sujeitos – americano, espanhol, mexicano, brasileiro, *criollo*, cidadão, republicano, liberal, patriota etc. –, estariam de fato na base da emergência de novos atores que vão protagonizar a política moderna durante as décadas seguintes, nos distintos espaços ibero-americanos.
- 4) Ainda que conscientes das inúmeras críticas que o modelo teórico e metodológico de Koselleck recebe, acreditamos ser possível adotar e adaptar algumas de suas premissas no Projeto. Nesse sentido, a tão discutida noção de “época umbral” (*Sattelzeit*) pode ser uma ferramenta heurística adequada para a análise conceitual proposta. Também as quatro

grandes transformações – *democratização, temporalização, ideologização e politização* – que sofreram muitos conceitos sociopolíticos na passagem do Antigo Regime ao mundo contemporâneo se aplicariam ao mundo ibero-americano. A substancial extensão do âmbito de usuários da linguagem política a grupos sociais relativamente amplos, a politização e manipulação partidária dos conceitos básicos, e o fato de muitos conceitos terem se tornado mais e mais abstratos até converterem-se em “singulares coletivos”, prestando-se a uma forte ideologização (histórias/História, progressos/progresso, liberdades/liberdade etc.), seriam exemplos disso.

- 5) Há uma convergência ou trânsito do léxico político daquela época em direção a uma crescente “transnacionalização” ou internacionalização – que se concretiza na difusão, em ambos os lados do Atlântico, de um amplo vocabulário comum ao mundo ocidental, emanado em grande parte da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos – que parece ter coexistido com um movimento inverso “nacionalizador” de uma parte desse vocabulário. Essa última hipótese aponta para a necessidade de levar em conta, em um estudo comparado dos conceitos no mundo ibero-americano, tanto o substrato comum de uma cultura política, em boa medida compartilhada durante séculos, quanto as diferenças contextuais, às vezes muito marcadas, que explicam a crescente diversificação dos usos e significados sociais atribuídos a conceitos. Não é porque os conceitos são designados frequentemente com uma mesma palavra – *nação, povo, constituição, federação, representação, opinião pública* etc. – que eles recobrem idênticas realidades ou suscitam as mesmas expectativas entre as elites políticas e intelectuais de todos os territórios. Sobre o pano de fundo dessa complexa dialética entre cultura comum e tradições locais e regionais, entre unidade e diversidade, presumimos que a diversificação conceitual au-

mentou com os processos de emancipação e a criação das novas repúblicas e Estados independentes na antiga América espanhola e portuguesa.

Um dos aspectos mais problemáticos do Projeto se relaciona com a sua dimensão comparativa. O ideal seria que cada autor tentasse adotar um ponto de vista neutro, “metanacional”, mas sabemos que estamos tão acostumados a enfocar os objetos a partir dessa ótica que parece difícil evitá-la. Por sorte, nesse caso, parece que, por sua própria natureza, os conceitos e os discursos podem ser facilmente pensados como objetos históricos transnacionais. Trata-se de um mundo diferente pré-nacional, no qual a circulação de escritos, periódicos e impressos de todo tipo fez com que resultasse quase impossível separar as fontes peninsulares das dos espaços americanos. O desafio é tratar de compreender, pela história dos conceitos, um outro momento histórico de transição, de emergentes Estados nacionais. Como dissemos, esse processo de institucionalização levou a uma maior diversificação semântica, percebida, no nosso caso, na crescente nacionalização dos conceitos políticos. Dar-se-ia assim um paradoxo bem conhecido em nossos dias, cujo avanço dos intercâmbios e do processo globalizador vem acompanhado de um fortalecimento das identidades e dos marcos locais de compreensão.

A complexa dialética entre nacionalização e internacionalização dos conceitos poderá ser mais bem compreendida se pensarmos em termos de uma agenda cada vez mais unificada de problemas comuns, aos quais se dá uma variedade de respostas, segundo países, regiões e civilizações. Dessa perspectiva, não poderíamos buscar as diferenças sem perder de vista as semelhanças. Nesse sentido, é previsível que um dos resultados do Projeto seja colocar em questão as visões exageradamente “excepcionalistas” de algumas histórias nacionais que frequentemente têm

acentuado peculiaridades e singularidades próprias que diferenciariam a trajetória de cada nação das de suas vizinhas.

Todavia, a excessiva ênfase na modernidade da nova conceitualização da política poderia desembocar em um erro metodológico que convém evitar, que consiste em estabelecer uma dicotomia entre um imaginário político antigo (corporativo, baseado no privilégio) e outro moderno (constitucional, individualista e juridicamente igualitário), que teria rapidamente surgido depois da revolução, substituindo-o. Pelo contrário, quando se estudam as mudanças conceituais, o mais usual parece ter sido a intercessão, a confluência, a extinção quase imperceptível de certos conceitos e os deslocamento de significados. Em suma, a ocorrência de uma renovação gradual e limitada na linguagem política da época.

Em termos metodológicos, é sugerido a cada autor que utilize um questionário elaborado previamente pelo coordenador do Projeto para facilitar a confrontação e a comparação posterior entre os textos de cada país. A função desse questionário é proporcionar a todos os pesquisadores critérios e perguntas comuns a partir dos quais as fontes sejam interrogadas. O processo se inicia com o trabalho de pesquisa e a elaboração das primeiras versões dos textos pelos autores responsáveis por cada conceito. Além do coordenador geral do Projeto, há também, em cada país, um coordenador de cada conceito que, após as discussões dos verbetes entre os autores, elabora uma síntese transversal de cada conceito. Depois dessa etapa, ocorrem os encontros em Madri, com a apresentação de cada autor e da síntese transversal seguida de discussões. Por fim, há um prazo para a elaboração da versão final dos verbetes e das sínteses com a incorporação das discussões para a posterior publicação do dicionário.

ALGUNS RESULTADOS

O Projeto Iberconceptos é um programa de longo prazo, cujo objetivo é elaborar pouco a pouco um grande *Diccionario histórico comparado del lenguaje político y social en Iberoamérica*. Este pretende constituir-se em uma obra de referência no mundo ibero-americano, no cruzamento entre a história, a linguística e a ciência política.

Entre as várias publicações realizadas até o momento, podemos destacar:

JAVIER FERNÁNDEZ SEBASTIÁN (Dir.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones. 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.⁴

JOÃO FERES JR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

NOEMI GOLDMAN (Ed.) *Lenguaje y revolución*. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

REVISTA LER HISTÓRIA. *Dossier: História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro, 1750-1850* (Lisboa), n.55, 2008.

4. Ver: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Qué es un diccionario histórico de conceptos políticos? Foro Iberoideas, sección Miscelánea. Disponível em: <<http://www.foroiberoideas.com.ar?htm/news/misc.aspx>>.

São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.